



Tec p.12
Google vai testar primeiro no Brasil bloqueio automático de celular roubado

SÉRIES FOLHA
É TUDO AMOR
Monogamia é um sistema inerente ao capitalismo, afirma escritora **Equilíbrio B4**

Ilustrada C1
Deborah Colker questiona o ideal de progresso em 'Sagração'



Cena do espetáculo de Colker, que contrapõe obra de Igor Stravinsky **Flavio Colker**

Congresso recusa restrição a PIS em derrota de Haddad

Decisão tem aplauso de Lula, diz Jaques Wagner; ministro afirma não haver plano B

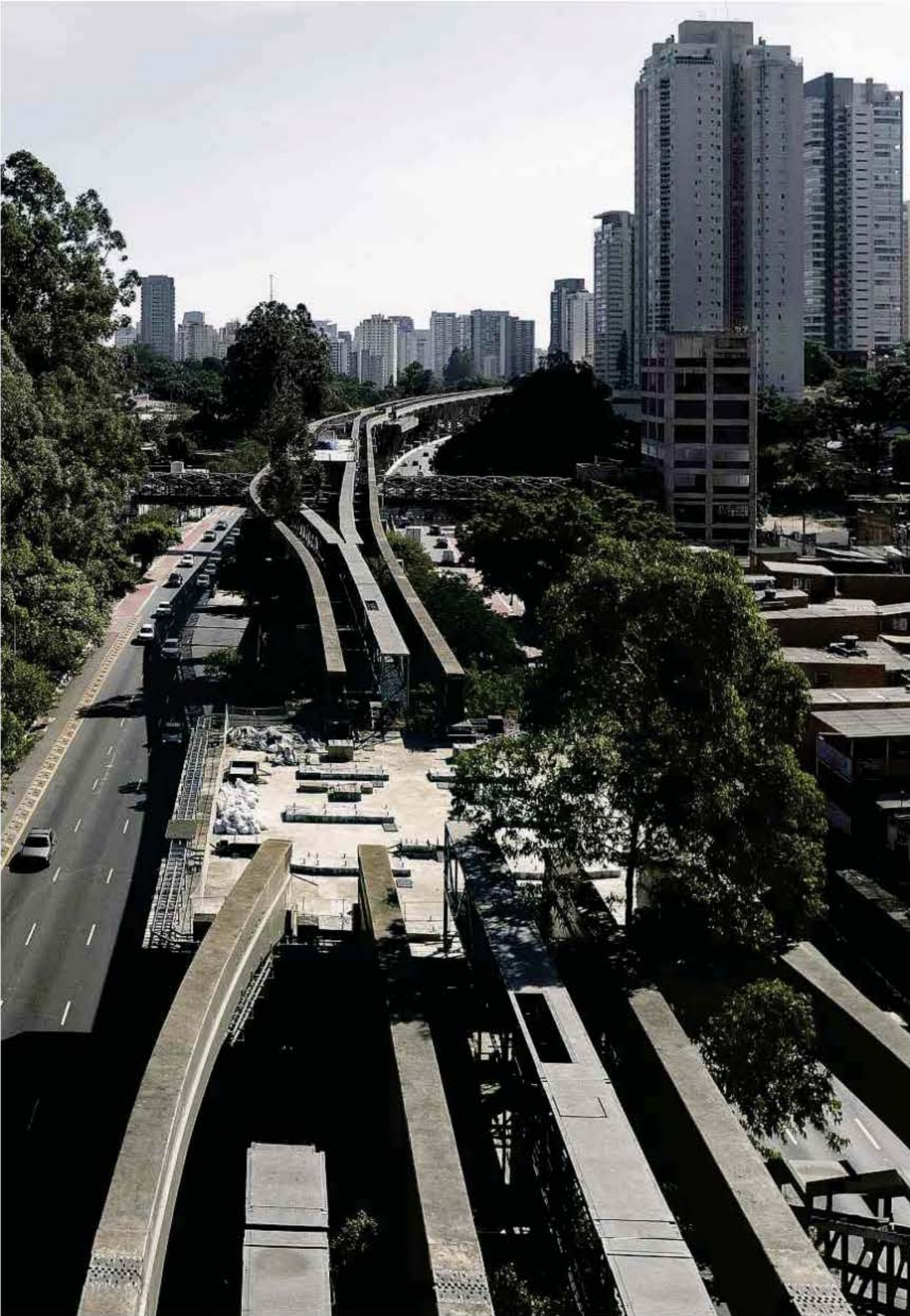
Em derrota do ministro Fernando Haddad (Fazenda), o Congresso Nacional devolveu ao governo Lula (PT) a medida provisória que restringia o uso de créditos de PIS/Cofins por parte de empresas. O texto, alternativa para compensar a desoneração da folha, causou forte reação de setores da economia e de parlamentares.

Ontem, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou a recusa ao lado do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). O governista disse que Lula "não estava confortável" com a restrição e que a decisão "tem o aplauso do presidente". "É melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim."

Pouco depois, Haddad afirmou que o governo petista não possui plano alternativo para repor a arrecadação perdida com a desoneração. "O Senado assumiu uma parte da responsabilidade por tentar construir uma solução", disse. Segundo o ministro, a medida serviria ainda para combater fraudes nos créditos tributários.

Com sete artigos, a MP estava valendo, mas precisava passar pelo Congresso. Pacheco devolveu os trechos que tratavam da limitação ao PIS/Cofins, tornando-os ineficazes. Os demais continuam válidos. **Mercado p.1**

Câmara aprova Mover e taxaço de compra de até US\$ 50 **p.7**



Eduardo Knapp/Folhapress

OBRAS DE MOBILIDADE SEGUEM INCOMPLETAS DEZ ANOS APÓS A COPA

Árvores invadem estrutura para os trilhos da futura linha 17-ouro do monotrilho, na avenida Jornalista Roberto Marinho, em São Paulo; cidades-sede têm ao menos 13 projetos que não saíram do papel, seis deles abandonados após o torneio **Cotidiano B1**

Fazenda estuda limitar alta de pisos da saúde e educação

O Ministério da Fazenda analisa propor mudanças nas regras orçamentárias para saúde e educação, limitando a alta real de gastos nas áreas a 2,5% ao ano. O objetivo é adequar o crescimento das despesas ao arcabouço fiscal. Também está em estudo desvincular alguns benefícios previdenciários do mínimo.

O governo Lula (PT) tem sido pressionado a apresentar medidas de equilíbrio fiscal que não sejam de arrecadação. Atualmente, os pisos da saúde e da educação estão vinculados às receitas. Assim, quando a gestão arrecada mais, ambos sobem de forma acelerada, tomando espaço dos demais gastos. **Mercado p.2**

Leilão de arroz é anulado após suspeitas de irregularidades

O governo Lula (PT) disse que vai fazer nova concorrência para importação de arroz, após indícios de falta de capacidade técnica das vencedoras. Secretário cujo ex-assessor intermediou parte da venda pediu demissão. **Mercado p.5**

Inflação acelera sob impacto do desastre no RS

O IPCA, inflação oficial do país, acelerou de 0,38% em abril para 0,46% em maio, segundo o IBGE. O resultado foi pressionado pelos preços dos alimentos, sob influência das chuvas no Rio Grande do Sul, e superou projeções do mercado. O acumulado em 12 meses é de 3,93%. **Mercado p.4**

Bruno Boghossian Congresso não é o único problema de Lula

Com a anulação da compra de arroz e a devolução da medida provisória que deveria compensar a prorrogação da desoneração da folha, o governo girou em falso. Os dois casos são sintomas de ação política atabalhoada. **Opinião A2**

Empresa de petistas fez 1º de Maio via Rouanet

Produtora de filiados à legenda fez ato após obter R\$ 3 milhões via lei Rouanet. PT não é "trampolim profissional", diz dono. **A8**

Bolsonaro negociou mais uma joia, diz PF

Para Andrei Rodrigues, diretor da PF, informação sobre negociação nos EUA robustece a investigação contra ex-presidente. **A6**

Filho de Biden é condenado por mentir ao comprar arma

Júri condenou Hunter Biden, filho do presidente Joe Biden, por mentir sobre o fato de usar drogas ao comprar uma arma em 2018 e por possuí-la ilegalmente. Ele se tornou o primeiro filho de mandatário em exercício nos EUA a ser condenado em processo criminal.

A sentença sai em até 120 dias. A pena máxima é de 25 anos, mas em geral réus primários, como Hunter, recebem condenações menores. Biden declarou que respeita o resultado. Donald Trump disse que processo foi "distracção" dos "crimes" da família. **Mundo A12**

Idoso morre após levar 'voadora' em discussão
Vítima foi agredida por motorista de carro em que esbarrou em travessia. **B2**

MEC suspende abertura de graduação a distância
Ministério paralisou a criação de cursos e a ampliação dos que já existem. **B3**

EDITORIAIS A2

Câmara quer esterilizar delação premiada

A respeito de projeto destinado a tirar eficácia do instrumento, que de fato deu margem a abusos, mas é valioso.

Hora de encerrar a greve

Sobre pleito de docentes de universidades federais.



opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêrsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Câmara quer esterilizar
delação premiada

Instrumento jurídico pode ser aperfeiçoado, mas projeto em tramitação provoca prejuízos tanto para investigados como para investigadores

A Câmara dos Deputados anda às voltas com um projeto de lei destinado a esterilizar as chamadas delações premiadas, transformando-as em um instrumento jurídico sem nenhuma aplicação prática. Inicativas com esse propósito não são novidade. Em 2016, por exemplo, o então deputado Wadih Damous (PT-RJ) — atual secretário Nacional do Consumidor no governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva — propôs vedar delações feitas por acusados ou indiciados que estejam presos.

Em 2023, o deputado Luciano Amaral (PV-AL) apresentou um texto bem mais enxuto e com redação diferente, mas preservando a mesma finalidade: considerar imprestáveis os acordos assinados por colaboradores sob efeito de privação cautelar de liberdade — isto é, prisão preventiva, temporária ou em flagrante.

Nas últimas semanas, líderes de 13 partidos do centro à direita, além do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deitaram olhos compridos ao projeto de Amaral.

Todos podem argumentar que pretendem combater abusos da polícia, do Ministério Público e do próprio Judiciário, mas seriam necessárias doses cavalares de ingenuidade para acreditar nisso. O que eles parecem de fato querer é uma blindagem contra essa importante ferramenta investigativa.

Regulamentada pela Lei das Or-

ganizações Criminosas, de 2013, a colaboração premiada se apoia na teoria dos jogos para destrinchar esquemas ilegais que, de outra forma, restariam impunes. Seu mecanismo é simples: oferece-se ao investigado uma recompensa para ele revelar o que sabe.

Logo se vê que a delação cumpre uma função dupla. De um lado, auxilia na apuração do crime, pois o colaborador aponta caminhos e fornece indícios que talvez jamais fossem encontrados; de outro, opera como arma de defesa, já que a barganha inclui vantagens no cumprimento da pena.

A mudança que os deputados cogitam fragiliza os dois polos, porque, se aprovada, tirará do indivíduo preso a chance de amenizar sua própria situação e reduzirá os estímulos para alguém entregar os comparsas, sobretudo os mais poderosos. Ou seja, os parlamentares ameaçam subverter a lógica por trás da colaboração premiada.

Não que inexistam problemas no uso dessa ferramenta no Brasil. Há boas razões para supor que, em alguns casos, prolongaram-se prisões preventivas a fim de forçar a negociação de delações.

Dai não decorre, porém, que a reforma em tramitação na Câmara seja a solução apropriada. Longe disso, aliás. De uso recente, a colaboração é um instrumento jurídico que ainda precisa ser afiado, mas não destruído.

Hora de encerrar a greve

Professores e técnicos das universidades federais já estão parados por tempo demais

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ofereceu uma espécie de saída honrosa para os grevistas das universidades federais. Eles deveriam aceitá-la e encerrar um movimento a esta altura já abusivo.

À moda da administração petista, a tentativa de lidar com o problema envolve gasto público e ampliação do aparato estatal. Foram anunciados um tal PAC para as universidades, com promessa de R\$ 5,5 bilhões em investimentos, e aumento de R\$ 279 milhões nas verbas de custeio das instituições.

Prevê-se, no pacote lançado na segunda-feira (10), a construção de dez novos campi federais no país. Já haviam sido propostos reajustes salariais de 9% no próximo ano e de 3,5% em 2026.

Embora reivindiquem mais, os grevistas podem dar-se por vitoriosos com as medidas, graças às afinidades entre o governo e o sindicalismo. A sociedade, nem tanto.

Professores já estão parados há dois meses; técnicos administrativos, há três. Essas exorbitâncias, que prejudicam enormemente os estudantes, só são possíveis porque os paredistas têm a segu-

rança de que não terão pagamentos descontados — para nem falar da garantia constitucional de estabilidade no emprego.

Mais dinheiro do contribuinte será injetado numa rede que já contava com R\$ 64 bilhões no Orçamento deste ano, sem que sejam debatidas as distorções do ensino superior e do serviço público.

Como a **Folha** noticiou, os docentes e técnicos das universidades já somam mais da metade dos servidores civis federais (237,2 mil em um total de 443,5 mil). Justos ou não, reajustes salariais para essas categorias têm grande peso nas contas já deficitárias do Tesouro.

Uma reforma administrativa deveria, no mínimo, regulamentar a possibilidade de demissão por mau desempenho, como estímulo à produtividade. Do lado da receita, é preciso abrir as instituições ao financiamento privado, inclusive por parte dos alunos com capacidade de pagamento.

Se não forem superadas as resistências impostas pelo corporativismo acadêmico, as greves voltarão a ser uma triste rotina a comprometer a qualidade do ensino.



Imigração é solução

Hélio Schwartzman

Não acho que Deus exista, mas, se há um criador, ele tem senso de humor. O traço comum que ele imprimiu à maior parte dos grupos de direita, em especial os dos países ricos, é a recusa à imigração. É o que une a ampla variedade de partidos da direita radical europeia, do Irmãos da Itália, da primeira-ministra Giorgia Meloni, ao mais extremista Alternativa para a Alemanha, que se desentendem em vários outros assuntos.

O medo da imigração também está dando as cartas na eleição americana. Embora o presidente Joe Biden tenha um histórico favorável à entrada de estrangeiros, acaba de baixar medidas que a restringem fortemente. Fê-lo porque esse é um tema em que os republicanos, que são muito mais anti-imigração que os democratas, vêm se mostrando mais sintonizados com o eleitorado.

O detalhe irônico é que a imigração é a solução, ainda que parcial, para os desafios econômicos que assombram os países ricos.

É claro que, se todo mundo acredita que a imigração é um problema,

ela se torna um. Se os estrangeiros não são bem recebidos pela população autóctone, surgem focos de atrito, a coesão social diminui e pode haver violência. Mas nem todos os pontos de divergência têm dimensão negativa. O choque de diferentes formas de ver o mundo favorece a criatividade e a inovação. Sociedades multiculturais tendem a ser bem mais dinâmicas do que aquelas em que todos são comportamentalmente muito parecidos. Como já ensinava Platão, a filosofia surge com o “thaumázein”, o verbo grego para surpreender-se, estranhar.

Admito que é difícil convencer um indivíduo que pensa que seu emprego e cultura estão ameaçados pelo estrangeiro das virtudes do “thaumázein”, mas existem argumentos pró-imigração bem mais concretos. Especialmente para os europeus, que têm cada vez menos filhos, receber trabalhadores de outros países é a melhor maneira de assegurar que os cheques da Previdência continuem chegando.

helio@uol.com.br

O governo girou em falso

Bruno Boghossian

No último mês, o governo abriu a caixa de ferramentas para encarar dois problemas. Primeiro, Lula anunciou um leilão para segurar o preço do arroz após as enchentes gaúchas. Depois, a equipe econômica bolou uma medida que deveria cobrir um buraco bilionário em seu cofre.

Algumas horas foram capazes de fazer o presidente e seus auxiliares voltarem todas essas casas. Com a anulação da compra de arroz e a devolução da medida provisória que deveria compensar a prorrogação da desoneração da folha, o governo girou em falso.

Os dois casos são sintomas de uma ação política atabalhoada. Pouco depois dos temporais que inundaram o Rio Grande do Sul, o governo correu para preparar um leilão de importação de arroz com o objetivo de amortecer a variação de preços. O processo acabou correndo com empresas sem capacidade técnica e sob conflito de interesses.

A decisão de anular a compra manteve o fantasma dos preços e criou duas encrencas que o governo não

tinha. O primeiro é o desgaste de um episódio que transita entre incompetência, improviso e suspeita de jogo sujo. O segundo é a dívida que Lula contraiu ao prometer que mandaria arroz barato para as prateleiras.

A pancada que o governo levou no caso da desoneração, por sua vez, pode até ser debitada na conta do lobby pesado da indústria e do agro-negócio, mas o time de Lula deveria ter entrado em campo conhecendo o fôlego dos adversários.

A Fazenda e o Planalto editaram uma medida provisória que moradia benefícios generosos sem medir o tamanho da gritaria desses setores. Para completar, ficaram sem rede de proteção no Congresso porque não negociaram o texto com os presidentes da Câmara e do Senado.

A derrubada do veto das saidinhas havia sido amarga, mas o governo absorveu a derrota com o argumento de que sua prioridade era a pauta econômica. Os dois golpes sofridos nesta terça-feira (11) sugerem que o Congresso conservador não é o único problema de Lula.

O plano da direita contra o aborto

Mariliz Pereira Jorge

É obscena a tentativa do Congresso de equiparar o aborto, já previsto por lei, a homicídio. A votação em caráter urgente, sem discussão em comissões, é mais um capítulo da queda de braço com o STF, depois que o ministro Alexandre de Moraes suspendeu norma do Conselho Federal de Medicina que impedia a interrupção da gravidez após 22 semanas.

Mas a ação é também parte da estratégia da extrema direita de tornar o procedimento ilegal em qualquer circunstância. Nos últimos anos, é pauta central de centenas de projetos que ignoram que se trata de um tema de saúde pública, não de segurança. Essa votação é o primeiro passo de um roteiro muito bem arquitetado para revogar, pelas beiradas, direitos ao mesmo tempo em que se dificulta o acesso ao atendimento.

Desde 2012, uma portaria sugere que o aborto seja feito até 22 semanas, em casos de estupro, de risco de morte da mãe e de anencefalia do feto. O Brasil tem cerca de 100 serviços cadastrados, mas nem me-

tade funciona. Centros de referência têm sido fechados, profissionais se negam a cumprir a lei por questões “morais”. Some-se a isso a falta de informação da população e a demora de um diagnóstico.

Muitas vezes, a gestação em caso de violência contra vulneráveis só é descoberta em estágio avançado. É quando começa a via-crúcis, que passa pela exigência de consultas com psicólogos, mais exames e burocracias mil, com o único intuito de inviabilizar o aborto.

O Congresso deveria discutir políticas para garantir assistência às vítimas e acesso ao aborto em todo o país, para que nenhuma menina ou mulher chegue ao serviço de saúde depois do prazo recomendado. É mais fácil nos incriminar.

Para completar o show de misoginia, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que o tema não é matéria de interesse e que Lula não deve interferir. Interesse de quem? Do presidente que se elegeu com o apoio feminino?

Dois vivos à diversidade

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Alguns anos atrás, falei num encontro de analistas financeiros em São Paulo. Não me lembro, mas provavelmente eu disse “Conheça a verdadeira economia” e “Siga o verdadeiro liberalismo”. Vocês me conhecem.

No entanto, notei que numa plateia de 300 pessoas não havia um único rosto negro. Todos tinham “deficiência de melanina”. A propósito, até muito recentemente, pelos padrões evolucionários, os europeus eram negros, sendo originários, como todos nós, da África.

A faixa norte da Eurásia tem pessoas com deficiência de melanina porque a pele negra é perigosa em lugares escuros e sombrios. Nos trópicos, ela protege contra a obtenção excessiva de vitamina D. No norte, ela impede que você obtenha a quantidade suficiente.

Ao contrário, digamos, da vitamina E, a vitamina D é perigosa tanto se for em excesso quanto se houver falta. Então os nortistas, ao longo de milênios, foram selecionados para a branquitude.

De qualquer modo, notei a ausência de afro-brasileiros, e disse isso. Normalmente não critico meu público, especialmente quando estou no exterior. E, apesar de toda a conversa sobre uma “sociedade pós-racial”, tanto os brasileiros quanto os ianques ainda precisam trabalhar sobre a diversidade.

A maneira ruim de trabalhar isso é com cotas legais — para negros, mulheres, quem quer que seja. Uma cota estigmatiza as pessoas que deveria ajudar. É verdade que, no passado, tivemos cotas em favor dos deficientes em melanina. Deve haver um provérbio em português como o “Turn about is fair play” (algo como “Mudar de ideia faz parte do jogo”).

A melhor maneira de trabalhar sobre isso não é a lei, mas uma mudança de sentimento, o que está acontecendo lentamente. Na TV dos EUA, os comerciais, até de colchões, hoje em dia apresentam habitualmente casais birraciais. Ahá!

Um modo de pensar econômico pode ajudar, entretanto.

David Ricardo disse em 1817 que a diversidade de salários leva a ganhos de eficiência em um time. Um time de futebol precisa de atacantes, mas também de defensores.

J. S. Mill disse em “On Liberty”, em 1859, que a diversidade de opinião melhora as conclusões. Claro. O desastre da espaçonave Challenger em 1986, que matou os astronautas a bordo, foi causado em parte pelo pensamento de grupo entre gerentes e engenheiros insuficientemente diversos.

E no mesmo ano de 1859, Darwin mostrou que a diversidade aleatória nos ancestrais leva à evolução, assim como a diversidade de empreendimentos leva ao enriquecimento.

Portanto, uma cabeça e um coração liberais de verdade levam à justiça e ao enriquecimento. Aproveitem nossa diversidade, queridos.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Por que a Suprema Corte americana presta contas e o nosso Supremo não?

Nos EUA, lei obriga juízes a divulgar anualmente todas as suas rendas extras

Eduardo Oinegue

Jornalista, é âncora do Jornal da Band e da Bandnews FM e colunista da Bandnews TV

Quer deixar um juiz da Suprema Corte americana irritado? Diga que chegou a hora de preencher o “Relatório de Divulgação Financeira”, um compromisso anual, profundamente chato, mas inescapável. Trata-se de um documento parecido com o nosso Imposto de Renda, mas que uma vez preenchido não vai para o IRS, a Receita Federal deles. A papelada é encaminhada a um comitê que analisa o material e depois joga tudo na internet para consulta pública.

E por que esse relatório irrita os juízes da Suprema Corte — eles e todos os integrantes da magistratura americana que o preenchem? Porque está ali contida — ou pelo menos deveria estar — a informação detalhada sobre quanto dinheiro ou benefício cada um recebeu, além do salário oficial, que já é informação de domínio público. O juiz fechou contrato para escrever um livro e recebeu antecipação de direitos autorais? Tem que colocar no relatório tanto o valor recebido quanto o nome da editora que o contratou.

Sua excelência deu uma palestra com cachê? Tudo bem, a lei americana permite, mas é preciso expor no relatório, apontando a data de realização do evento e a instituição responsável pela contratação. De repente o evento não foi remunerado, e o juiz só recebeu passagens, hospedagem e alimentação. Pode deixar de fora do relatório? Não, tem que registrar. Ganhos financeiros também entram, aplicação por aplicação. A lei dispensa a informação sobre o valor exato de cada ativo, mas manda classificar os investimentos de forma individualizada com uma letra, onde “A” significa menos de US\$ 1.000 e “O” de US\$ 500 mil a US\$ 1 milhão. E assim o contribuinte americano tem uma ideia aproximada do rendimento extra auferido

pelos juízes anualmente.

É um modelo infalível? Não. Aqui e ali já se identificaram casos de contabilidade criativa, como a do juiz Clarence Thomas, integrante da Suprema Corte há mais de 30 anos, que deixou de fora do relatório viagens nacionais e internacionais apresentadas por um bilionário, e retificou a documentação depois que a denúncia apareceu na imprensa.

Quando foi indicada para a Suprema Corte, em 2009, pelo então presidente Barack Obama, Sonia Sotomayor declarou um patrimônio de US\$ 750 mil, que se multiplicou por sete desde então. Parte expressiva do aumento patrimonial, segundo o relatório, vem de direitos autorais. O que o documento não conta é que assessores de seu gabinete foram acusados de procurar instituições de ensino recomendando a compra dos livros da juíza. Pegou mal.

A ideia da identificação da origem

[...]

A hipótese de divulgar os ganhos extras dos magistrados foi discutida anos atrás, em 2016, no Conselho Nacional de Justiça. Mas acabou enterrada por iniciativa do então presidente do Supremo, que acumulava a presidência do CNJ. O nome dele? Ricardo Lewandowski, atual ministro da Justiça

dos pagamentos é dar visibilidade aos pagadores, eliminando assim dúvidas sobre possíveis conflitos de interesse. É assim nos Estados Unidos. Mas e no Brasil? Bom, por aqui não há lei obrigando os integrantes do Poder Judiciário a revelar nos canais oficiais ganhos ocasionais com palestras, renda advinda de direitos autorais pela venda de livros ou receita que resulta de investimentos financeiros e eventuais empreendimentos que toquem em paralelo.

A hipótese de divulgar os ganhos extras dos magistrados foi discutida anos atrás, em 2016, no Conselho Nacional de Justiça. Mas acabou enterrada por iniciativa do então presidente do Supremo, que acumulava a presidência do CNJ. O nome dele? Ricardo Lewandowski, atual ministro da Justiça.

Suas palavras na reunião do conselho em favor do sigilo estão registradas: “A preocupação aqui é só resguardar a privacidade, a intimidade e a própria segurança”, disse. Lembrando que os ministros do Supremo não estão submetidos às decisões do CNJ nem impedidos de propor mudanças no estatuto do tribunal para adotar uma regra de transparência semelhante à Suprema Corte americana.

Seria hipocrisia questionar a presença de membros da magistratura nacional em eventos ou proibi-los de cobrar por isso. Ainda mais quando todos os que promovem eventos, inclusive veículos de comunicação, lucram de alguma forma com a iniciativa e ganham prestígio com a presença das autoridades. Mas daí a concordar com a ideia de que eventuais recebimentos extras no Judiciário sejam tratados como assunto sigiloso, sugerindo que o poder público deve seguir as regras da iniciativa privada, vai uma grande distância.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Imagem de “Xuxa, o Documentário”

Divulgação Globo

Referências

“Desde que a Xuxa era minha principal referência de beleza, os padrões continuam os mesmos” (Equilíbrio, 6/6). Nasci na década de 1980 e cresci com as mesmas referências estéticas da autora do texto. Embora ser alta, loira, magra e de cabelos lisos não fosse uma opção, já que nasci negra de cabelos crespos, me identifico com o relato. Hoje, o cabelo crespo é considerado bonito, mas não me sinto à vontade ou feliz em usar os cachos que a natureza me deu — mais curtos e fechados. Espero que a próxima geração tenha mais referências.

Aline Viana da Cruz (Santo André, SP)

Em processo de extinção

“Adeus ao papel” (Ruy Castro, 9/6). É, este fechamento da coluna me obriga a uma confissão. Admito que ando vendo e consumindo muito mais videoaulas, entrevistas, filmes, documentários e cursos, do que lendo livros. Rendo-me aos fatos. Hoje, aprendo e me atualizo mais sem documentos físicos. Até Pessoa, Manoel de Barros e Drummond consumo por vídeo. Rendo-me.

Jove Bernardes (Belo Horizonte, MG)

Prefiro livros físicos: a bateria nunca acaba e ainda faço anotações.

Amarildo Caetano (Cotia, SP)

Sempre li muito. Ganhei um Kindle, de que jurava que não gostaria, e não só gostei como hoje leio como nunca antes.

Marcia Maluf (São Paulo, SP)

Autonomia

“Alzheimer antes de avanço do declínio é marcado por foco no presente e anseio do futuro” (Equilíbrio, 8/6). Preocupante o aumento geral, principalmente entre mais jovens. A doença é terrível. Minha mãe perdeu para o Alzheimer em março de 2023.

Marenildes Pacheco da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Cada vez mais vejo pessoas com Alzheimer.

João Batista de Junior (Mogi Mirim, SP)

E os namorados?

“Mulheres de 30 anos já sentem pressão social por estarem solteiras” (Equilíbrio, 11/6). “Para os homens, no entanto, ninguém pergunta quando vão casar ou que tipo de mulher querem ao seu lado.” As mulheres são mais cobradas, mas homens também são. Inclusive, há pouco tempo ouvi a frase “quem não escolheu acaba sendo escolhido”. E vira e mexe me questionam sobre se não vou voltar com a minha ex. Socialmente, estar solteiro significa estar incompleto.

Rubens Martins (Brasília, DF)

Se não casou, há pressão para casar. Se casou, há pressão para ter filho. Se casou e teve filho, há pressão para ter outro. Se casou e teve dois filhos, há pressão para tentar uma menina... Moral da história: dê uma banana à pressão e vá se divertir.

Janaina de Moraes Santos (São Paulo, SP)

E está tão enraizada que a cobrança vem, muitas vezes, das próprias mulheres que nos cercam.

Fabiana Santos (Belo Horizonte, MG)

‘Um oportuno detox’

“Se o nosso planeta falasse” (Manuela Cantuária, 11/6). “Carta da Terra” foi um manifesto cheio de boas intenções e ideias para a humanidade evitar a autodestruição. O texto de Manuela serve como uma atualização de status: 30 anos se passaram e nós só pioramos as coisas.

Rineu Santamaria Filho (Monte Alto, SP)

Isso. A ideia de “acabar com o planeta” é só uma medida da arrogância da nossa civilização. O que vai acabar é a espécie humana. Aos poucos e com muita distopia, obrigada. E o planeta seguirá girando.

Silvia Klein de Barros (Rio de Janeiro, RJ)

Representatividade no México

“Gênero importa na gestão pública?” (Lorena Hakak, 11/6). Estudos mostram que as mulheres tendem a priorizar questões sociais, educação, saúde e igualdade de gênero. Isso não significa que os homens sejam incapazes de valorizar esses aspectos, mas a diversidade de perspectivas enriquece a tomada de decisão e a formulação de políticas. Pesquisas sugerem que mulheres e homens adotam diferentes estilos de liderança.

Alexandre Marcos Pereira (Ribeirão Preto, SP)

Violência

“Homem de 77 anos morre após levar ‘voadora’ no peito em Santos” (Diário, 11/6). Revoltante. Resultado do discurso de ódio como política de estado.

Afonso Galvão (Brasília, DF)

Fim dos tempos! A violência avançou no cinema, nos games e na internet. Daí já estava implantada na mente do povo como coisa normal. Eis o resultado. A cada dia uma barbaridade demonstrando a falência da cultura, da educação e da civilidade.

Valter Luiz Peluque (São Paulo, SP)

O ódio envenena as relações pessoais. Matar tornou-se um ato banal. É a banalização do mal.

Fatima Marinho (São Paulo, SP)

Viagens

“Barroso diz que há implicância em críticas a viagens de ministros do STF” (Política, 10/6). Podem fazer quantas viagens quiserem, só não usem o dinheiro do contribuinte.

Paulo Francischini (São Paulo, SP)

Implicância, senhor ministro? Acha justo gastar milhares com viagens de lazer, enquanto milhões de brasileiros lutam, arduamente, para colocar comida na mesa?

Angela Oliveira (Brasília, DF)

Concordo sobre a necessidade de segurança para os ministros do STF, porém em eventos relacionados ao exercício do cargo, como o deslocamento entre residência e trabalho. Assistir final de futebol? É demais, senhor ministro.

Marco Moreira (São Paulo, SP)

Excelente entrevista com o ministro. Equilibrado, prudente e assertivo nas respostas. Conforme dizer antigo, “ainda há juízes verdadeiros no Brasil”.

Raymundo de Lima (Maringá, PR)

Quebrando barreiras etárias

Design de aplicativos para celular deve observar a inclusão de pessoas idosas

Edson S. Moraes

Mestrando em ciências do envelhecimento, é consultor de estratégia e conselheiro empresarial

No mundo moderno, os smartphones se tornaram uma extensão indispensável de nossas vidas. No entanto, enquanto a tecnologia avança a passos largos, uma parte significativa da população muitas vezes fica para trás: as pessoas idosas, em especial as mais idosas, aquelas com mais de 80 anos.

O etarismo, a discriminação baseada na idade, tem sido uma barreira persistente para que esse público utilize plenamente os benefícios da tecnologia, especialmente os aplicativos para celular. Para combater essa discriminação e promover uma sociedade mais inclusiva, é fundamental que as empresas adotem abordagens mais centradas no usuário, incluindo essas pessoas em todo o processo de desenvolvimento de aplicativos.

A inclusão desse grupo no processo de design de aplicativos não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma decisão inteligente do ponto de vista de negócios. De acordo com o Censo do IBGE de 2022, a população acima dos 60 anos já passa dos 32 milhões de pessoas, um mercado potencialmente lucrativo que cresce a cada ano. Ao garantir que os aplicativos sejam acessíveis e fáceis de usar para pessoas idosas, as empresas podem melhorar sua reputação como companhias socialmente responsáveis, além de fomentar políticas de diversidade nas contratações.

Outro aspecto relevante é a riqueza de experiência e conhecimento, que

podem ser diferenciais no processo de design, fornecendo insights valiosos sobre suas necessidades, preferências e desafios ao usar aplicativos. Ao incluir pessoas idosas desde as fases iniciais do desenvolvimento, as empresas podem identificar e corrigir problemas de usabilidade antes que os aplicativos sejam lançados, economizando tempo e dinheiro no longo prazo, além de facilitar a fidelização de clientes que, não raramente, se decepcionam com os serviços oferecidos.

O caso dos aplicativos bancários é um exemplo de descaso com

[...]

A letra pequena, a complexidade da navegação e a falta de opções de acessibilidade são apenas algumas das barreiras que os clientes enfrentam (...). Contratar pessoas idosas para trabalhar no design e teste de aplicativos não só é moralmente correto, mas também uma decisão inteligente do ponto de vista dos negócios

clientes muitas vezes fiéis ao banco há mais de 50 anos. São projetos sem levar em consideração as necessidades e habilidades específicas dos clientes idosos. A letra pequena, a complexidade da navegação e a falta de opções de acessibilidade são apenas algumas das barreiras que os clientes enfrentam ao tentar usar esses aplicativos.

A ausência de representação de pessoas idosas nas equipes de desenvolvimento resulta em uma falta de compreensão de suas experiências e desafios únicos. O curioso é que os grandes bancos terminam por negligenciar o atendimento a clientes de longa data na esperança de atrair clientes jovens que des prezam seus serviços, em parte pela cobrança de tarifas hoje isentas em bancos digitais. Pessoas idosas nas bancadas de testes poderiam facilmente identificar problemas que passariam despercebidos por desenvolvedores mais jovens.

O etarismo nos aplicativos é uma questão séria que afeta a acessibilidade e a inclusão na sociedade digital. Soluções centradas efetivamente no cliente-usuário permitiriam criar produtos mais acessíveis e inclusivos para todos. Contratar pessoas idosas para trabalhar no design e teste de aplicativos não só é moralmente correto, mas também uma decisão inteligente do ponto de vista dos negócios. Ao reconhecer e valorizar a contribuição das pessoas idosas, podemos criar um futuro mais inclusivo e acessível para todos.

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Arroz doce

Pivô das suspeitas sobre o leilão de arroz do governo federal, Robson França diz que o fato de ter sido assessor parlamentar de Neri Geller, demitido nesta terça (11) do cargo de secretário de Política Agrícola, não pode ser usado como indício de irregularidade no processo. Eles trabalharam juntos até 2020, quando Geller era deputado federal. “Eu saí da assessoria, fui tocar a minha vida. Tenho que parar tudo porque trabalhei há quatro anos com um parlamentar?”, disse ao Painel.

ARROZ COM FEIJÃO No ano passado, França criou a Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e a Foco Corretora de Grãos, que intermediaram a venda de quase metade do arroz importado que foi vendido no leilão. “A Bolsa foi constituída com todos os meios legais. Tenho toda a documentação necessária para operar junto à Conab”, declara.

ARROZ DE FESTA Ele confirma que tem outra empresa em sociedade com um filho de Geller, mas diz que ela só existe no papel. Também advogou para o agora ex-secretário em sua campanha ao Senado em 2022 pelo MT. Apesar disso, nega que seja amigo da família. “Temos apenas relação política e profissional”, diz.

INJEÇÃO O Ministério da Saúde dará um reajuste de 8,4% aos profissionais do programa Mais Médicos. Com o aumento, o primeiro desde 2019, a chamada bolsa-auxílio vai chegar a R\$ 12.500, contra R\$ 11.530 atualmente. Também haverá ampliação de auxílios pagos quando o médico muda de cidade e quando terminam os quatro anos do programa.

INSPIRAÇÃO O Ministério dos Direitos Humanos instituiu grupo de trabalho para preparar a criação de um sistema nacional ligado à área, nos moldes dos de Saúde (SUS) e Assistência Social (SUAS). A expectativa é de que dure 180 dias, com encaminhamento do relatório para o ministro Sílvio Almeida. Após esse processo, haverá consultas públicas para formatar o novo sistema.

HORIZONTE... O PT tem buscado costurar alianças para candidaturas a prefeitos e vice-prefeitos nas eleições de outubro já com a preocupação de negociar apoio para o Senado nas eleições em 2026, em meio ao temor de que a oposição ganhe ainda mais força na Casa na próxima legislatura.

...RELEVANTE O partido tem enfrentado dificuldades para barrar propostas conservadoras na Casa. Só neste ano viu ser aprovada uma emenda que criminaliza porte e posse de drogas e a rejeição de um indicado do governo para a Defensoria Pública da União, pelo fato de ter organizado um seminário sobre aborto, entre outras derrotas.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6,90	R\$ 9,90
DF, SC	R\$ 8	R\$ 11
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 8,50	R\$ 12
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 13	R\$ 15,50
Outros estados	R\$ 13,50	R\$ 16,50
	*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%	

CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

PROVIDENCIAL A devolução da MP do PIS/Cofins poupou o governo Lula de uma provável derrota turbinada por sua própria base de apoio formal. O PP, por exemplo, que controla o Ministério do Esporte, havia decidido fechar questão contra a medida, tanto no Senado quanto na Câmara. A movimentação, capitaneada pelo presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI), tinha aval tácito do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), principal expoente da legenda.

GIZ Nos primeiros dois dias de funcionamento do aplicativo criado pela pré-campanha do prefeito Ricardo Nunes (MDB) para receber sugestões da população, destacaram-se propostas de políticas voltadas à infância, como ensino integral nas escolas municipais e atividades no contraturno em equipamentos de cultura e lazer. Mais de mil ideias foram enviadas pelo aplicativo para a equipe coordenada pelo ex-governador Rodrigo Garcia.

CUSTOMIZADO OPSOLacionou a Justiça Eleitoral por causa da produção de jornais pela prefeitura para divulgar obras e serviços realizados pela gestão Nunes. O partido aponta propaganda antecipada e mostra na ação jornais produzidos com conteúdos para cada bairro, com títulos como “O que a Mooca quer a prefeitura faz”.

ESCAPE A deputada Júlia Zannatta (PL-SC) apresentou projeto para incluir na lei do Bolsa Família a condição de frequência escolar mínima de 75% para beneficiários analfabetos de 18 a 50 anos. Além disso, seriam exigidos comprovação de que os adultos estejam realizando curso profissionalizante e sejam cadastrados no Sistema Nacional de Emprego. Na justificativa da proposta, a deputada defende ser necessário definir formas para que os beneficiários saiam do programa.

DATADOGUÍNEO A Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara aprovou projeto que obriga o IBGE a coletar no Censo informações sobre animais de estimação nas famílias. De acordo com a proposta, do deputado Fred Costa (PRD-MG) e com relatoria de Daiana Santos (PCdoB-RS), os dados servirão para a construção de políticas voltadas à promoção da saúde e bem-estar das famílias e seus pets, controle de pragas e prevenção de condutas ilegais.



Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, faz discurso durante um evento no Palácio dos Bandeirantes Danilo Verpa - 6.mai.24/Folhapress

Tarcísio nega golpismo de Bolsonaro, mas acena ao Supremo nos bastidores

Apesar de minimizar a responsabilidade de bolsonaristas em público, governador se aproxima do ministro Alexandre de Moraes

Ana Luiza Albuquerque

SÃO PAULO Era fim de fevereiro e o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo tomava posse. Ao lado do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) tecia elogios à Justiça Eleitoral e falava das eleições como “representação soberana” da vontade popular. Dois dias depois, aventado como possível candidato à Presidência em 2026 ante a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), participaria de manifestação na avenida Paulista ao lado dele. O ato era uma tentativa de demonstrar a força de Bolsonaro, peça central na investigação da Polícia Federal que apura se houve uma tentativa de golpe de Estado para mantê-lo no cargo após a derrota para o presidente Lula (PT) nas eleições de outubro de 2022.

Para apaziguar os ânimos com o Judiciário, manifestando apreço às instituições e ao processo eleitoral, e ao mesmo tempo manter-se no seio do bolsonarismo, ele tinha uma saída lógica: negar o envolvimento de seu grupo político na tentativa de reverter os resultados eleitorais.

Assim tem feito. Publicamente, busca afastar a responsabilização de Bolsonaro e aliados no caso. Nos bastidores, aproxima-se dos ministros do STF, especialmente Moraes, para esfriar a temperatura e melhorar a relação com os bolsonaristas, como já disse a pessoas de seu entorno. No último fim de semana, voltou a negar que seu grupo político tenha se envolvido na tentativa de golpe. Questionado sobre as investigações da PF em torno de Bolsonaro e seus aliados, Tarcísio minimizou: “Não vejo por que a gente, por que essa corrente, está na atenção da Polícia Federal”.

Nas semanas anteriores à manifestação na Paulista, Bolsonaro estava acuado. Havia sido chamado para depor à PF e aliados temiam que a prisão estivesse próxima. O próprio ex-presidente acusou a preocupação em entrevista. “Não podemos continuar vivendo aqui naquele impasse. ‘Ah, o Bolsonaro vai ser preso amanhã. Pode ser preso a qualquer momento’. Qual crime eu cometi?”, disse ele ao bloqueiro Esmael Morais.

DORIA E CAMPOS NETO ENCONTRAM TARCÍSIO

Entre os convidados do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para o jantar em homenagem ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na segunda (10), estava João Doria, ex-chefe do Executivo estadual. Até então, Doria, que deixou o PSDB no final de 2022, estava isolado do governo de Tarcísio — ex-ministro de Infraestrutura de Jair Bolsonaro (PL) — depois que rivalizou com o ex-presidente quando governou São Paulo. Após ter se aliado a Bolsonaro em 2018, Doria virou um de seus principais inimigos políticos e, em 2023, disse que ele foi “o pior presidente que o Brasil já teve”. Antes do jantar, Tarcísio disse que só pessoas próximas participariam do evento. “Vou fazer um jantar para o meu amigo Roberto, com poucos amigos, gente do meu convívio, que trabalhou com a gente no governo”, disse. Também participou Rodrigo Garcia, que sucedeu Doria no Governo de São Paulo.

Uma semana após operação da PF que atingiu o entorno do ex-presidente e apreendeu o passaporte de Bolsonaro, Tarcísio defendeu o padrinho político e disse que não conseguia ver qualquer elemento que o incriminasse. “Acho que o pessoal está criando muita coisa. Com o tempo tudo vai ser esclarecido.” A PF sustenta que o ex-presidente pediu alterações em uma minuta de golpe apresentada a ele pelo ex-assessor Filipe Martins e que convocou reunião com os comandantes das Forças Armadas para pressioná-los a aderir.

À PF, os então comandantes do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos Baptista Júnior, detalharam reuniões e pressões da alta cúpula da gestão Bolsonaro para a tentativa de golpe e para adoção de medidas que incluiriam prisão de autoridades.

Segundo pessoas que estiveram na manifestação de fevereiro ao lado de Bolsonaro, Tarcísio costurou com o STF o tom daquele ato e garantiu que o ex-presidente não atacaria os ministros. Naquele dia, Bolsonaro criticou as penas dos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro e reclamou do “abuso por parte de alguns”, mas não citou nomes.

A bolsonaristas o governador diz que tenta se aproximar do STF para ajudar. Pessoa do entorno do ex-presidente afirma que a movimentação tem aval de Bolsonaro, que ainda acredita na reversão da inelegibilidade e, sobretudo, quer evitar uma possível prisão.

Como mostrou a Folha, Tarcísio também conversou com Moraes buscando evitar a cassação do senador bolsonarista Jorge Seif (PL). O governador defendeu que seria traumático cassar o mandato de um parlamentar eleito. Tarcísio também ouviu o ministro durante o processo de indicação do novo procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa.

A aproximação do Judiciário é uma das posturas do governador que incomodam uma ala bolsonarista — assim como esporádicos elogios ao governo Lula e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e as participações em eventos com figuras ligadas à direita não-bolsonarista ou à centro-direita.

Esse grupo de aliados de

Bolsonaro acredita que, assim, Tarcísio busca pavimentar a candidatura ao Planalto, possibilidade que ele nega publicamente, posicionando-se como moderado e descolando-se do bolsonarismo.

No mês passado, o governador foi a jantar organizado pelo apresentador da TV Globo, Luciano Huck. Nesta segunda (10), promoveu jantar em homenagem ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, com quem trabalhou na gestão Bolsonaro. No encontro, estiveram presentes os ex-governadores João Doria (ex-PSDB, hoje sem partido) e Rodrigo Garcia.

Garcia, inclusive, ajudou na construção da ponte entre Tarcísio e Moraes. Ele e o ministro são próximos — ambos foram secretários do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB). Eles se aproximaram durante a transição de governo.

Outra ala bolsonarista reconhece que os movimentos de Tarcísio não são atípicos para o governador de um estado influente como São Paulo e afirmam que ele precisa estar preparado se for sacramento como o candidato da direita à Presidência em 2026.

Esse grupo avalia que Tarcísio foi importante para apaziguar a relação com o STF e evitar, até agora, a prisão do ex-presidente.

Para além dos fatos revelados pela PF com base em mensagens e na delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o ex-presidente já acumulava uma série de declarações de caráter golpista.

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro questionou em diversas ocasiões, sem provas ou indícios, a segurança das urnas eletrônicas. Em vários momentos, deu a entender que não aceitaria outro resultado que não fosse sua reeleição, o que provocou uma forte crise institucional em 2021. A ameaça mais contundente ocorreu em julho. “Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”, disse Bolsonaro a apoiadores.

No 7 de Setembro daquele ano, em discursos diante de milhares de eleitores em Brasília e em São Paulo, o ex-presidente fez ameaças golpistas contra o STF, exortou desobediência a decisões da Justiça e disse que só sairia morto da Presidência da República.

política



Diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues Adriano Machado/Reuters

Nova joia em caso de Bolsonaro é agravante, diz diretor da PF

Andrei Rodrigues estima que investigação deve ser concluída em junho

Julia Chaib

BRASÍLIA O diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, confirmou nesta terça-feira (11) que investigadores descobriram uma nova joia que foi negociada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nos Estados Unidos. O novo elemento robustece as apurações que vêm sendo realizadas sobre as transações de artigos de luxo feitas por Bolsonaro e seus aliados e configura um agravamento do caso. O diretor deu a declaração

em entrevista à imprensa nesta terça-feira (11). “A nossa diligência localizou que, além dessas joias que já sabíamos que existiam, houve negociação de outra joia que não estava no foco dessa investigação. Não sei se ela já foi vendida ou não foi. Mas houve o encontro de um novo bem vendido ou tentado ser vendido no exterior”, afirmou Andrei. “Tecnicamente falando, isso robustece a investigação”, disse o diretor. Conforme declarou Andrei, a expectativa é que o caso seja concluído ainda neste mês de junho.

A descoberta sobre a nova joia ocorreu durante diligências feitas pela PF nos EUA. A ida da polícia ao país se deu no âmbito de uma cooperação internacional com o FBI, a polícia federal dos EUA. O acordo tem o nome de Mutual Legal Assistance Treaties. A tendência, avaliam investigadores, é que Bolsonaro seja indiciado no caso por peculato, que prevê uma pena de 2 a 12 anos de prisão e multa. Caso haja condenação, a prisão em regime fechado pode ocorrer se a pena final total for superior a oito

“ Não sei se ela [a nova joia identificada] já foi vendida ou não foi. Mas houve o encontro de um novo bem vendido ou tentado ser vendido no exterior

Andrei Rodrigues diretor da Polícia Federal

Gestão Lula aciona PF para avaliar projeto da Câmara sobre delações premiadas de presos

BRASÍLIA A Polícia Federal foi acionada pelo governo Lula (PL) para fazer um relatório sobre o projeto de lei que proíbe delações premiadas de presos. Havia previsão de que a urgência (que acelera a tramitação) da proposta fosse votada nesta terça (11) na Câmara, mas a análise acabou adiada. Ainda assim, o tema pode começar a ser debatido pelos deputados nesta semana. Segundo o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, a corporação prepara uma manifestação a respeito do tema a pedido do Ministério da Justiça. Ainda assim, como mostrou a Folha, o governo trata o te-

ma com cautela pelo potencial de desgaste. No passado, o próprio presidente Lula (PT) era um crítico de delações firmadas por presos, sobretudo as que foram fechadas no âmbito da Operação Lava Jato. O receio no Planalto é que qualquer posição do governo seja usada por direita e esquerda contra Lula. Por isso, articuladores políticos defendem que o governo se afaste da proposta para evitar embates no Congresso Nacional. Mesmo com a posição da PF, a tendência é que o Ministério da Justiça não se manifeste. Um integrante da pasta diz que é praxe da assessoria legis-

lativa pedir manifestações técnicas. Isso não significa que o Ministério vá elaborar um parecer. O relatório da PF pode embasar futuras decisões do governo sobre veto ou sanção do projeto. Nesta terça, o diretor da PF evitou avaliar a proposta analisada na Câmara. Disse que faz “parte do processo legislativo” e que as delações são importantes para as investigações. “É um tema que tem dois vieses. A questão técnica está sendo enfrentada pela nossa diretoria de combate ao crime organizado. Nós fomos formalmente instados a nos posicionar e não vou anteci-

par a posição da PF”, afirmou. “A equipe está debruçada sobre essa minuta e deve, nos próximos dias, exarar a manifestação, subsidiando o Ministério da Justiça, que aí sim tem uma Secretaria de Assuntos Legislativos, que vai dar o encaminhamento, não sei se acolhendo ou não, à manifestação técnica da Polícia Federal”, disse. Ele afirmou que as entidades de classe já se manifestaram sobre o tema e que o Congresso é o local para o debate. “Nós respeitamos absolutamente o processo legislativo, esse é o segundo viés. Acho que o Parlamento é o ambien-

anos. Penas entre 4 e 8 anos podem ser cumpridas em regime semiaberto. O caso das joias teve origem em 2021, quando o então ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) tentou desembarcar no Brasil com artigos de luxo na mochila. Os bens não foram declarados e acabaram apreendidos pela Receita Federal, como revelou o jornal O Estado de S. Paulo. Albuquerque alegou que as joias teriam sido presentes enviados pelo governo da Arábia Saudita para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Segundo a colunista Mônica Bergamo, da Folha, as peças foram avaliadas em R\$ 5.602.897,30 pela Receita Federal. Além desta, as investigações apontaram que Bolsonaro e auxiliares retiraram do país, no avião presidencial, pelo menos outros quatro conjuntos de bens recebidos pelo ex-presidente em viagens internacionais, na condição de chefe de Estado. As apurações mostram que o ex-presidente e aliados tentaram vender os itens nos Estados Unidos e inclusive levaram as joias no avião presidencial em 30 de dezembro, quando Bolsonaro deixou Brasília e seguiu para Orlando. Com base nas informações, a PF chegou a fazer buscas em endereço do general da reserva do Exército Mauro Lourenço Cid, pai do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; de Frederick Wassef, advogado do ex-presidente; e de Osmar Crivelatti, tenente do Exército e que também atuou na ajudância de ordens da Presidência. Para a PF, o ex-presidente utilizou a estrutura do governo federal para desviar presentes de alto valor oferecidos a ele por autoridades estrangeiras. A defesa de Bolsonaro afirma que o ex-presidente jamais se apropriou de qualquer bem público e que ele “voluntariamente” pediu ao TCU (Tribunal de Contas da União) em abril de 2024 a entrega de joias recebidas “até final decisão sobre seu tratamento, o que de fato foi feito”. O próprio ex-presidente disse querer esclarecer o caso “o

mais rápido possível”, e que não ordenou a venda de nenhum dos itens citados. Em depoimento dado à PF, o ex-presidente afirmou ter tido conhecimento sobre as joias apreendidas na Receita 14 meses após o ocorrido. Segundo a defesa, após saber do caso, em dezembro de 2022, Bolsonaro buscou informações para evitar um suposto vexame diplomático caso os presentes fossem a leilão. De acordo com Andrei, o inquérito que investiga fraudes no cartão de vacinação de Bolsonaro também deve ser concluído em junho. O relatório dessa investigação havia sido enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas a PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu diligências adicionais, que já foram concluídas. Bolsonaro já foi indiciado pela PF, assim como Cid, o deputado federal Gutemberg Reis (MDB-RJ) e outras 14 pessoas.

Órgão negocia delações em caso da Abin Paralela

BRASÍLIA O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, disse nesta terça (11) que investigadores negociam colaborações premiadas na apuração sobre a existência de uma Abin paralela durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Segundo Andrei, a perspectiva é que o inquérito seja concluído em julho ou agosto. “Estamos [na fase de] diligências finais, tem a possibilidade de colaboração de investigados”, afirmou. A Abin está no foco de investigação da PF desde março do ano passado, quando veio à tona a informação de que a gestão Bolsonaro usou o software FirstMile para investigar ilegalmente adversários políticos por meio da localização geográfica de telefones celulares. O inquérito já resultou em duas operações com prisões e buscas e apreensões, uma em outubro e a mais recente em janeiro. JC

te, é um foro adequado para esse tipo de discussão, e que deve ouvir todas as partes interessadas, envolvidas na segurança pública, muito em especial, para que a gente tenha uma legislação adequada e que permita o enfrentamento ao crime organizado.” Classificou a delação premiada como um instrumento “importantíssimo” de investigação e disse que ela está sendo usada como deveria. “A gente tem utilizado como sempre deveria ter sido utilizada, como um meio de busca e obtenção de prova. Mas a manifestação será técnica.” O tema voltou à tona na Câmara após o deputado Luciano Amaral (PV-AL), aliado de Lira, ter pedido na semana passada que um projeto de sua autoria que breca a delação de presos tenha regi-

me de urgência. Quando uma proposta ganha urgência no Congresso, pode ir direto ao plenário, sem passar por comissões temáticas. O texto, que pode mudar durante as votações, só tem dois parágrafos. O principal diz que a voluntariedade da delação está ausente se o interessado em colaborar estiver preso. Como mostrou a Folha, o pedido de urgência do projeto teve o aval de 13 partidos e a expectativa, tanto de líderes de partidos do centrão como da esquerda é que o projeto será aprovado na Câmara e, depois, no Senado. Apoiam a tramitação acelerada do texto os líderes de Podemos, União Brasil, Solidariedade, PL, MDB e de blocos que reúnem PSD, Republicanos, PP, PSDB, Cidadania, PDT, Avante e PRD. JC



CIDADE DE SÃO PAULO

EstúdioFOLHA

Prefeitura de SP faz obra contra enchente, implanta área de lazer e beneficia 25 mil pessoas na zona leste



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Governo e PF defendem proibição de softwares espões

BRASÍLIA O Ministério da Justiça e a Polícia Federal defenderam no STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça (11) que órgãos de inteligência sejam impedidos de usar equipamentos espões que tenham capacidade de entrar em celulares e monitorar localizações. Eles só devem ser usados para investigações criminais e após aval da Justiça, na avaliação dos órgãos. Representantes das pastas participaram de audiência organizada pelo ministro Cristiano Zanin, relator de ação que pede fixação de critérios mínimos para uso dos softwares espões. As discussões ganharam corpo após operação da PF revelar o uso ilegal do sistema FirstMile por integrantes

da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) para monitorar a localização de políticos, jornalistas e opositores. O diretor de Inteligência Policial, Rodrigo Moraes, disse que a PF entende que a legislação brasileira não permite usar sistemas espões para atividade de inteligência. “Não posso interceptar pessoas, não posso ter acesso a dados telemáticos, não posso sequer fazer infiltrações, escutas ambientais, nem mesmo com ordem judicial prévia, porque não tem permissão legal para isso”, disse. Para ele, sistemas como o FirstMile e o Pegasus — software que permite acessar remotamente o celular-alvo sem que o proprietário saiba — são importantes

para a investigação policial. “A funcionalidade do Pegasus é imprescindível para fins de segurança pública [...]. Temos acesso a ferramentas que viabilizam esse tipo de intrusão durante as investigações, logicamente com autorização judicial prévia e nos casos que a lei permitir, seria um avanço”, afirmou. O risco, disse, é o software ter como base fragilidades nas redes de comunicação do Brasil. O FirstMile aproveita uma brecha no protocolo de telecomunicações para ter acesso à localização de celulares. Se a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) não corrigir as vulnerabilidades, o software pode ser usado para fazer espionagem em outros países. César Feitoza

CNJ decide abrir processo contra ex-desembargador que atacou Moraes

BRASÍLIA O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu, por unanimidade, abrir um procedimento contra Sebastião Coelho, que provocou ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) durante o julgamento de um dos réus pelos ataques de 8 de janeiro. Para o colegiado, a conduta dele deve ser apurada por haver indícios de incitação a animosidade das Forças Armadas contra os Poderes da República e autopromoção com fins eleitorais. Coelho é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Ele é conhecido por críticas contundentes a Alexandre de Moraes. Ainda como

magistrado, ele acusou o ministro de “inflamar o Brasil”. Ele também esteve presente no primeiro julgamento na corte de um réu pelos ataques de 8 de janeiro, em 13 de setembro do ano passado, quando ficou frente a frente com Moraes, já como advogado. Coelho disse que Moraes é suspeito para julgar o caso e que o julgamento é político. Coelho defendia Aécio Costa, um dos participantes da invasão ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo. Na ocasião, ele disse que os magistrados da corte eram as pessoas mais odiadas do país. AP

política

Produtora fez o 1º de Maio com Lula após captar R\$ 3 mi

Empresário filiado diz que PT é opção ideológica, não 'trampolim profissional'

Catia Seabra e
Lucas Marchesini

BRÁSILIA Uma produtora pertencente a dois filiados ao PT organizou o evento criticado publicamente pelo presidente Lula (PT) na comemoração do 1º de maio, Dia do Trabalho, em São Paulo.

Com endereço no Rio de Janeiro e capital social de R\$ 15 mil, a Veredas Gestão Cultural captou R\$ 3 milhões da Petrobras para a organização de shows em comemoração à data, inclusive para o ato planejado pelas centrais sindicais na Neo Química Arena, em Itaquera, zona leste de São Paulo.

A empresa obteve incentivo financeiro, via Lei Rouanet, com a promessa de realização de um grande show na capital paulista, “com sambista de renome internacional”, além de espetáculos de música regional em outras 19 cidades do estado de São Paulo.

Entre os nomes citados na proposta da Veredas estavam Paulinho da Viola, Diogo Nogueira, Maria Rita, Quintal do Pagodinho e Lauana Prado, ou “artistas similares”. A programação incluiria a participação especial da Escola de Samba Mocidade Alegre.

Mas foram outros artistas que subiram ao palco montado no estacionamento do estádio do Corinthians. Entre eles, Paula Lima, Dexter, Afro-X, Pagode dos Meninos e a Bateria Show da Gaviões da Fiel. Ao discursar, Lula disse que o ato havia sido “mal convocado”. Ele não escondeu sua insatisfação com o chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo (PT-SE).

“Vocês sabem que ontem eu conversei com ele [Macêdo] sobre esse ato e disse para ele: ‘Ô Márcio, o ato está mal convocado’. O ato está mal convocado, nós não fizemos o esforço necessário pa-

ra levar a quantidade de gente que era preciso levar”, disse o presidente.

A Veredas está registrada em nome de Cláudio Jorge da Silva Soares e Angela da Silva Leonício, ambos filiados ao PT segundo os últimos dados disponibilizados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Sócio-administrador da empresa, Soares concorreu a vereador do Rio de Janeiro em 2004 com o apelido “Cláudio Repolho”. Ele também trabalhou nos gabinetes na Câmara de Benedita da Silva e Wadih Damous, ambos do PT. Sua sócia trabalhou em campanhas para os dois políticos: em 2020, quando Benedita concorreu à Prefeitura do Rio, e para a candidatura de Damous à Câmara de Deputados em 2022.

Responsável pela organização do ato político que contou com a presença de Lula, a CUT (Central Única dos Traba-

“O patrocínio foi realizado por meio do Programa Petrobras Cultural, dentro do eixo temático Festivais e Festas Populares, e foi efetivado por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura

Petrobras
em nota

lhadores) afirmou que as centrais participaram do evento na condição de convidados.

“A CUT e demais centrais sindicais não contrataram a Veredas Gestão Cultural para realização de ato no 1º de maio de 2024. A empresa possuía um projeto sobre trabalho e cultura, que nos foi apresentado, assim como a outras entidades, para participar como convidados do Festival realizado no 1º de Maio de 2024 na cidade de São Paulo. A CUT e as demais centrais aceitaram o convite”.

Ainda segundo a assessoria da central, os dirigentes da CUT não conheciam os donos da Veredas. Questionada sobre a ausência dos artistas prometidos para o evento, a CUT afirmou não ter participado da seleção da Veredas nem da captação de recursos.

“A captação de recursos e a organização do Festival Cultural e Direitos foram de responsabilidade da empresa Veredas. O ato político ocorrido antes do início do festival, que reuniu mais de 15 mil lideranças dos movimentos sindical e popular, foi um sucesso, com profundo debate sobre a realidade brasileira”, disse.

A Petrobras afirmou que o patrocínio buscou “reforçar sua imagem como apoiadora da cultura brasileira”. Disse ainda que “não tem ingerên-

cia sobre a captação de recursos por parte do patrocinado”.

“O patrocínio foi realizado por meio do Programa Petrobras Cultural, dentro do eixo temático Festivais e Festas Populares, e foi efetivado por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, destinando o valor de R\$ 3 milhões. Esse foi o primeiro contrato firmado com a Veredas Gestão Cultural”.

“A Petrobras esclarece que o processo de aprovação de patrocínios segue padrões de governança específicos, em diferentes instâncias de aprovação, tendo sido cumpridos todos os trâmites previstos”, disse em nota.

Procurado pela Folha, o administrador da Veredas, Cláudio Soares, disse, sobre a ausência de artistas mencionados na proposta apresentada ao Ministério da Cultura, que essas contratações estão sempre vinculadas à disponibilidade de agenda.

Questionado se a filiação ao PT ajuda nessa conexão, o empresário afirmou que às vezes até atrapalha. “Tenho mais facilidade em me relacionar com os governos de outros partidos do que com o PT. O PT é uma opção ideológica, não um trampolim profissional”, declarou. “Mais do que empresário, sou um militante da cultura”.



LULA PARTICIPA DA PREMIAÇÃO DA 18ª OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva posa ao lado dos estudantes premiados na cerimônia realizada no Centro de Convenções do Hotel Windsor Oceânico, na zona oeste do Rio de Janeiro, nesta terça-feira (11) Eduardo Anizelli/Folhapress

TJ anula condenação de empresas e ex-executivos da CPTM

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou nesta segunda (10) a condenação por improbidade administrativa de três ex-executivos da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) que estariam envolvidos na compra de trens sem licitação, em um caso que ficou conhecido como cartel dos trens.

Segundo o Ministério Público, os agentes da CPTM teriam realizado a compra de 12 trens em 2005, durante o governo de Geraldo Alckmin (hoje no PSB; à época no PSDB), no valor de R\$ 223,5 milhões, por meio de aditivo a um con-

trato de 1995 com o Cofesbra (Consórcio Ferroviário Espanhol-Brasileiro).

Foram anuladas as condenações de Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, ex-presidente da companhia; Antonio Kanji Hoshikawa, ex-diretor administrativo e financeiro; e José Luiz Lavorente, ex-diretor de operação e manutenção.

Em julgamento de primeira instância, da 7ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, eles haviam sido condenados a pagar multa de R\$ 1 milhão cada um. A decisão de anular a sentença é da 10ª Câmara de

Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A anulação beneficia também as empresas Alstom Transporte Ltda. Bombardier Transportation Brasil Ltda, Bombardier Transportation (Espana) S.A., Caf Brasil Indústria e Comércio S.A. e CAF Construcciones y Auxiliares de Ferrocarriles S.A.

Elas haviam sido condenadas a pagar multa de R\$ 10 milhões cada uma aos cofres públicos.

Para a 10ª Câmara de Direito Público, a comprovação de prejuízo aos cofres públicos, uma exigência da nova Lei de

Improbidade, não ocorreu no processo que tramitou na primeira instância.

A nova Lei de Improbidade Administrativa foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2021. Ela afrouxa normas da legislação anterior.

Em 2022, o STF (Supremo Tribunal Federal) entendeu, por maioria, que é possível aplicar a nova lei a casos que ainda não tiveram a tramitação encerrada na Justiça, o que é a situação do processo envolvendo os ex-executivos da CPTM.

MP-SP pede fim de ação de censura de panfleto crítico ao prefeito de SP

Flávio Ferreira

SÃO PAULO O Ministério Público de São Paulo pediu encerramento do processo no qual o juiz eleitoral Paulo Eduardo de Almeida Sorci alegou suposta “manifestação excessiva da liberdade de expressão” para determinar o fim da distribuição de panfletos críticos à gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB-SP).

O juiz havia usado um precedente contraditório para justificar o impedimento da entrega dos impressos.

Os panfletos, em forma de jornais tabloides, traziam reproduções e informações de reportagens de diferentes veículos de imprensa, como Folha, UOL, TV Globo, G1 e Poder360.

Contrariando a posição do juiz, o promotor eleitoral Nelson dos Santos Pereira Júnior, afirmou que o material “deve ser entendido como propaganda política partidária, autorizada, inclusive, com a utilização de recursos do Fundo Partidário”.

O processo na 2ª Zona Eleitoral da capital teve início a partir de uma representação do MDB, partido do prefeito. A decisão do juiz foi invocada pela polícia para deter mulheres que faziam a entrega do material.

Na decisão, o juiz eleitoral disse que, por mais que o gestor público esteja sujeito a críticas dos acontecimentos em seu governo, via “o conjunto do panfleto como uma manifestação excessiva da liberdade de expressão”.

Em seu parecer com data de segunda (10), o promotor eleitoral não verificou fake news nos panfletos.

“O conteúdo —obras públicas sem licitação— também não se mostrou inverídico ou colocado fora de contexto, pois tratado sob a ótica política do representante do emprego de recursos públicos, diante das demandas da sociedade, o que deve ser recebido dentro da sua liberdade de expressão enquanto partido político, no exercício do debate de ideias”.

Assim, os panfletos configuraram propaganda partidária legal, segundo o promotor, que lembrou o fato de o material conter o nome do partido e do respectivo CNPJ, atendendo o disposto no artigo 242 do Código Eleitoral.

Por fim, pediu que a causa seja julgada improcedente.

O parecer deverá agora ser analisado por Sorci, que deverá abrir prazo para manifestação do MDB.

A Folha procurou o magistrado por meio da assessoria do TRE-SP, mas ele preferiu não se pronunciar.

Com a decisão, a polícia deteve cinco mulheres que distribuíam os panfletos em São Miguel Paulista (zona leste) na quarta (5). A Secretaria estadual da Segurança Pública disse, em nota, que elas prestaram depoimento e foram liberadas. O caso foi encaminhado para o 22º Distrito Policial, que investigará o caso em inquérito.

Milton Leite afirma que União Brasil vai apoiar Ricardo Nunes

SÃO PAULO O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite, disse nesta terça (11) que o seu partido, União Brasil, deverá manter a aliança com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) na disputa pela reeleição na Prefeitura de São Paulo.

Sobre possível candidatura de Kim Kataguiri, afirmou que a decisão dependerá do desempenho do deputado federal nas pesquisas eleitorais.

Recente pesquisa Datafolha mostra Kataguiri com 4% das intenções de voto.

Leite também confirmou a intenção da sigla de indicar o vice para a chapa com Nunes, citando uma série de nomes, inclusive o próprio.

Nunes conta com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que movimentou o debate sobre a composição da chapa ao indicar o coronel da reserva da PM Ricardo de Mello Araújo para o posto.

Leite disse que a União Brasil tem votos para pleitear a vaga e que mostrará isso elegendo a maior banca de vereadores. CC

política



Presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura Reprodução/Roda Vida

Barroso diz que há implicância com as viagens de ministros

Presidente do STF afirma que não acha prioritário fazer uma discussão sobre um código de ética para o tribunal

Matheus Tupina

SÃO PAULO Luís Roberto Barroso, ministro e presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou nesta segunda (10) haver implicância nas críticas aos gastos com viagens dos membros da corte. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, disse não haver exigência legal nem regimental para transparência de agenda dos magistrados, de modo que cada um pode escolher se torna públicas suas atividades, e que não há nada de irregular nessas decisões individuais. Disse ainda não achar prioritário discutir um código de ética para os ministros, como fez a Suprema Corte dos Estados Unidos. “Não acho que seja uma assombrção, mas, se há uma percepção negativa da sociedade, então é possível que haja discussão interna.” Ele defendeu os gastos com a segurança dos magistrados, alegando haver incompreensão sobre o tema. Disse que autoridades como os presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Se-

nado utilizam agentes de segurança para locais privados e que não é possível regular a vida particular deles. “Se um ministro for agredido fisicamente, tomar um tiro durante um jogo de futebol ou em uma sessão do Supremo, a fratura institucional é igual”, declarou. Barroso disse que surgiu um tipo de agressividade que não existia na sociedade brasileira, reiterando nota divulgada pela corte na última quinta (6), após a revelação de que um segurança do ministro Dias Toffoli recebeu R\$ 39 mil em diárias internacionais por uma viagem ao Reino Unido que incluiu ida à final da Champions League, no último dia 1º. A nota dizia que, até recentemente, os membros da corte circulavam sozinhos, o que deixou de ser possível devido à hostilidade e à agressividade contra os ministros, fomentada nos últimos anos. O texto não comentava a pressão por transparência nos gastos. Barroso afirmou que há um preconceito com empresários. E que os magistrados da corte conversam com vários setores

“Se um ministro for agredido fisicamente, tomar um tiro durante um jogo de futebol ou em uma sessão do Supremo, a fratura institucional é igual”

“Não acho que seja uma assombrção, mas, se há uma percepção negativa da sociedade, então é possível que haja discussão interna”

Luís Roberto Barroso presidente do STF em entrevista ao Roda Viva

da sociedade, como indígenas, jornalistas e sindicalistas, mas só conversas com empresários são vistas como negativas.

Disse ainda que todos os interesses da sociedade brasileira chegam ao STF e que reuniões com esses segmentos não resultam em decisões sem objetividade ou independência. “Já fui a eventos fora, não de empresas específicas, mas de organizações que reúnem empresários, e considero uma ótima oportunidade de conversar com essas pessoas, ouvir essas pessoas, como eu converso regularmente com jornalistas, com comunidades indígenas.” “É um equívoco achar que as pessoas chegam a essa altura da vida disponíveis a qualquer tipo de sedução como uma passagem para ir à Europa ou um hotel de qualidade. A maior parte das pessoas que está lá tem toda condição de ir sem ser convidado”, concluiu. Além do gasto com a ida à final da Champions League, a Folha mostrou que o Supremo já tinha desembolsado R\$ 99,6 mil para um segurança acompanhar Toffoli em eventos realizados em Londres e Madri. A corte chegou a tirar do ar, há cerca de três semanas, todo o portal de transparência com informações à sociedade sobre gastos com passagens, diárias, funcionários, contratos e prestação de contas. O STF também pagou quase R\$ 200 mil em diárias para quatro policiais federais acompanharem membros da corte em viagem de fim de ano aos Estados Unidos. No Roda Viva, o presidente do STF afirmou que há uma “ênfase no negativo sem nenhuma percepção das coisas

boas que a gente faz”. Também minimizou decisão da corte de 2023 que permitiu que ministros atuem em causas envolvendo clientes de escritórios de parentes. “Desde que o Supremo decidiu nessa linha, contra o meu voto, eu não soube de nada que tivesse acontecido [de errado].” Sobre o projeto de lei que proíbe delações premiadas de presos, afirmou que a decisão é do Congresso, mas disse considerar legítima a colaboração de uma pessoa detida, desde que a reclusão seja legal. “O fato de o réu estar preso não é, em si, um problema”, afirmou. Declarou ainda que o instrumento tem sido utilizado positivamente após limitações realizadas pela corte, tais como a necessidade de outras provas de corroboração. Para ele, a colaboração premiada contribui para a investigação e para a persecução penal. “Se ele está preso, legitimamente, e deseja abreviar seu tempo de permanência fazendo uma delação, baseada em fatos verdadeiros e corroborada por outras provas, acho que é perfeitamente legítimo.”

Gilmar disse em encontro que Moro roubou galinhas

Ana Pompeu

BRASÍLIA O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), comentou nesta terça-feira (11) encontro que teve com o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) no início de abril. O magistrado afirmou que a audiência, em que fez pessoalmente as críticas que reiteradamente tece sobre a Operação Lava Jato, foi “muito divertida”. “Eu, até num encontro muito divertido que tive não faz muito tempo com o senador Sergio Moro, tive a oportunidade de dizer isso a ele, viva voz, como é do meu feitio. Eu disse a ele, usando uma expressão do nosso mundo rural, que há muito tempo eu já falava e denunciava que ele e [o procurador Deltan] Dallagnol roubavam galinhas juntos. É uma expressão lá do meu Mato Grosso”, disse. A conversa entre Gilmar Mendes e Sergio Moro, revelada pela coluna Mônica Bergamo, foi recheada de críticas do magistrado ao ex-juiz pela atuação dele à frente da Operação Lava Jato. Apesar disso, interlocutores do ministro afirmaram, à época, que o encontro teve um “tom cordial”. Os dois estiveram juntos em 2 de abril.

Após tumultos, Lira propõe punição a deputados que brigarem

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), apresentou aos líderes partidários um projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Casa e permite a suspensão cautelar do mandato parlamentar de deputado que seja alvo de representação por quebra de decoro de autoria da Mesa Diretora. A ideia foi discutida com líderes em reunião nesta terça-feira (11) e ocorre após uma série de tumultos entre parlamentares na semana passada. Na quarta (5), houve embate físico ao final da sessão do Conselho de Ética que livrou André Janones (Avante-MG) da suspeita de “rachadinha”. No mesmo dia, a deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), 89, passou mal e teve que ser internada após discussão sobre um projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos da Casa. Na reunião desta terça, Lira entregou aos parlamentares uma minuta da resolução e estabeleceu um prazo de três horas para que as bancadas apresentassem sugestões de alterações ao texto —a previsão era que fosse votado em plenário ainda nesta terça. Aprovado em plenário e divulgado nas publicações oficiais da Casa, a proposta já passará a valer, dizem dois líderes. “Não podemos mais continuar assistindo aos embates quase físicos que vêm ocorrendo na Casa e que desvirtuam o ambiente parlamentar, comprometem o seu caráter democrático e, principalmente, aviltam a imagem do Parlamento na sociedade brasileira”, escreveu Lira nas redes sociais. Segundo Lira, as medidas serão para parlamentares que infringirem o Código de Ética. Ele disse que caberá à Mesa Diretora adotar, cautelarmente, as medidas “se entender que o parlamentar quebrou o decoro”. Na noite de terça, uma proposta foi protocolada no sistema da Câmara, mais enxuta do que a versão inicial e prevendo “medida cautelar de suspensão do exercício do mandato parlamentar”.

Brazão invoca caso Janones no Conselho de Ética

BRASÍLIA A defesa do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) pediu ao Conselho de Ética da Câmara que o processo disciplinar seja suspenso até que o STF (Supremo Tribunal Federal) julgue a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o parlamentar. Os advogados alegaram que o caso não deve ser analisado pelo colegiado por falta de justa causa. De acordo com a defesa, as suspeitas atribuídas a Brazão são anteriores ao mandato. Eles citam o caso do deputado André Janones (Avante-MG), que se livrou de acusação de quebra de decoro por suspeita da prática de “rachadinha” sob o argumento de que os fatos ocorreram antes do mandato. Brazão está preso, acusado de ser um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de Anderson Gomes. VA

Paulo Pimenta chama bolsonaristas de covardes

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro da Secretaria Extraordinária de Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, participou da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara nesta terça (11) e entrou em discussões com parlamentares bolsonaristas sobre a ação do governo Lula (PT) na crise que atingiu a população gaúcha. Ele afirmou que o deputado Marcos Pollon (PL-MS) é “covarde”, falou da prática de “rachadinha” ao deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e disse que já foi vítima de notícias fraudulentas disseminadas pelas deputadas Bia Kicis (PL-DF) e Carla Zambelli (PL-SP). Ele foi convocado para esclarecer por que solicitou à Polícia Federal abertura de inquérito para investigar a distribuição de fake news sobre a atuação do governo na crise no RS. Citando as medidas do governo federal para reconstruir o estado, foi cobrado pela oposição. Deputados ligados ao ex-presidente Jair Bolsona-



Ministro Paulo Pimenta participa de audiência na Câmara dos Deputados Gabriela Biló / Folhapress

ro (PL) citaram menções a Pimenta na colaboração premiada da Odebrecht. Ele disse que não tem nenhuma condenação e que tem uma vida limpa. O responsável pelo convite, deputado Paulo Bilynskyj (PL-PR), questionou o fato de ter

se deslocado de helicóptero no Rio Grande do Sul em uma das idas ao estado. O deputado entregou um boleto de R\$ 160 mil para o ministro pagar, que seria o custo da viagem. Pimenta disse que usou a aeronave segundo os parâme-

tros legais. O parlamentar rebateu e disse que o ministro tem “uma moral de esgoto”. “Ele [Pimenta] insinuou de alguma forma que meu relacionamento com minha esposa é violento. Isso, ministro, é para o senhor aprender o que é fake news, o que é falso e mentiroso”, disse Bilynskyj. Em 2020, Bilynskyj foi internado em um hospital em São Paulo após ser baleado pela modelo Priscila Delgado de Bairros, que era sua namorada. Segundo a Polícia Civil, Priscila tentou matá-lo por ciúmes e depois cometeu suicídio. O ministro foi cobrado por ter afirmado que pessoas que disseminam fake news em meio à crise no RS devem ser tratadas como traidores. À época, disse que as mentiras “contra nós” deveriam ser combatidas. “Quando eu disse ‘contra nós’ não era contra o governo, era contra o povo gaúcho. Quem faz isso na hora mais aguda da crise tem que ser tratado como quinta-coluna sim”, disse, em referência a grupos clandestinos em

tempos de guerra. Eduardo Bolsonaro criticou o pedido de Pimenta para a PF investigar fake news ligadas à atuação do governo federal na crise gaúcha. Pimenta mandou no início da crise ofício ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, pedindo “providências cabíveis” para apurar ilícitos ou crimes relacionados com disseminação de desinformação. A representação apresentava postagens feitas na internet com casos de informações que buscavam, segundo ele, tirar credibilidade das entidades envolvidas no enfrentamento às inundações. Eduardo Bolsonaro foi mencionado por reproduzir em rede social reportagem da Folha sobre a União ter enviado a Força Nacional ao RS quatro dias após o início da crise. O ofício lista conteúdos que afirmam que o governo federal não estaria ajudando a população. O filho do ex-presidente questionou Pimenta sobre a menção à Folha, mas ele não comentou o caso específico.

mundo

Filho de Biden é condenado por mentir sobre uso de drogas ao comprar arma

Presidente diz que vai respeitar resultado; sentença pode sair em até 120 dias, perto da eleição

WILMINGTON (DELAWARE) | REUTERS E AFP Hunter Biden, único filho vivo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi condenado por um júri nesta terça (11) por mentir, em setembro passado, sobre o fato de que usava drogas para conseguir comprar uma arma em outubro de 2018 e por possuí-la ilegalmente por 11 dias. Um júri composto de 12 membros em um tribunal federal de Wilmington, em Delaware, considerou-o culpado dos três delitos pelos quais foi acusado, tornando Hunter o primeiro filho de um presidente americano em exercício a ser condenado em um processo criminal. O juiz não definiu uma data para a sentença contra Hunter, mas declarou que o prazo costuma ser de até 120 dias. No limite, a divulgação poderia ocorrer a menos de um mês da eleição presidencial, em 5 de novembro, na qual seu pai busca a reeleição em disputa contra Donald Trump, que no fim de maio se tornou o primeiro ex-presidente dos EUA considerado culpado pela Justiça em uma ação criminal. Se receber a pena máxima para as condenações, Hunter teria de cumprir até 25 anos de prisão, embora réus primários em geral recebam sentenças menores. Além disso, condenados que não tenham usado sua arma para cometer crimes não costumam ficar presos. Em comunicado, Biden declarou que respeitará o resultado. “Eu sou o presidente, mas também sou pai. Muitas famílias que tiveram entes queridos lutando contra o vício entendem o sentimento de orgulho ao ver alguém que



Joe Biden e Hunter Biden em base aérea em Delaware após o veredito Andrew Caballero-Reynolds/AFP

você ama sair do outro lado e ser tão forte e resiliente na recuperação. Aceitarei o resultado deste caso e continuarei respeitando o processo judicial enquanto Hunter considera um recurso.” O presidente americano participou nesta terça de um evento sobre as medidas de seu governo contra o tráfico de armas e não se manifestou sobre a condenação do filho. O evento foi interrompido por manifestantes pró-Palestina que criticam o apoio dos EUA a Israel na guerra na Faixa de Gaza. Biden já havia dito na semana passada, enquanto o julga-

mento já acontecia, que não concederia indulto a Hunter em caso de condenação. Após sair do tribunal de mãos dadas com a esposa, Melissa Cohen Biden, e com a madrastra, a primeira-dama Jill Biden, Hunter disse estar “mais grato pelo amor e apoio” de sua família do que “decepcionado com o resultado”. Trump manifestou-se em uma nota divulgada por sua campanha: “Este julgamento não passou de uma distração dos crimes reais da Família Mafiosa Biden, que arrecadou dezenas de milhões de dólares da China, Rússia e Ucrânia”. Não

há evidências de que Joe Biden tenha recebido grandes somas de dinheiro da China ou tenha enriquecido de outra forma como resultado dos negócios de seu filho no exterior. Um depoimento crucial durante o julgamento e que tornou mais difícil a situação de Hunter foi o da ex-cunhada, Hallie Biden, viúva de Beau Biden, que morreu de câncer em 2015. Ela declarou que frequentemente limpava a picape do cunhado procurando por drogas, na tentativa de ajudá-lo a abandonar o vício, que ele reconheceu publicamente. Hallie, que admitiu ter man-

tido um relacionamento com Hunter entre 2015 e 2016, disse que numa de suas buscas na picape dele encontrou vestígios de crack e o revólver Colt Cobra calibre 38, que o levou à condenação. “Entrei em pânico e queria me livrar dela [arma]”, disse Hallie, que também admitiu ter ficado viciada quando Hunter, segundo ela, apresentou-lhe o crack. Ela diz que se livrou da dependência em 2018. Durante o julgamento, no dia em que Hallie depôs, os jurados assistiram a imagens de câmeras de vigilância nas quais a ex-cunhada joga a arma de Hunter em uma lata de lixo de supermercado, bem como mensagens de texto onde ela disse que temia pela vida dele. O argumento que a defesa usou ao longo das audiências foi o de que o filho do presidente havia passado por tratamento de drogas e poderia ter se considerado sóbrio quando comprou a arma, em outubro de 2018. Na sessão da última sexta (7), o dono e um ex-funcionário da loja onde Hunter comprou a arma testemunharam a pedido da defesa e afirmaram que ele não estava sob efeito de drogas. Os advogados também convocaram Naomi, filha de Hunter, para tentar atenuar o impacto do depoimento de Hallie. De acordo com a CNN, Naomi admitiu saber que seu pai estava “lutando contra o vício”, mas que nunca o viu usando drogas. “Depois da morte do meu tio, as coisas pioraram”, disse ela, que afirmou ainda que, no fim de outubro de 2018, usou a picape de seu pai e que não viu drogas no veículo.

Relação Brasil-EUA começou sob atritos, diz ex-embaixador em Washington

BRASIL-EUA, 200

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA As desconfiânças e atritos nas relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos têm raízes que remontam à época do Império, segundo Rubens Barbosa, ex-embaixador brasileiro em Washington. O diplomata escreveu um dos capítulos da obra “Uma Parceria Bicentenária: Passado, Presente e Futuro das Relações Brasil-Estados Unidos”, lançado no fim de maio, no Itamaraty, como parte das celebrações dos 200 anos do relacionamento bilateral. Coube a Barbosa um olhar histórico sobre a diplomacia entre os dois países, e ele começa seu texto questionando o próprio marco inicial: o encontro em Washington do encarregado de negócios do Império, José Silvestre Rebello, com o presidente James Monroe, em 26 de maio de 1824. “O governo brasileiro saudou o encontro como o reconhecimento da independência, embora o governo norte-americano não tivesse emitido nenhuma declaração nesse sentido”, escreve Barbosa. “O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os EUA só ocorreu por acordo firmado, entre os dois países, em 29 de outubro de 1825, depois que Portugal e a Grã-Bretanha reconheceram a independência do Brasil”. Apesar da divergência de datas levantada por Barbosa, o governo americano passou a reconhecer o marco do bicentenário como 26 de maio. Barbosa, que chefiou a embaixada em Washington de 1999 a 2004, discorda da tese de que o início da relação bilateral Brasil-EUA tenha sido suave. Ele diz que, nas primeiras décadas, já se identificava um clima de “desconfiança e suspeitas”. A explicação estaria principalmente na diferença dos regimes políticos. Nos EUA, uma democracia que propagava valores republicanos. No Brasil, uma monarquia. “Os EUA consideravam o Brasil o representante da Europa na América e viam com preocupação o surgimento no sul do continente de um país independente que poderia rivalizar com Washington.” O diplomata destaca ainda que Washington se envolveu de alguma forma em diferentes crises domésticas no Brasil. A ingerência americana levou o Império a suspender em três ocasiões as relações diplomáticas: em 1827, 1847 e 1869. De acordo com Barbosa, as desconfiânças ficaram evidentes nas maiores crises militares que assolaram tanto os EUA como o Brasil no século 19. Na Guerra Civil Americana (1861-1865), o Império adotou posição ambígua. Embora oficialmente neutro, ajudou os confederados —lado do conflito que defendia a manutenção da escravidão— ao permitir que navios sulistas atracassem em portos brasileiros. Washington deu o troco ao apoiar o Paraguai na guerra contra o Império brasileiro (1864-1870). As relações melhoraram a partir da década de 1870, segundo Barbosa, pelo crescimento do comércio bilateral e pelo fortalecimento de Washington como uma potência de alcance mundial.

EUA não são mais democracia exemplar, diz pesquisa

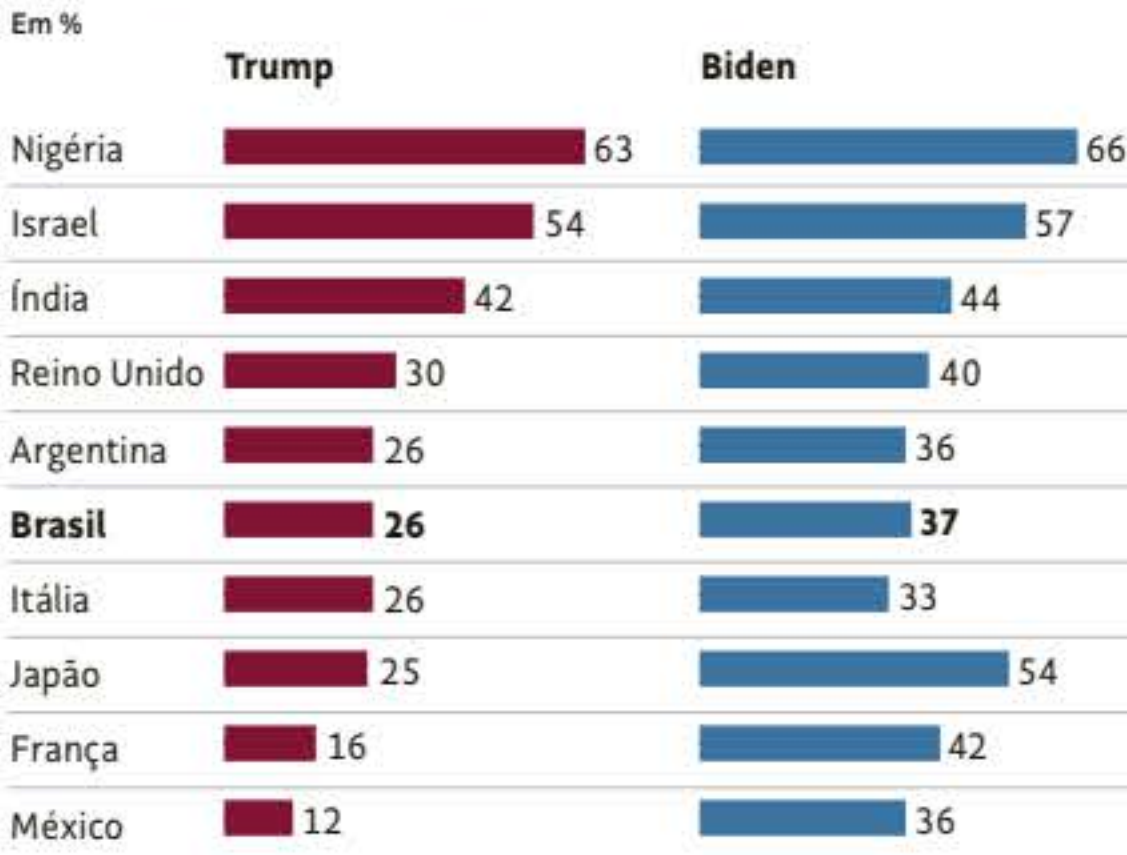
Fernanda Perrin

WASHINGTON Joe Biden vai melhor do que Donald Trump —ao menos fora dos Estados Unidos. É o que mostra uma análise feita em 34 países, inclusive no Brasil, pelo Pew Research Center. Os resultados mostram que uma eventual vitória do republicano na eleição deste ano deve ser encarada com desconfiança pelo mundo. Na visão da maior parte dos entrevistados (40%), os EUA deixaram de ser um bom exemplo de democracia. O restante se divide entre quem considera que o país continua sendo um modelo e aqueles que afirmam que nunca foi. A pesquisa, divulgada nesta terça (11), aponta ainda que 43% afirmam ter mais confiança em Biden em temas internacionais, enquanto apenas 28% declaram o mesmo sobre Trump. No entanto, a visão positiva sobre o democrata vem recuando em diversas regiões, e a maior parte dos entrevistados diz reprovar a atuação do presidente americano na guerra Israel-Hamas. Em 14 dos 21 países em que há dados para 2023 e 2024, a confiança em Biden recuou. A queda é observada principalmente na Europa —houve redução de 4 pontos na Alemanha, 12 pontos na Espanha e 13 na Polônia, por exemplo. Uma das poucas exceções é a Argentina, governada pelo argentino Javier Milei, onde o índice subiu de 29% para 36%. Os brasileiros, por sua vez, confiaram menos do que a média global tanto em Biden quanto em Trump: 37% e 26%, respectivamente. A visão positiva sobre o atual presidente também caiu —no ano passado, 43% di-

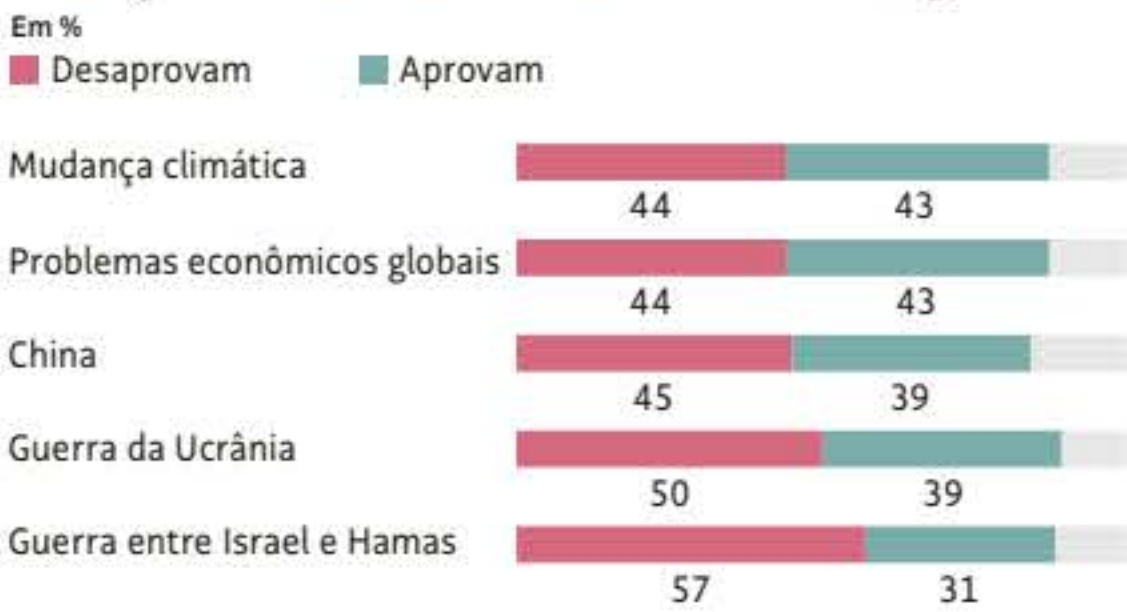
ziam confiar no democrata. Por outro lado, o país tem uma visão um pouco mais positiva sobre a democracia americana, com 31% afirmando que ela é um bom exemplo, 33% dizendo que ela deixou de ser, e 22% declarando que nunca foi. Trump desperta mais confiança do que Biden apenas na Hungria, comandada pelo premiê de ultradireita Viktor Orbán, e na Tunísia. Também destoam da média geral Gana, Israel, Quênia, Nigéria, Filipinas e Tailândia, países em que cerca de metade da população diz confiar no empresário. O levantamento, realizado de janeiro a maio, também questionou os entrevistados sobre o desempenho de Biden em cinco áreas: problemas econômicos globais, relações com a China, mudança climática, Guerra da Ucrânia e em Gaza. O presidente americano não sobressai em nenhum. A desaprovação mais alta ocorre em relação ao conflito no Oriente Médio: 57% fazem uma avaliação ruim do democrata; apenas 31% têm uma avaliação positiva. A desaprovação em relação à Ucrânia é um pouco menor (50% ante 39%). Os números não estão distantes dos registrados por Biden dentro dos EUA. Inicialmente bem recebido, o apoio dado pelo presidente a Tel Aviv passou a ser criticado conforme a crise humanitária em Gaza cresceu. Em resposta à repercussão ruim, o presidente dos EUA vem adotando uma posição mais dura em relação a Tel Aviv, mas a mudança não foi suficiente para aplacar essa oposição. Mesmo em Israel, a atuação

Confiança em Biden e Trump

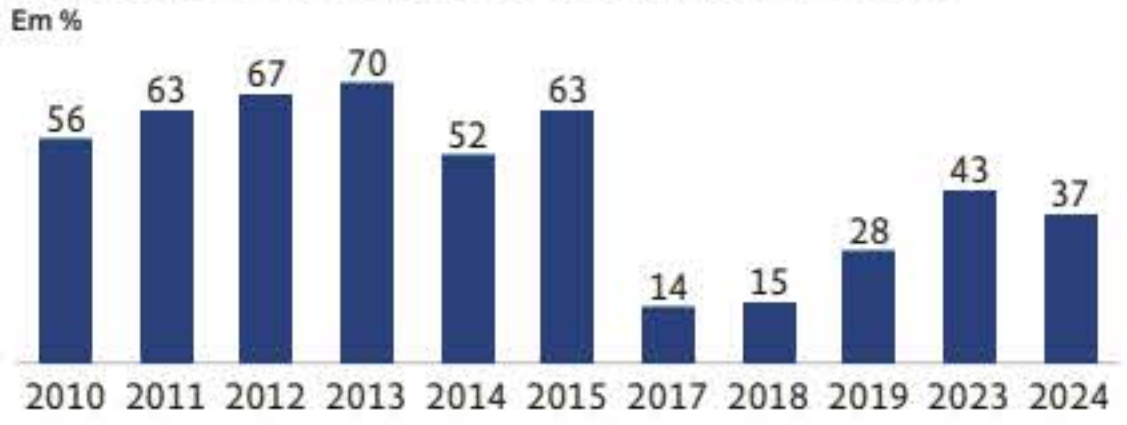
Confiança para fazer a coisa certa em assuntos internacionais



Avaliação internacional de Biden em temas específicos



Confiança do brasileiro no presidente dos EUA*



* Não há dados para os anos de 2016, 2020, 2021 e 2022
Fontes: Pew Research Center



Mulher e criança junto a destroços de ataque a Nuseirat, em Gaza Abed Khaled - 9 jun.24/Reuters

ONU vê possível crime de guerra na morte de civis em ação de Israel

Tel Aviv diz que resgatou reféns e que entidade a difama; organização critica Hamas por colocar palestinos em risco

GENEبرا | AFP E REUTERS O custo civil da operação de Israel que libertou quatro reféns na Faixa de Gaza no fim de semana pode configurar crime de guerra, assim como a própria manutenção das pessoas em cativeiros do Hamas, afirmou a ONU nesta terça-feira (11). “Estamos profundamente chocados com o impacto nos civis da operação das forças israelenses em Nuseirat no fim de semana para garantir o resgate de quatro reféns”, afirmou o porta-voz do Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, Jeremy Laurence. “Centenas de palestinos, muitos deles civis, foram supostamente mortos e feridos. [...] A forma como a operação foi conduzida, em uma área tão densamente povoada, coloca em questão se as forças israelenses respeitaram os princípios de distinção, proporcionalidade e precaução estabelecidos nas leis de guerra”, disse. O Ministério da Saúde do governo de Gaza, ligado ao grupo terrorista, afirmou que a operação matou 274 palestinos e feriu quase 700. Os dados não puderam ser verificados de forma independente, mas Israel reconheceu ter matado civis palestinos durante os combates. Na ocasião, o Exército disse que tinha conhecimento de menos de cem vítimas, sem distinção entre combatentes e civis. Questionado sobre a credibilidade dos números de Gaza, Laurence disse que, antes do atual conflito, a ONU sempre confiou nas informações do Ministério da Saúde palestino, que eram “muito próximas de 100% de precisão”. Com a guerra, há menos acesso para verificar esses dados, mas o porta-voz diz que a organização ainda tem contatos confiáveis no território. Ainda sobre a operação de sábado (8), a ONU afirmou também estar “profundamente consternada” com a manutenção dos sequestrados nos ataques terroristas. “Ao manter reféns em áreas tão densamente povoadas, os grupos armados estão colocando em risco as vidas de civis palestinos, bem como dos próprios reféns, devido às hostilidades. Todas essas ações, de ambas as partes, podem constituir crimes de guerra”, afirmou Laurence. No sábado, um porta-voz da

facção afirmou que alguns sequestrados israelenses foram mortos durante os combates. Laurence pediu que os reféns não sejam mantidos em áreas civis porque isso seria usar os palestinos “como escudos humanos” e configuraria uma “uma violação grave”. A delegação de Israel nas Nações Unidas em Genebra reagiu e acusou a entidade de “difamar Israel”. “O saldo dessa guerra sobre os civis é, em primeiro lugar, resultado da estratégia deliberada do Hamas de maximizar o dano aos civis”, disse a missão. Tel Aviv afirmou, porém, que a ONU “finalmente percebeu que o Hamas usa os palestinos como escudos humanos”. “No entanto, em vez de adotar uma posição clara e coerente contra essa estratégia odiosa, ela tem o hábito de difamar Israel, desta vez por ter salvo reféns.” Os quatro resgatados, três homens e uma mulher, haviam sido sequestrados pelo Hamas em um festival de música no sul de Israel, em 7 de outubro. Após oito meses de guerra, 116 dos cerca de 250 reféns sequestrados pelo Hamas ainda estão no território palestino, de acordo com Israel.

Brasil tem alta de 630% em denúncias de antissemitismo

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO O antissemitismo disparou no Brasil no ano passado, após os ataques terroristas do Hamas a Israel em 7 de outubro —seguidos de contraofensiva israelense na Faixa de Gaza— e se mantém elevado em 2024. Desde então, as denúncias aumentaram mais 2.005 queixas de antissemitismo foram registradas pela Conib e a Fisp de outubro de 2023 a maio de 2024, alta de 630% sobre igual período de 2022-23 419% foi a alta de denúncias de agressões em redes sociais, de 202 em 2022 para 1.048 em 2023

de sete vezes. Foram registradas 2.005 queixas do início do conflito até maio deste ano, ante 275 no mesmo período anterior, uma alta de 630%. Os dados compilados em um relatório foram apresentados pela Conib (Confederação Israelita do Brasil) e pela Fisp (Federação Israelita do Estado de São Paulo) nesta terça-feira (11), durante evento no Clube Hebraica, em São Paulo, com a presença dos presidentes das entidades, respectivamente, Claudio Lottenberg e Marcos Knobel. As informações, coletadas em canal de denúncias administrado pelas instituições, compararam ainda todo o ano de 2023 com o de 2022, quando houve 1.410 reclamações contra 397, alta de 255%. Somente de 1º de outubro a 31 de dezembro passado, houve 1.119 denúncias, ante 125 no mesmo período de 2022 (800%). Para Lottenberg, esses números são alarmantes. “Divulgar esses dados é fundamental. Não podemos conviver com a intolerância.” Lottenberg diz ainda que a mídia social exacerba essa situação, permitindo que pessoas desinformadas propaguem antissemitismo. Segundo o presidente da Conib, há uma banalização e utilização imprópria do conflito por influenciadores digitais e “declarações esdrúxulas” de autoridades que têm “alimentado a intolerância e o ódio, algo que não víamos antes.” O relatório destaca uma fala do presidente Lula (PT), em 18 de fevereiro, como um dos motivos para o aumento de atos antijudaicos. Na ocasião, o petista disse que as ações militares de Israel na Faixa de Gaza se comparavam a “quando Hitler resolveu matar os judeus” na Segunda Guerra Mundial, em referência ao Holocausto —embora Lula tenha dito posteriormente que não citou o termo. No ambiente virtual, afirma o relatório, as agressões contra os judeus aumentaram 419% em 2023 em relação ao ano anterior, saltando de 202 para 1.048. No mesmo período, foram registradas 42 incidentes verbais e cinco agressões físicas, enquanto em 2022 houve um incidente de cada tipo. Fora das redes sociais, as ocorrências aumentaram 86% após 7 de outubro, aponta o relatório.

Hamas afirma aceitar termos gerais de plano dos EUA para cessar-fogo

SÃO PAULO Um dia após o Conselho de Segurança da ONU aprovar uma proposta apresentada pelos Estados Unidos para estabelecer um cessar-fogo na guerra entre Israel e Hamas, líderes da facção terrorista disseram nesta terça (11) que o grupo está disposto a aceitar o plano e pronto para negociar os detalhes. Em viagem pelo Oriente Médio, o secretário de Estado americano, Antony Blinken, afirmou que a declaração representa um “sinal de esperança” para apaziguar o conflito que se arrasta há oito meses. Mediadores do Qatar e do Egito confirmaram o recebimento de uma sinalização positiva do grupo terrorista, mas um dos negociadores disse à agência de notícias AFP que a facção exigiu emendas ao plano de Washington, o que colocaria em dúvida a viabilidade de sua implementação. Já o governo israelense negou avanços nos diálogos. À agência Reuters uma autoridade disse, sob condição de anonimato, que o Hamas pretende mudar os principais parâmetros da proposta aprovada pela ONU, incluindo os planos para a soltura de reféns ainda mantidos em cativeiros na Faixa de Gaza. Antes da resposta do Ha-

mas, um funcionário do governo israelense havia dito que a proposta dos EUA permitiria a Israel alcançar seus objetivos na guerra, incluindo a destruição do grupo terrorista e a libertação de reféns, segundo o jornal The New York Times. Ele não afirmou, porém, se Tel Aviv pretendia aceitar o acordo, e o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, tampouco havia sinalizado essa possibilidade. O Hamas, por sua vez, divulgou comunicado após responder à proposta reiterando exigências já apresentadas durante o conflito. “A resposta dá prioridade aos interesses do povo palestino e enfatiza a necessidade de um cessar completo da agressão em curso em Gaza”, afirmou o grupo numa declaração conjunta com o Jihad Islâmico. Em tese, algumas das demandas apresentadas pela facção contrariam aquele que tem sido o mantra de Netanyahu desde o início do conflito —de que a guerra só terminaria com a destruição total do Hamas. Assim, as partes ainda parecem distantes de um acordo. As discussões sobre os planos pós-guerra ainda continuarão nos próximos dias, ponderou Blinken, que voltou a se reunir com autori-

dades israelenses nesta terça, em Tel Aviv. O chefe da diplomacia americana desembarcou em Israel na segunda, em sua oitava visita ao Oriente Médio desde o início do conflito, para pressionar as partes envolvidas a estabelecerem um cessar-fogo. O porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, disse que as autoridades americanas estavam avaliando as emendas propostas pelo Hamas. Ele enalteceu o envio de uma resposta formal do grupo terrorista, descrita por ele como útil para a construção dos diálogos, mas também não confirmou avanços. “A administração dos EUA enfrenta um verdadeiro teste para cumprir os seus compromissos de obrigar a ocupação a pôr fim imediatamente à guerra, numa implementação da resolução do Conselho de Segurança da ONU”, disse Abu Zuhri, um alto funcionário do Hamas, nesta terça. Apesar da aprovação do plano pelo Conselho de Segurança, palestinos disseram que as forças israelenses que operam na cidade de Rafah, no sul de Gaza, explodiram um conjunto de casas nesta terça, e que um ataque aéreo na Cidade de Gaza, no norte, matou ao menos quatro pessoas.

CGU

Controladoria-Geral da União

DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO PREVISTO NA LEI Nº 12.846/2013

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.111059/2019-51

Decisão do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 2022, página 377, pela aplicação das penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública; multa no valor de R\$26.232,08 (vinte e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e oito centavos); e publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora, em face da pessoa jurídica:

SAGAZ DIGITAL PRODUÇÕES DE VÍDEOS E FILMES LTDA
(CNPJ nº 05.589.859/0001-00)

Por ter intermediado pagamentos de valores indevidos a agente público para favorecimento de empresa contratada pela Caixa Econômica Federal, ensejando a responsabilidade objetiva da empresa SAGAZ pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como o enquadramento no inciso III, do art. 88, da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações).

mundo

Proposta de aliança leva a racha entre conservadores na França

Acordo com partido de Le Pen é rechaçado; esquerda anuncia ‘frente popular’

Guilherme Botacini

BOA VISTA A sugestão de uma aliança com o partido ultradireitista Reunião Nacional (RN) na França abriu uma crise na legenda conservadora Republicanos e embola as negociações no campo da direita. O atual líder da sigla, Eric Ciotti, afirmou que um acordo com os radicais era necessário para evitar que a esquerda conquiste maioria na Assembleia Nacional. A composição atual da Casa foi dissolvida pelo presidente do país, Emmanuel Macron, no domingo (9), após vitória avassaladora do RN na eleição ao Parlamento Europeu. “Uma aliança com o RN, com seus candidatos. Uma aliança à direita, com todos os que têm ideias e valores de direita”, disse Ciotti em uma entrevista ao canal TF1. “O Republicano é muito frágil para se opor aos dois blocos mais perigo-

sos”, disse ele ainda, em referência à esquerda e ao bloco governista. Nas horas que se seguiram, uma avalanche de críticas de seu próprio partido mostrou que a estratégia não terá caminho fácil na curta campanha ao pleito, cujo primeiro turno está previsto para o próximo dia 30, e pode custar a liderança da legenda a Ciotti. Valérie Pécresse, candidata do partido à Presidência em 2022, disse que o eventual acordo com o RN significaria “vender a alma”. O presidente do Senado, Gérard Larcher, e a vice-presidente dos Republicanos, Florence Portelli, afirmaram que Ciotti deve renunciar ao cargo de presidente da legenda após a gestão de aliança com os radicais de Marine Le Pen. O presidente do RN, Jordan Bardella, diz que sua legenda apoiará deputados dos Republicanos nas eleições legisla-

tivas, sem entrar em detalhes sobre as negociações. Uma reunião dos Republicanos está prevista para esta quarta (12). Enquanto isso, o próprio RN se equilibra entre seus valores radicalmente à direita e a tentativa de moderar sua imagem. “Para construir uma aliança e uma maioria, é preciso confiança. Considero, no entanto, que as posições de Eric Zemmour ao longo da campanha europeia, os insultos que dirigiu ao Reunião Nacional e as posições por vezes muito excessivas que ele pode adotar impedem as condições para um acordo”, afirmou Bardella, em referência ao líder do Reconquista. O partido de Zemmour é ainda mais radical em suas posições à direita e teve Marion Maréchal, sobrinha de Marine Le Pen, como nome principal no pleito europeu. Maréchal havia dito mais cedo que o RN “mudou de po-

“ Para construir uma aliança e uma maioria, é preciso confiança. Considero, no entanto, que as posições de Eric Zemmour ao longo da campanha europeia [...] impedem as condições para um acordo

Jordan Bardella
presidente da Reunião Nacional, sobre o líder do Reconquista, partido mais à direita

sição e recusou um princípio de acordo”, após ela se reunir com Le Pen e Bardella. Do outro lado do espectro político, a esquerda anunciou a formação de uma “frente popular” pouco depois de conhecer os resultados do escrutínio europeu. O Partido Socialista, a França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, o Partido Comunista e os ecologistas decidiram que vão unificar o apoio em um único candidato por distrito eleitoral. O nome da aliança pode parecer genérico nesse espectro político, mas remete à Frente Popular dos anos 1930, coalizão de agremiações de esquerda que conseguiu eleger a maioria do Parlamento em oposição ao crescimento do fascismo na França e na Europa como um todo. Não há ainda, no entanto, qualquer definição sobre as negociações internas à nova coligação, que concorreu fragmentada nas eleições europeias justamente em razão da falta de concordância em temas tão divergentes quanto a reforma da Previdência, que levou milhões de pessoas em protesto às ruas, e o posicionamento ante a guerra Israel-Hamas. Diante do cenário caótico, alguns ministros do governo vindos da centro-direita se opõem ao irresistível movi-

mento aos polos extremos na tentativa de criar uma “frente republicana”, ao centro, caracterizando a coalizão de esquerda como liderada pela França Insubmissa, vista como mais radical em relação aos socialistas. “Mais do que nunca, acreditamos que entre a frente popular da França Insubmissa e a Frente Nacional da extrema direita, existe um caminho por uma frente republicana”, escreveram seis ministros do atual governo, entre eles Gérald Darmanin (Interior), Bruno Le Maire (Economia) e Sébastien Lecornu (Forças Armadas), todos do partido do presidente Emmanuel Macron. Macron, por sua vez, descartou renunciar qualquer que seja o resultado das eleições legislativas. Uma vitória ampla de qualquer uma das coligações à direita ou à esquerda pode significar um restante de mandato em coabitação, termo usado na política francesa para quando um presidente precisa governar ao lado de um premiê opositor. “As instituições são claras, e o lugar do presidente é claro, seja qual for o resultado”, disse Macron em a Figaro Magazine. Nesta quarta, o presidente deve conceder uma entrevista coletiva sobre as eleições legislativas.



Ministério da Defesa da Rússia/Reuters

FROTA DE ATAQUE RUSSA CHEGA A CUBA APÓS AMEAÇA DE PUTIN

Um destacamento naval de ataque russo chega nesta quarta-feira (12) a Havana em meio à tensão entre o Kremlin e os Estados Unidos, trazendo consigo ecos da mais grave crise da Guerra Fria, a dos mísseis de Cuba em 1962. Aportarão na capital cubana a fragata Almirante Gorchkov (na foto, no oceano Atlântico), a única que opera mísseis hipersônicos no mundo, e um submarino de ataque de propulsão nuclear Kazan, da mais moderna classe do tipo de Moscou. Eles são apoiados por um navio-tanque e um rebocador. É uma flotilha, mas com grande poder de fogo e a cerca de 150 km do território americano. Segundo o Ministério da Defesa russo disse nesta terça-feira (11), a embarcação realizou treinos de emprego de mísseis de precisão em pleno Atlântico Norte. A chegada coincide com a ameaça feita pelo presidente Vladimir Putin de fornecer a adversários dos EUA e aliados armas capazes de atingi-los. Segundo o Pentágono, as visitas de navios russos a Havana são ao menos anuais desde 2013.

Justiça condena produtora de bananas Chiquita por assassinatos na guerra civil da Colômbia

Jorge Valencia

BOGOTÁ (COLÔMBIA) | THE NEW YORK TIMES Um júri no sul da Flórida decidiu que a Chiquita Brands é responsável por oito assassinatos cometidos por um grupo paramilitar de direita que a empresa ajudou a financiar em uma região fértil de cultivo de bananas na Colômbia durante o conflito interno de décadas do país. O júri ordenou na segunda-feira (10) que o produtor multinacional de bananas pague US\$ 38,3 milhões (quase R\$ 205 milhões) a 16 familiares de agricultores e outros civis que foram mortos em episódios separados pelas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) —um grupo paramilitar de direita que a Chiquita financiou de 1997 a 2004. A empresa enfrentou centenas de processos semelhantes nos tribunais dos Estados Unidos movidos pelas famílias de outras vítimas de violência

pela AUC, mas o veredicto na Flórida representa a primeira vez que a Chiquita foi considerada culpada. A decisão, da qual empresa disse que planeja recorrer, pode influenciar o desfecho de outros processos, segundo especialistas jurídicos. O veredicto a favor das vítimas é um raro exemplo — na Colômbia e em outros lugares — em que uma empresa privada é responsabilizada por sua operação em regiões com violência generalizada ou agitação social. “Estamos muito felizes com o veredicto, mas não podemos ignorar que estamos falando de abusos horríveis”, disse Marco Simons, advogado da EarthRights International, um grupo ambiental e de direitos humanos, que representou uma família no processo. Os jurados chegaram a sua decisão após dois dias de deliberação e seis semanas de julgamento no Tribunal Dis-

trital dos EUA em West Palm Beach, no qual os advogados discutiram a motivação para os pagamentos que os executivos da Chiquita admitiram ter feito ao grupo paramilitar. O Departamento de Estado designou as Autodefesas Unidas da Colômbia como uma organização terrorista estrangeira em 2001. A Chiquita, como parte de acordo judicial com o Departamento de Justiça para resolver acusações de fazer negócios com um grupo terrorista, admitiu em 2007 ter pago US\$ 1,7 milhão aos paramilitares. As AUC eram um produto da brutal guerra civil da Colômbia, que eclodiu na década de 1960 e matou pelo menos 220 mil pessoas. Elas se formaram em 1997 como uma coalizão de grupos de extrema direita fortemente armados aos quais traficantes de drogas e empresários recorreram em busca de proteção contra grupos guerrilheiros de esquerda.

Advogados que representaram as famílias no julgamento argumentaram que as operações da Chiquita se beneficiaram do relacionamento da empresa com o grupo paramilitar, que semeou o medo em uma região agrícola fértil de cerca de 18 mil km² conectando o Panamá e a Colômbia até se desfazer em 2006. Eles disseram que o grupo matou ou expulsou os agricultores, permitindo que a Chiquita comprasse terras a valores deprimidos. A defesa da Chiquita questionou se as vítimas foram mortas pelos paramilitares ou por outros grupos armados e disse que os funcionários da empresa também foram ameaçados pelos membros do grupo. “A situação na Colômbia foi trágica para muitos”, disse a Chiquita em um comunicado após o veredito. “No entanto, isso não muda nossa crença de que não há base legal para essas reivindicações.”

Papa Francisco volta a dizer que há ‘viadagem’ na igreja, diz agência

SÃO PAULO O papa Francisco voltou a usar o termo homofóbico “viadagem” (frocigagne, no original em italiano) semanas depois de ter sido obrigado a se desculpar por ter dito a palavra em uma reunião a portas fechadas com bispos italianos, relatou nesta terça-feira (11) a agência de notícias italiana Ansa. Enquanto conversava com padres de Roma, o pontífice teria dito que “existe um ar de viadagem no Vaticano” e repetiu que homens com “tendências homossexuais” não deveriam ter permissão de entrar para o seminário e se tornarem sacerdotes. Em resposta, o Vaticano disse em nota que o papa reforçou a necessidade que pessoas LGBTQIA+ sejam acolhidas pela Igreja Católica ao mesmo tempo em que é preciso cautela para que elas não virem seminaristas. No último dia 27, os principais jornais da Itália revelaram que o papa disse em uma reunião em 20 de maio que

os seminários estão “cheios de viadagem”, e que homens gays não podem ter permissão para se tornar padres. Os bispos presentes no encontro disseram ao Corriere della Sera que, na época, estava claro que o pontífice “não tinha consciência” do quanto ofensiva a palavra é em italiano, que não é a língua materna de Francisco. Disseram ainda que “a gafe do papa foi evidente” aos presentes. Desde que foi eleito papa, em 2013, Francisco, 87, orientou a igreja a uma postura mais acolhedora com fiéis LGBTQIA+. A medida mais significativa veio em dezembro do ano passado, quando o pontífice e autorizou a bênção a casais do mesmo sexo e aqueles considerados “em situação irregular”, termo usado para se referir aos que estão em sua segunda união após um divórcio. Francisco, entretanto, manteve o veto ao casamento homoafetivo.

Com Reuters

Dez anos depois, obras prometidas para a Copa continuam incompletas

VLTs e BRTs foram transformados em soluções menos ambiciosas ao longo da última década

BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, CURITIBA, SALVADOR, RECIFE, SÃO PAULO, MANAUS E RIO DE JANEIRO Dez anos depois do pontapé inicial da Copa do Mundo no Brasil, cidades-sede do evento têm ao menos 13 obras de mobilidade urbana que não foram entregues até hoje. Dessas, seis são promessas que nunca sairão do papel, pois os projetos foram abandonados após o torneio, sem contar aquelas que foram entregues parcialmente ou com modificações significativas na proposta original.

Com atraso, ao menos 16 obras foram entregues na última década —a mais recente delas, a duplicação de uma avenida em Porto Alegre, ocorreu só neste ano. Em comparação, mais de 30 obras relacionadas a mobilidade, aeroportos e portos foram entregues antes da Copa, mesmo que com poucos dias de antecedência.

O legado contrasta com a Matriz de Responsabilidades, documento com os compromissos de investimento assumidos pelo governo federal em razão do torneio.

Foram R\$ 8,7 bilhões destinados a intervenções viárias no entorno de estádios e a mobilidade urbana —identificada como um dos maiores problemas enfrentados pelas populações das metrópoles brasileiras. Era a maior rubrica do programa, cerca de R\$ 400 milhões a mais do que foi destinado a construção e reforma das arenas.

Em Cuiabá, o sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) que ligaria a capital mato-grossense à cidade vizinha de Várzea Grande é exemplar do investimento desperdiçado nas obras. Seis quilômetros de trilhos chegaram a ser instalados, assim como cabos elétricos e catenárias que ficaram sem uso, pois a obra nunca foi inaugurada.

O governador Mauro Mendes (União Brasil) dá o caso como encerrado desde 2020, quando o estado optou por abandonar o VLT e transformar o sistema em BRT (ônibus de alta velocidade). O governo defende que o corredor expresso de ônibus tem custo mais baixo de implantação, ficará pronto mais rapidamente e terá tarifa mais barata.

A obra descartada custou mais de R\$ 1 bilhão. Os 40 conjuntos de trens, que foram comprados na Polônia, estão sendo negociados com o Governo da Bahia, que tem interesse em mplantar um VLT em Salvador.

Na capital baiana, o metrô completou 10 anos de operação e se consolidou como o principal legado na mobilidade da cidade. O sistema chegou a 38 quilômetros de extensão, com duas linhas, 22 estações e dez terminais integrados. Transporta, em média, 400 mil pessoas por dia.

Mas o cenário era bem diferente em junho de 2014, quando o primeiro trecho do metrô com 6,6 quilômetros foi inaugurado após 14 anos de obras e embates entre prefeitura e governo do estado. Na primeira viagem, passageiros chegaram até a beijar o chão do vagão.

Inicialmente previsto no caderno de encargos da Copa, a linha entre a estação Acesso Norte e o aeroporto de Salvador foi concluída apenas em abril de 2018.

A quase 1.500 quilômetros de distância, na zona sul de São Paulo, está outro símbolo de promessa para a Copa inacabada: a estrutura incompleta do monotrilho da linha 17-ouro. Uma série de dificuldades contribuiu para



A avenida do CPA, em Cuiabá, por onde passaria o VLT que nunca foi inaugurado, ainda está em obras Rogério Florentino/Folhapress

que o atraso fosse tão grande, como o rompimento de contrato por fornecedores, o envolvimento de construtoras no escândalo da Lava Jato e a pandemia de Covid-19.

Hoje o trilho suspenso da linha 17 está atravessado por árvores que cresceram acima de sua altura, ao longo da avenida Roberto Marinho. O aspecto é de abandono mas o governo estadual ressalta que as obras estão em andamento, principalmente nas áreas internas de estações e no pátio de trens, e a previsão é entregá-la em 2026.

Atrasos tão prolongados se explicam pela mudança drástica na política econômica brasileira antes e depois de 2014. O economista Ciro Biderman, diretor do FGV Cidades e chefe de gabinete da SPTrans à época da Copa, afirma que o segundo governo de Dilma Rousseff (PT) cortou investimentos em seus primeiros meses, em 2015.

“Para quem não conseguiu tirar a obra do papel até a Copa, o que aconteceu? O recurso sumiu”, diz Biderman. A austeridade continuou durante o governo Michel Temer (MDB), e logo depois veio o impacto da pandemia de Covid-19 nas contas públicas.

Foi o que ocorreu em uma obra em Natal (RN). O governo estadual afirmou que a reestruturação de uma das principais avenidas da capital potiguar não foi feita porque “o orçamento deixou de existir. A expectativa de recursos não foi viabilizada”. A construção de um corredor de ônibus foi abandonada, e outras duas obras viárias foram concluídas com atraso pela prefeitura e pelo governo estadual. Além da falta de capacidade

Obras inacabadas e abandonadas da Copa de 2014



1 Cuiabá: VLT até Vargem Grande
Após construir 6 km de linha e investimento de R\$ 1 bilhão, governo desistiu do projeto e o substituiu por um BRT
■ Linha Porto-CPA
■ Linha Centro-Distrito Industrial



2 Manaus: Monotrilho Norte-Centro
Governo suspendeu a construção ainda antes da Copa, depois, decidiu não levar projeto adiante após avaliar os custos



Dados cartográficos ©2024 Google

3 São Paulo: Linha 17-ouro do monotrilho
Após rompimento de dois contratos e atrasos no fornecimento de materiais, governo Tarcísio prevê entrega para 2026



4 Curitiba: Corredor Metropolitano
Projeto era a principal solução de mobilidade prometido para o evento; governo estadual pensa em retomá-lo



de investimento no setor público, segundo Biderman, antes disso houve falta de planejamento. Isso fez com que os governos locais mirassem em projetos audaciosos, caros e desnecessários, que não seriam financeiramente sustentáveis a longo prazo.

Isso explica a mudança de escopo dos projetos. Linhas de VLT foram canceladas para dar lugar a BRTs. E estes, por sua vez, acabaram transformados em meras faixas exclusivas de ônibus.

Em Porto Alegre, a duplicação da avenida Tronco foi concluída em abril deste ano, poucos dias antes da capital gaúcha ser atingida pela enchente do lago Guaíba. A obra se somou a outras que foram entregues com atraso.

Três projetos não foram para frente. Entre eles, a duplicação do trecho 2 da avenida Voluntários da Pátria, assim como um terminal rodoviário ao lado da estação de metrô São Pedro. O primeiro trecho foi concluído em 2021.

A gestão do prefeito Sebastião Melo (MDB) tem intenção de retomar esses dois projetos e está em busca de recursos.

Já a tentativa de implantação do BRT deixou um legado parcial. Os corredores de três avenidas saíram do papel, mas apenas como faixas exclusivas para ônibus regulares.

O monotrilho Norte-Centro, em Manaus (AM), nunca chegou a sair do papel.

O governo do Amazonas entendeu existir “impossibilidade técnica, financeira e jurídica” para a execução do projeto, segundo nota da atual gestão, de Wilson Lima (União Brasil), cujo primeiro governo teve início em 2019.

A modernização do porto de Manaus, adiada para depois da Copa, está inscrita no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo Lula (PT), e o projeto está em andamento, diz a nota.

Em Brasília, uma das principais promessas para o período, o VLT não saiu do papel até hoje. A obra foi totalmente embargada em 2011, quando a Justiça anulou o contrato de execução do projeto após as suspeitas de irregularidades.

Em Curitiba (PR), a prefeitura diz que a maioria das obras contratadas para a Copa foi concluída antes da competição. Entre as exceções está a ampliação do Terminal Santa Cândida, finalizada em 2019.

A implantação de um BRT entre o aeroporto e a rodoviária, se tornou inviável, segundo a prefeitura. O projeto acabou adaptado para uma versão mais simples e foi batizado de “corredor expresso”, concluído antes dos jogos.

A Prefeitura de Fortaleza também substituiu as obras de BRT por modificações viárias mais simples. Segundo a gestão municipal, a longo prazo o BRT “não se mostrou eficaz e, por isso, foi retirada do escopo das obras municipais”.

Em Belo Horizonte, as obras da Via 710, que liga as regiões Leste e Nordeste ao longo de quase cinco quilômetros, foram finalizadas em fevereiro de 2023, com sete anos de atraso. A obra foi iniciada em 2014.

Em nota, a prefeitura justificou a demora pela complexidade das obras e pela obrigação de respeitar os trâmites legais das desapropriações, que custaram R\$ 160 milhões. Outros R\$ 120 milhões foram gastos nas obras da via.

No aeroporto de Belo Horizonte, apenas parte das obras ficou pronta para a Copa. Depois, a administração foi concedida à iniciativa privada em agosto de 2014.

Em Recife, três obras de mobilidade — Corredor Caxangá, BRT Leste/Oeste e BRT Norte/Sul — foram entregues parcialmente. Já o terminal Cosme e Damiano, que integra metrô e linhas de ônibus, foi entregue e atende apenas mil pessoas por mês.

Artur Búrigo, Carlos Villela, Catarina Scortecchi, João Pedro Pitombo, José Matheus Santos, Tulio Kruse, Vinicius Sassine e Yuri Eiras

cotidiano

Decisão do Supremo reacende debate sobre câmeras em PMs

Ministério da Justiça diz que gravação do equipamento deve ser ininterrupta

Tulio Kruse

SÃO PAULO A decisão do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, sobre o cumprimento das diretrizes do Ministério da Justiça para as câmeras corporais na Polícia Militar pelo Governo de São Paulo despertou um novo debate entre instâncias federais e estaduais sobre a aplicação do texto.

Barroso entendeu que, a princípio, não há motivos para barrar o novo edital de compra das novas câmeras em São Paulo, mesmo ele que tenha acabado com a modalidade de gravação ininterrupta. Por outro lado, determinou que o governo paulista apresente um relatório que avalie a efetividade das novas câmeras corporais na PM seis meses após o início do uso.

O ministério, conforme noticiado pela coluna Mônica Bergamo, diz que na prática a única forma de cumprir as normas é gravar todo o turno policial. O texto da portaria não usa a palavra “ininterrupta”, mas estabelece 16 situações

em que o equipamento deve ser acionado, inclusive “no patrulhamento preventivo e ostensivo ou na execução de diligências de rotina em que ocorram ou possam ocorrer prisões, atos de violência, lesões corporais ou mortes”.

À coluna, o secretário-executivo-adjunto do ministério, Marivaldo de Castro Pereira, afirmou que “só existe uma forma de o Governo de São Paulo cumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal [STF], que ordenou que ele siga as nossas normas para o uso do equipamento: com a gravação ininterrupta”.

O entendimento do governo federal e de especialistas é que as gravações comecem assim que o policial deixar o batalhão, e só ser interrompida em situações íntimas, quando vai ao banheiro ou está se alimentando —exceções que as regras atuais da PM já preveem.

A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) diz que as novas câmeras da PM paulista vão cumprir essas diretrizes mesmo com o fim do “modo

rotina”, que grava ininterruptamente em baixa qualidade sem que nenhum botão seja acionado. O governo paulista disse ao STF que poderia fazer o acionamento das câmeras automaticamente, se o equipamento detectar som de “estampido de tiros” ou se aproximar da área de uma ocorrência, por exemplo.

Barroso entendeu que, formalmente, essa promessa está alinhada com as normas do governo Lula. Enquanto isso, especialistas duvidam que as câmeras terão capacidade técnica para cumprir o prometido.

O acionamento automático da câmera —por inteligência artificial, geolocalização ou pelo ruído de tiro— não está previsto no edital de compra dos equipamentos. O documento não contém nenhuma descrição de ligamento da câmera sem intervenção humana. Da mesma forma, no edital não há os termos “estampido”, “ruído” ou “tiros”, usado pelo governo Tarcísio para descrever essa funcionalidade ao STF.

Segundo o pesquisador Daniel Edler, do NEV (Núcleo de

“Eles [governo paulista] dizem que vão identificar disparo de tiro e ligar automaticamente. Para isso, precisaria de processamento [de inteligência artificial] em todas as câmeras, o tempo todo. O consumo de banda de internet para isso seria enorme. Do jeito que está [o edital] hoje, isso não vai acontecer

Daniel Edler pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP

Estudos da Violência) da USP, não há garantia de que essa funcionalidade possa realmente ser concretizada. No mínimo, seria necessário fazer um aditamento ao contrato para exigí-la.

As regras do edital dizem que caberá ao policial ligar a câmera para que a gravação tenha início. Uma central também poderá fazer o acionamento caso se perceba que o agente na rua descumpriu o protocolo e não ligou o equipamento.

“O edital de contratação não prevê esse acionamento automático”, diz Edler. “Tem uma contradição aí. Eles dizem que vão identificar disparo de tiro e ligar automaticamente. Para isso, precisaria de processamento [de inteligência artificial] em todas as câmeras, o tempo todo. O consumo de banda de internet para isso seria enorme. Do jeito que está [o edital] hoje, isso não vai acontecer”.

Outro problema é que o edital, apesar de exigir que as imagens sejam processadas em softwares de inteligência artificial, deixa em aberto a possibilidade de isso ser feito quando o turno policial já acabou e as câmeras estão nas bases. Nesse caso, essa tecnologia não seria usada para acionamento automático da gravação, e sim para análise posterior das imagens.

No processo do STF, a Defensoria Pública estadual tem argumentado que o edital das novas câmeras não cumpre as normas federais. “Se vai fun-

cionar ou não, é um exercício de futurologia. Mas tudo indica que o que estão propondo é pouco factível”, diz a coordenadora do núcleo especializado em Direitos Humanos e Cidadania do órgão, defensora Fernanda Balera.

A Defensoria referendou suas posições com notas técnicas do NEV, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da UFF (Universidade Federal Fluminense). “Já há vários estudos mostrando que há policiais que não acionam as câmeras, mesmo nas situações determinadas pela PM, e só conseguimos detalhes de algumas ocorrências por causa da gravação ininterrupta.”

O pregão eletrônico para a aquisição das novas câmeras da PM paulista foi vencido pela Motorola. Ele contou com a participação de 14 empresas.

Segundo o governo estadual, o valor da primeira colocada é 30% menor do que o previsto pela PM. A proposta aprovada representa um gasto estimado de R\$ 4,3 milhões por mês, 54% a menos que os atuais contratos, sob responsabilidade da Axon, segundo a Secretaria da Segurança Pública.

Vencer o pregão, no entanto, não quer dizer que a empresa já está apta a ter seus equipamentos presos aos uniformes dos PMs. Agora, a Motorola Solutions Ltda deve passar por uma série de procedimentos, como apresentação de documentos para habilitação e análise de amostras.



CRIMINOSOS FECHAM VIAS EM REPRESÁLIA A OPERAÇÃO POLICIAL NO RIO COM TRÊS MORTOS Avenida Brasil, onde ônibus foi incendiado, e as linhas Vermelha e Amarela foram bloqueadas contra ação no Complexo da Maré

José Lucena/Thenews2/Agência O Globo

Polícia do Rio apura se herbicida envenenou cães

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil apura se o uso do herbicida glifosato foi o responsável pelo envenenamento de 40 cães no bairro Jardim Oceânico, na zona oeste do Rio de Janeiro. Pelo menos sete cães morreram com sinais de intoxicação no período de um mês na região.

O uso do herbicida foi apontado em depoimento de três tutores que procuraram a DPMA (Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente) na segunda-feira (10) para registrar a morte de seus cachorros. Um quarto registro foi realizado de forma online.

A tutora Izabela Junqueira afirmou aos investigadores que já alertou síndicos do bairro sobre os riscos do uso de herbicida em jardins e de cloro puro para a lavagem das calçadas. Ela teve seu bulldog francês de 14 anos internado por uma semana por intoxicação após um passeio na região.

Os outros tutores também disseram à polícia que desconfiam do uso do herbicida por funcionários de condomínios do Jardim Oceânico. Eles teriam o hábito, segundo os relatos, de borrifar o produto para evitar a proliferação demato.

A polícia irá chamar funcionários de condomínios para prestar depoimento e analisa imagens de câmeras de segurança do bairro.

O herbicida foi descoberto em 1970, e é usado para eliminação de ervas daninhas. A utilização do produto concentrado para jardinagem é proibida pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), devendo ser utilizada a dosagem de 1% na diluição. Em concentração errada, o herbicida pode ser prejudicial à saúde.

O litro do produto é vendido na internet por cerca de R\$ 40. No seu rótulo há o alerta de perigo para caso seja “ingerido, inalado ou absorvido pela pele”. O glifosato mata a maioria dos vegetais, por isso seu uso na agricultura se popularizou associado a culturas geneticamente modificadas para resistir ao princípio ativo.

Bruna Fantti

Homem de 77 anos morre ao levar ‘voadora’ no peito

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Um homem de 77 anos morreu após ser atingido por um chute no peito, conhecido como voadora, dado pelo motorista de um veículo que ele tocou ao atravessar uma rua em Santos, no litoral sul de São Paulo, no sábado (8).

O aposentado Cesar Finé Torresi estava com o neto de 11 anos quando foi agredido por Tiago Gomes de Souza, 39, que dirigia um Jeep Commander pela rua Professor Pirajá da Silva, no bairro Aparecida.

Segundo relato do neto do idoso, corroborado por tes-

temunha à polícia, eles atravessavam a rua entre os carros, pois o semáforo estava fechado. De forma repentina, o motorista do Jeep avançou com o automóvel sobre eles. Torresi então se apoiou no capô do carro.

Assim que avô e neto concluíram a travessia, conforme o relato, o condutor saiu do veículo e caminhou na direção deles. O homem então desferiu um chute no peito de Torresi, que caiu desacordado.

Pessoas que estavam no local acionaram o Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e a Polícia Militar. Enquanto o aposentado era

atendido na rua pelos socorristas, o agressor deixou o local. Segundo testemunhas, ele correu para um shopping próximo e acabou preso no local.

O idoso foi encaminhado para a UPA Zona Leste com traumatismo craniano, mas teve três paradas cardíacas, foi intubado e morreu.

O agressor foi preso em flagrante e ficou em silêncio durante o depoimento, conforme boletim de ocorrência.

Nesta terça-feira (11), o advogado Eugênio Malavasi, defensor de Souza, disse que vai ingressar com um pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça. Segundo ele, não es-

tão “presentes os fundamentos da prisão cautelar”.

No entendimento de Malavasi, a detenção pode ser substituída por outras medidas.

No domingo (9), a Justiça converteu a prisão de Souza de flagrante para preventiva, ou seja, sem prazo definido. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, Souza está no Centro de Detenção Provisória de São Vicente.

Segundo a SSP (Secretaria da Segurança Pública), o caso foi registrado como lesão corporal seguida de morte na Central de Polícia Judiciária de Santos.

Saúde de um jovem de 20

anos com um corpinho de 77. Era assim que Torresi anunciava para a família os resultados depois de idas ao médico.

O primogênito do idoso, o comerciante Cesar Fine Torresi Filho, 43, relatou que seu pai não tinha nem colesterol alto. “Não parava quieto, sempre ligado no 220V. Era ligado. É por isso que dói na gente”, diz.

Torresi produzia e vendia folhinhas de calendário e era muito conhecido na vizinhança. Ele foi sepultado na segunda-feira (10), no cemitério Vila Curuçá, em Santo André (ABC), em uma cerimônia acompanhada por muitas pessoas, diz a filha.



Entulho e lixo em rua no bairro Sarandi, na zona norte de Porto Alegre, um dos mais afetados pela cheia histórica Evandro Leal - 10.jun.24/Agência Enquadrar/Folhapress

Porto Alegre ensaia volta à rotina após enchente recuar

Operações de limpeza tiraram mais de 48 mil toneladas de resíduos das ruas

Carlos Villela

PORTO ALEGRE Mais de um mês após o nível do lago Guaíba atingir a máxima histórica de 5,33 metros e paralisar Porto Alegre, o recuo do alagamento e o retorno de serviços permite um ensaio de volta à rotina na capital gaúcha.

O acesso à cidade já foi liberado, e os três corredores humanitários já foram removidos. As operações de limpeza já tiraram mais de 48 mil toneladas de resíduos das ruas, e o trânsito se normalizou nas principais vias.

A rodoviária voltou a funcionar, assim como estações de tratamento de água e o comércio em muitos bairros afetados. Entretanto, todos esses retornos são parciais: horário reduzido, menor capacidade e limitados a lugares já higienizados. O aeroporto Salgado Filho deve continuar fechado ao menos até dezembro deste ano.

Segundo o secretário municipal de serviços urbanos Assis Arroyo, o foco no momento é “o levantamento dos problemas maiores, agora que a água baixou”.

“São 380 equipamentos fazendo a limpeza na rua, muito material inservível que os moradores colocaram nas ruas, mas estamos avançando

em todos os bairros”, disse.

Os terminais da região do centro histórico, um dos bairros mais afetados, já estão em operação novamente. Ainda assim, as restrições de transporte e os estragos nos empreendimentos privados dificultam a retomada.

“Tivemos cerca de 45 mil CNPJs atingidos pelas enchentes”, disse a vice-presidente da ACPA (Associação Comercial de Porto Alegre), Julia Evangelista Tavares. Ela diz que alguns bairros já estão retornando às atividades, como Menino Deus e Cidade Baixa.

Para Tavares, que também é secretária de Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre, há um impacto emocional da enchente. “O grande empecilho acredito que é o receio das pessoas de circular, muitas pessoas atingidas psicologicamente”.

Enquanto bairros do centro de Porto Alegre retomam a rotina mais rapidamente, a zona norte e as ilhas do município concentram a maior parte dos problemas de serviços ainda interrompidos.

Das 14 unidades de saúde fechadas na cidade, 12 estão nessas regiões. Também ficaram nelas o maior número de imóveis afetados, de pessoas fora de suas residências e de desafios para a volta das

atividades diárias.

As áreas também têm o maior número de escolas fechadas. A Secretaria Municipal de Educação disse que das 318 unidades escolares da cidade, 42 ainda estão fechadas, sendo 14 escolas próprias, 27 conveniadas e uma que está funcionando como abrigo para desabrigados.

“A limpeza iniciou em 32 unidades. Nenhuma voltou a funcionar ainda, e não há previsão do retorno”, afirmou a secretária em nota.

A região das ilhas finalmente teve o abastecimento de água retomado, com a religião da ETA (Estação de Tratamento de Água) Ilha da Pintada, a última estação ainda inoperante na cidade, no sábado (8). Entretanto, muitos moradores ainda não podem voltar para suas casas.

A região das ilhas tem cotas de inundação 80 centímetros menor do que o resto da cidade, e um dos maiores desafios é a locomoção na área.

“Tem ruas com 2 metros de areia em cima da via. Estamos lá, junto com a Marinha, equipes terceirizadas e nossas equipes próprias, removendo a areia das ruas para tentar voltar à normalidade”, disse Arroyo.

A EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação)

Lula se contrapõe a Leite no RS e rejeita moradia provisória

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou nesta terça-feira (11) a construção de moradias provisórias para desabrigados e afirmou ter orientado os membros do seu governo para que não adotem essa medida em relação ao Rio Grande do Sul.

Lula critica, de maneira indireta, a gestão do governador Eduardo Leite (PSDB), que anunciou na semana passada a construção de 500 casas temporárias.

A declaração aconteceu durante cerimônia fechada para anúncio de acordos de indenização para famílias da região metropolitana de Recife que moravam em residências com risco de desabamento, os chamados prédios caixão.

Lula criticou a construção dessas moradias, nos anos 1970, e afirmou que a indenização era uma forma de devolver a dignidade para essas pessoas. Acrescentou que é necessário possibilitar que essas pessoas tenham moradias definitivas.

afirmou em comunicado que, devido ao comprometimento da malha viária especialmente nos bairros Anchieta, Humaitá, 4º Distrito e região das ilhas, algumas linhas ainda estão com desvios ou mudanças de rota para poder funcionar.

A oferta de transporte coletivo atualmente está em 94% para uma demanda de passageiros de 82,6% em comparação ao período anterior às enchentes.

Oito linhas de ônibus continuam desativadas temporariamente, todas na zona norte. Duas linhas são circulares da madrugada, duas são alimentadoras (que fazem ligação de bairros com corredores de ônibus) e outras quatro nas proximidades do aeroporto e bairro Humaitá.

Além dos danos na zona norte, um dos desafios é a recuperação das praias na zona sul da cidade. Em Ipanema, a enchente danificou o calçadão da orla. A água também causou danos no bairro Lami, onde a força do Guaíba formou ondas de quase 1,5 metro e atrapalhou operações de resgates de moradores.

“Os problemas maiores são próximos ao rio onde a água subiu e teve correnteza”, diz Arroyo. “Onde não houve muita correnteza, são danos localizados, e alguns problemas da rede de drenagem, que acaba erodindo com os problemas de muita vazão”.

Entretanto, segundo o secretário, ainda é preciso seguir as avaliações para saber a extensão real do prejuízo. “Estamos levantando esses problemas ainda, não dá para dar um panorama de tudo que foi danificado. Cada dia a gente está vendo cada local”, afirmou.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Música, cultura pop e conquistas marcaram a vida

BRUNO COSTA DE BRITO (1992 - 2024)

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO “Muitas das coisas que eu almejei eu estou realizando hoje.” É assim que Bruno Costa enxergava a si mesmo, pelo menos em parte. Foi assim que definiu sua trajetória em um vídeo publicado há nove meses pela Vogue Brasil, onde era produtor de conteúdo de cultura e lifestyle.

Na internet @brogueirinho, Bruno era aficcionado por cultura pop e música. A alma comunicadora deu as caras cedo, quando brincava de apresentador. Foi também logo cedo que ele recebeu o diagnóstico de anemia falciforme, doença que afeta os glóbulos vermelhos e, assim, o transporte de oxigênio para os órgãos.

Durante a vida, a doença crônica e as dores que dela resultam exigiram idas constantes ao hospital. Mas não seria a enfermidade ou a fala de alguém que definiria a vida do @brogueirinho. “Mais um tabu quebrado para a conta do divo”, brinca o primo Renan Guerreiro, 30 — não de sangue, mas com quem cresceu.

O sonho de Bruno também ficou evidente quando a mãe, Marielza da Costa, 56, encontrou e mandou jogar no lixo revistas e jornais que Bruno guardava, ainda criança. “Ele falou: ‘não, isso aqui é para a minha faculdade’”, conta a mãe, que o criou sozinho desde os 5 anos em Osasco (SP).

A vida acabou levando Bruno para o curso de administração de empresas. Mas foi questão de tempo até a comunicação ressurgir, em um curso técnico de produção multimídia na Etec Jornalista Roberto Marinho. Na sequência, Bruno conseguiu um estágio na Vice, onde também atuou como repórter, e depois finalmente chegou à Vogue.

Bruno dizia ter consciência do seu papel e da importância de se colocar como voz não binária, preta, e de família humilde nos espaços que ocupava.

“O Bruno amava de paixão o que ele fazia. Era tudo que ele queria. Ele conquistou, ele fez e conseguiu”, diz a mãe.

E a entrevista com a artista Kyllie Minogue? Mais um sonho realizado. Outro item na lista era ir, junto ao primo, ao show histórico que Madonna fez na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, no dia 4 de maio. “Significava muito para aquelas duas crianças vedadas da família”, diz Renan.

Mas foi nesse mesmo 4 de maio, em meio a mais uma internação, que Bruno morreu, aos 32 anos. “Ele nunca se enxergou pequeno diante de tudo que a vida taca-va nele”, diz Renan.

Nascido em 24 de janeiro de 1992, Bruno deixa como lembranças o deboche, a alegria e o alto astral. E música, claro — dele os amigos se recordarão sempre que se depararem com as músicas do álbum “Ray of Light”, de Madonna.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

MEC suspende novos cursos de graduação a distância

Mariana Brasil

BRASÍLIA O MEC (Ministério da Educação) suspendeu a criação de novos cursos de graduação a distância. A decisão também barra temporariamente a ampliação do número de vagas e a criação de novos polos da modalidade pelas instituições.

Os processos de credenciamento de instituições e autorizações de cursos EaD que já estão em avaliação pelo Inep (Instituto Nacional de Estu-

dos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e já tramitam no sistema da pasta não são afetados pela medida.

Essa exceção, porém, não vale para a abertura de cursos a distância de direito, medicina, odontologia, psicologia e enfermagem. No caso deles, mesmo os processos em tramitação estão suspensos até a definição de novas normas regulatórias federais para a modalidade.

Até o dia 10 de março de 2025 o MEC vai revisar os instrumentos de avaliação de cur-

sos de graduação na modalidade a distância.

Anova determinação foi publicada na sexta-feira (7) no Diário Oficial da União.

A posição já vinha sendo defendida pelo ministro Camilo Santana, que criticava o formato. Em maio deste ano, o governo lançou uma diretriz que limitou os cursos de licenciatura e pedagogia a ter somente 50% de carga horária online, obrigando a ter, pelo menos, metade das aulas presenciais.

O ministro já manifesta-

va a intenção de reduzir os cursos remotos desde 2023, quando o governo ensaiava proibir cursos para professores com 100% da carga horária nesses moldes.

A formação de professores em licenciaturas a distância concentra 81% dos ingressantes, segundo o Censo do Ensino Superior de 2022, o mais recente.

As graduações online atendem parcela da população que mora em regiões distantes e não conseguiria fazer cursos

totalmente presencial. A própria resolução cita pesquisas que indicam que os estudantes de licenciaturas são mais velhos e de famílias com baixo nível geral de escolarização.

Desde a mudança na carga-horária dos cursos de licenciatura, associações que representam o ensino superior a distância no país se manifestaram contra a homologação da definição desde março, quando o CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou as novas diretrizes.

equilíbrio

Monogamia é sistema inerente ao capitalismo, diz pensadora espanhola

Para Brigitte Vasallo, autora de 'O Desafio Poliamoroso', discussão sobre a modalidade amorosa deve ir além da exclusividade sexual

SÉRIES FOLHA
É TUDO AMOR

Bárbara Blum

SÃO PAULO Para a espanhola Brigitte Vasallo, as relações que desafiam a monogamia não têm nada a ver com pegação. A autora de “O Desafio Poliamoroso”, publicado no Brasil pela editora Elefante, afirma que a grande questão do poliamor vai muito além de sair com outras pessoas, acordo previamente firmado entre os integrantes de um casal. O problema, segundo ela, está na ideia de casal —e no fato de essa entidade ser o centro em torno do qual a sociedade se organiza hoje. Ao menos na sociedade capitalista, ressalta Vasallo.

Ela enxerga a monogamia como um sistema, capaz de estruturar as relações de forma similar ao capitalismo.

“O sistema monogâmico não se refere a quantos parceiros temos, mas ao lugar que o casal —e que a família nuclear— ocupam na sociedade”, afirma a autora, à Folha, por videoconferência.

O pensamento de Vasallo se desenvolve a partir do pressuposto de que o amor deve ser analisado com uma lente política, na linha do mote “o pessoal é político”, que regeu o feminismo dos anos 1960. A ideia também é velha conhecida da comunidade queer, que, vira e mexe, tem suas relações escrutinadas no entra e sai de governos conservadores.

A autora diz que, “o amor é considerado quase como um reduto do mundo animal e, portanto, não é algo social”. Mas essa concepção é falha, avalia ela. “Só por ser algo que sentimos não quer dizer que não esteja atravessada culturalmente.”

Ela exemplifica o caso dizendo que para casamentos entre dois cidadãos europeus, pouco interessa se os pombozinhos estão juntos há dez anos ou dez dias, enquanto matrimônios entre um cidadão e um estrangeiro só acontecem mediante provas de que aquela relação é real. O amor, tão puro, está, na verdade, atravessado pela violência e, por isso, ela entende que a leitura política desse sentimento é essencial.

A ideia de se referir à monogamia como um sistema começou como uma brincadeira anos atrás, explica Vasallo. A frase, entretando, acabou pegando, “é sexy”, e ela investigou essa ideia mais a fundo. A conclusão foi de que é, mesmo, um sistema. E um bastante atrelado ao capitalismo.

O que o constitui, segundo Vasallo, é “a hierarquia de redes de apoio”. O casal está no topo, ou centro, dela —o que cairia como uma luva para manter a roda do capitalismo girando. O homem da casa vai para o trabalho, a mulher cuida do lar. Ele provê o sustento, ela garante a prole. O elo sanguíneo se perpetua e a herança ganha uma linha sucessória.

“Quem vai cuidar de você? Quem vai te ajudar? Quem vai te deixar dinheiro?”, se pergunta a escritora.

Mas um sistema não constituiria um sistema sem suas margens e brechas. Amantes, por exemplo, são a margem da monogamia. São personagens conhecidos —em alguma medida até tolerados e previs



Brigitte Vasallo, autora de 'O Desafio Poliamoroso' Divulgação

➕
SÉRIE DEBATE
AS DIFERENTES FORMAS DE AMAR

No mês dos namorados, a Folha lança a série “É tudo amor”, com o intuito de olhar para os casais que questionam os padrões de relacionamento e se propõem a ter amores de todos os tipos, laços em que a monogamia não é necessariamente a regra e estar com outras pessoas não é traição. Os textos buscam expandir a ideia de que só existe um formato possível para ser feliz em um relacionamento.

tos—, mas “carentes de direitos e de legitimidade”, afirma.

A autora entende que muitos fatores situam alguém à margem da sociedade, não apenas sua condição matrimonial. Ela, uma mulher lésbica não monogâmica, se considera “em algum lugar do centro”, por ser branca e europeia, por exemplo.

“Não existe estar fora do sistema. Existe a margem. E a penalização por se estar nela.” E, se houvesse a opção de estar fora, não seria um sistema, segundo ela.

Ela reconhece que essa estrutura social monogâmica que estuda é situada num tempo e num espaço. “É parte de uma Europa muito concreta, que se expandiu por meio de processos coloniais”, afirma.

E saúda nomes como Geni Nunes, psicóloga guarani que afirma que o pensamento indígena também leva ao questionamento da monogamia.

As relações poliamorosas, por outro lado, são as que desafiam essa estrutura. E, para Vasallo, entra em cena o fim da hierarquia entre tipos de relação —maridos e esposas não estariam acima dos amigos, vizinhos ou da família na ordem de prioridades—, em uma ideia de fortalecimento de redes comunitárias.

“Me interessa pensar em não monogamia como o ato de preparar um prato de comida para uma vizinha com quem você não tem relação, nem é sua amiga e de quem você talvez nem goste, quando você não a vê há di-

as e se pergunta se ela pode estar doente”, diz.

“É quando não são os afetos que regem todas as suas ações de cuidado, mas a ideia de uma comunidade.”

Mas tecer essas redes, que podem ir muito além de um pratinho para a vizinha, é assustador. O ciúme e o medo do abandono, os grandes fantasmas no debate sobre as relações não monogâmicas, estão presentes no pensamento de Vasallo. Ela diz que, quando a sobrevivência no sistema depende de um núcleo sexual tão restrito quanto um casal, “é impossível aceitar sem medo que seu parceiro ou parceira se relacione com outros”.

Essa reação, entretanto, consiste num sintoma, não uma causa. O que não impede a tristeza dos envolvidos, segundo ela, sobre seu próprio entorno.

“A liberdade tem a ver com responsabilidade sobre o que se faz, com assumir o seu impacto no mundo. Não vivemos como queremos. Prefiro pensar na possibilidade de ações, emoções e relações que temos e de que formas podemos ampliá-las.”

Por ampliação, que fique claro, ela não quer dizer escancarar relacionamentos à força e obrigar os casais a praticarem a não exclusividade sexual. “Se a exclusividade te traz tranquilidade nesse mundo turbulento, por favor, pratique”, diz. O que Vasallo espera é que o mundo tenha mais opções de relacionamento.

saúde

Painel da FDA dá voto favorável a remédio para Alzheimer inicial

Conselheiros da agência concluem por unanimidade que os benefícios do donanemab superam seus riscos

Bhanvi Satija e Julie Steenhuysen

REUTERS Conselheiros externos da FDA (agência que regulamenta drogas e alimentos dos EUA) concluíram unanimemente nesta segunda-feira (10) que os benefícios do tratamento experimental para Alzheimer da farmacêutica Eli Lilly, o donanemab, superam os riscos, e concordaram que os dados do ensaio sobre o medicamento mostraram que ele é eficaz em pacientes com um estágio inicial da doença.

O voto abre caminho para uma decisão final da FDA sobre o novo tratamento, que inicialmente era esperada para mais cedo neste ano antes de a agência convocar a reunião para que seu painel independente de especialistas pudesse opinar.

“Estamos realmente satisfeitos que o comitê consultivo reconheceu o forte benefício do donanemab”, disse Dawn Brooks, líder de desenvolvimento da Lilly para o remédio, em uma entrevista após a votação.

Agora, com o apoio unânime do painel, a empresa aguarda a conclusão da revisão da FDA. A agência não é obrigada a seguir as recomendações de seus conselheiros externos, mas geralmente o faz.

Em sua discussão, a FDA pediu ao painel que considerasse alguns aspectos únicos do ensaio da Lilly, que diferiram significativamente do desenho do ensaio do Eisai e Biogen Leqembi, que ganhou aprovação nos EUA após passar por uma reunião semelhante do comitê consultivo.

Ambos os medicamentos são projetados para remover placas tóxicas de beta amiloide dos cérebros de pessoas com doença de Alzheimer em estágio inicial.

Os tratamentos com anticorpos, que tiveram sucesso em retardar a progressão da doença em ensaios clínicos, seguem três décadas de tentativas fracassadas de encontrar medicamentos para combater a doença fatal que destrói a mente.

Uma diferença chave no desenho do ensaio para os dois

tratamentos é que a Lilly mediu os níveis de uma segunda proteína relacionada ao Alzheimer, chamada tau, associada à morte das células cerebrais, para selecionar pacientes mais propensos a mostrar um benefício dentro do período de ensaio de 76 semanas.

Como resultado, a Lilly excluiu pacientes com níveis muito baixos ou nulos de tau do ensaio pivotal, mas fez uma análise separada neste grupo de outro estudo bastante grande para ver se o medicamento resultou em mudanças subjacentes.

Vários membros do painel observaram que esses dados provavelmente sugeriam um benefício do tratamento.

Os membros do painel também concordaram em grande parte que não deveria ser necessário testar a tau antes do tratamento, observando que esse teste não estava amplamente disponível e poderia reduzir o acesso a populações rurais ou carentes.

Vários membros do painel observaram que havia questões de segurança elevadas para pessoas que têm duas cópias do gene APOE4, que está associado a um risco maior de Alzheimer. Eles sugeriram que os médicos que prescrevem o medicamento precisavam ser educados sobre o risco aumentado e discutir isso com os pacientes.

No amplo ensaio clínico da Lilly, o donanemab, administrado por infusão uma vez por mês, retardou a progressão de problemas de memória e pensamento em 29% no geral, aproximadamente comparável ao 27% de desaceleração observado com o Leqembi.

Inchaço e sangramento cerebral —um risco conhecido para essa classe de medicamentos— ocorreram em 24% e 31%, respectivamente, para aqueles que tomaram donanemab, e três pacientes morreram.

No estudo de fase avançada da Eisai e Biogen, 12,6% dos participantes que tomaram Leqembi tiveram inchaço cerebral e 17,3% sangramento cerebral.

O Leqembi foi aprovado com o aviso mais forte da agência sobre o risco de inchaço cerebral e sangramento potencialmente perigosos que se aplica a todos os medicamentos da classe.

Vários membros do painel elogiaram o desenho inovador do ensaio da Lilly, que permitiu aos participantes interromper o tratamento assim que a imagem cerebral mostrasse que a placa de amiloide foi removida, mas disseram que isso poderia dificultar para os médicos saber quando interromper o tratamento e quando reiniciá-lo, se necessário.

A Lilly disse que está planejando ensaios para testar o tratamento em pacientes geneticamente predispostos a desenvolver Alzheimer, incluindo pessoas com síndrome de Down.

O analista da Jefferies, Michael Yee, disse em nota que a votação “prepara o terreno para uma aprovação eventual da FDA”, acrescentando que ter dois players no mercado seria algo bom a longo prazo. As ações da fabricante de medicamentos de Indianápolis fecharam em alta de 1,8%, a US\$ 865.

29%

foi a redução da progressão de problemas de memória e pensamento em pacientes no ensaio clínico do donanemab

27%

foi a desaceleração observada no estudo do Leqembi, outra droga para Alzheimer inicial, já aprovada

24%

dos pacientes no ensaio do donanemab apresentaram inchaço cerebral, risco comum para a classe do remédio

saúde

Brasil espera recuperação de certificado contra sarampo

Arthur Guimarães

SÃO PAULO O Ministério da Saúde espera que o Brasil retome a certificação internacional de país livre do sarampo no segundo semestre deste ano, afirmou à Folha Eder Gatti, diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações, vinculado à pasta.

Na última quarta-feira (5), o órgão comemorou dois anos sem casos autóctones (com transmissão em território nacional) de sarampo. A marca aproxima o Brasil da certificação concedida pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

O país havia obtido o título em 2016, mas o perdeu três anos depois, em decorrência do fluxo migratório de países como a Venezuela e da queda das taxas de cobertura vacinal.

A cobertura da primeira dose da tríplice viral —que oferece proteção contra o sarampo, a caxumba e a rubéola— caiu de 95% em 2016 para 93% em 2019. Ela continuou a degringolar, batendo 75% em 2021. A meta é 95%.

De zero, em 2016, os casos

de sarampo saltaram para 20.901 em 2019. Desde então, os números cederam. Em 2022, foram 41 os casos confirmados. O último foi registrado naquele mesmo ano.

A cobertura vacinal também voltou a aumentar. De 81%, em 2022, ela passou para 87% em 2023, mas continua aquém da meta. Os dados do ano passado ainda são preliminares.

"Apesar de não termos transmissão autóctone de sarampo no país há dois anos, o cenário internacional é muito ruim", diz Gatti. Segundo a OMS, casos de sarampo aumentaram na Europa e nos EUA em 2024.

Para o representante do ministério, o risco de sarampo nos demais países representa um risco para o Brasil, que se prepara para sediar o G20 e a COP, conferência das Nações Unidas sobre o clima, eventos que atraem a presença de estrangeiros.

LEILÃO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que nos dias 15 e 16/07/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.

Acesso

www.rivaldodantasleiloes.com.br

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90100/2024** - referente ao **Processo nº SEI-02400067207/2024-62**. Edital 123, cujo objeto é a **Contratação de serviços de dedetização-desinsetização e dedetização-desratização** - A realização do Pregão Eletrônico será no dia 26 de Junho 2024 às 09h00min. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sites eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90099/2024** - referente ao **Processo nº SEI-02400087001/2024-59** - Edital 124, cujo objeto é a **Aquisição de saco plástico plumbagem transparente 40x60cm** - A realização do Pregão Eletrônico será no dia 26 de Junho 2024 às 09h00min. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sites eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90096/2024** - referente ao **Processo nº SEI-02400067207/2024-62**. Edital 123, cujo objeto é a **Contratação de serviços de dedetização-desinsetização e dedetização-desratização** - A realização do Pregão Eletrônico será no dia 26 de Junho 2024 às 09h00min. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sites eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Acha-se aberta na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade **pregão eletrônico 90004/2024/CFS**, processo 020.00011229/2024-81, destinada à prestação de serviços através de postos de trabalho de Manutenção, Trato e Manejo Animal, CETRA-REC. A abertura das propostas dar-se-á no dia 27/06/2024 às 09h00, no site www.compras.gov.br, identificando-se o pregoeiro através do número 260135-90004/2024. As propostas serão recebidas no site a partir do dia 12/06/2024. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS") ou www.semil.sp.gov.br. Pedidos de esclarecimentos devem ser enviados através de e-mail semil.litacoes@gmail.com e as respostas serão divulgadas no próprio ambiente eletrônico, de modo que todos os interessados tenham acesso aos questionamentos e esclarecimentos prestados.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Acha-se aberta na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade **pregão eletrônico 90004/2024/CFS**, processo 020.00011229/2024-81, destinada à prestação de serviços através de postos de trabalho de Manutenção, Trato e Manejo Animal, CETRA-REC. A abertura das propostas dar-se-á no dia 27/06/2024 às 09h00, no site www.compras.gov.br, identificando-se o pregoeiro através do número 260135-90004/2024. As propostas serão recebidas no site a partir do dia 12/06/2024. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS") ou www.semil.sp.gov.br. Pedidos de esclarecimentos devem ser enviados através de e-mail semil.litacoes@gmail.com e as respostas serão divulgadas no próprio ambiente eletrônico, de modo que todos os interessados tenham acesso aos questionamentos e esclarecimentos prestados.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Negociações Coletivas 2023/2025

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E AUXILIARES NA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DE SÃO PAULO - SINTRAMSP, CNPJ nº 43.147.764/0001-98, usando das atribuições estatutárias que lhe são conferidas, CONVOCA todos Movimentadores de Mercadorias em Geral e Logística, empregados no Comércio em Geral; Atacadista e/ou Varejista, associados ou não associados, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 22/06/2024 às 11h00 (onze horas), em primeira convocação, ou em segunda chamada às 12h00 (doze horas), com qualquer quórum, na Av. Presidente Wilson, 4832 - Vila Independência, São Paulo - SP, CEP 04220-001, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Discussão para montagem de pauta de reivindicações;
- 2) Dar poderes à Diretoria do Sindicato para negociar os Instrumentos Coletivos de Trabalho com quem de direito, representando os trabalhadores avulsos e empregados integrantes da categoria profissional diferenciada;
- 3) Dar poderes à Diretoria do Sindicato para negociar Convenções Coletivas de Trabalho com os segmentos patronais no Comércio em Geral; Atacadista e/ou Varejista, para o período de 2023/2025, data-base 01 de setembro;
- 4) Decretação de Assembleia em caráter permanente, em toda jurisdição do Sindicato, até o estabelecimento final das Normas Coletivas da Categoria;
- 5) Instituir e/ou manter a cota de contribuição para trabalhadores celetistas e avulsos;
- 6) Na eventualidade de fracasso nas negociações, instaurar dissídio coletivo;
- 7) Autorizar o exercício ao direito de greve na forma da Lei 7.783/89 em caso de malogro nas negociações;
- 8) Concessão de poderes à diretoria para firmar novos contratos e renovação dos contratos firmados com advogados para a propositura de demandas coletivas, autorizando a propositura de novas ações e ratificando as anteriores, inclusive quanto à execução individual ou coletiva;
- 9) Assuntos Gerais de interesse da Categoria.

São Paulo, 12 de junho de 2024. Presidente: Rodrigo Alves de Oliveira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 016/2024

Proc. Adm. nº 244024029577700/2024

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de INSUMOS DE ENFERMAGEM (ELETRODOS, PÁS ADESIVAS PARA CARDIOVERSOR E DEA), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 12/06/2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site <https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx>, na aba serviços para sua empresa, licitadora e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC). Início da sessão de disputa de lances: **Dia 24/06/2024, às 10h.**

Santana de Parnaíba, 11 de junho de 2024.

AUTORIADE COMPETENTE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola de Comunicações e Artes

CNPJ nº 63.025.530/0021-58

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 02/2024 - ECA

PROCESSO SEI Nº 154.00000958/2024-41

Torna público o PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2024 - ECA, menor preço, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK, conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 12/06/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.dos.gov.br. O início do recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 12/06/2024 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 24/06/2024 às 09h00, no "Portal de Compras do Governo Federal" - www.gov.br/compras.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 6 - SANTOS DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SANTOS

"Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 6 - Santos Delegacia Seccional de Polícia de Santos **Pregão Eletrônico nº 05/2024 Processo nº 058.00033103/2024-30**. Encontra-se aberta nesta Delegacia Seccional de Polícia de Santos, licitação, na modalidade Pregão, do tipo Menor Preço por item, a ser realizada por meio eletrônico, objetivando a **aquisição de Pneus e Baterias**. A sessão pública será realizada no dia 24/06/2024 às 10h00, no endereço eletrônico www.compras.gov.br, onde também poderá ser consultado o edital completo da licitação, por meio do ID Contratação 46377850000127-1-001180/2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90098/2024** - referente ao **Processo nº SEI-02400085347/2024-12** - Edital 125, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CANETA BISTURI ELÉTRICO DESCARTÁVEL** - A realização do Pregão Eletrônico será no dia 26 de Junho 2024 às 09h00min. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sites eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90101/2024** - referente ao **Processo nº SEI-02400084251/2024-37** - Edital 128, cujo objeto é a **Aquisição de Material de Consumo Médico Hospitalar (detergente líquido neutro, fita adesiva hospitalar, fita adesiva para autoclave)** - A realização do Pregão Eletrônico será no dia 28 de Junho 2024 às 09h00min. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sites eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

Encontra-se aberta no HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO, EM SANTOS/SP, PREGÃO ELETRÔNICO número 90077/24, Processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinada à **Aquisição de Dispositivo Intrauterino - DIU**, a realização da sessão será na data 26/06/2024 e horário 08:00 horas, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 12/06/2024, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC). www.gov.br/compras; www.imprensaoficial.com.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA GABINETE DO SECRETARIO E ACESSÓRIOS AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

A Secretaria da Administração Penitenciária, por meio da Chefia de Gabinete, sediada à Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo, SP, CEP 02033-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Edital n.º 2/2024 – UASG 380101, Processo SEI n.º 006.00046429/2024-60. OBJETO: prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos novos, na modalidade A, com quilometragem livre, destinado à Assessoria Militar para executar o serviço de escolta do Gabinete do Secretário. A sessão pública do pregão ocorrerá no site www.gov.br/compras, com horário previsto para às 8 horas, do dia 27/06/2024. O Edital na íntegra poderá ser obtido ou consultado gratuitamente através dos sites www.gov.br do Portal Nacional de Contratações (PNPC), <http://www.e-negociospublicos.com.br>, www.compras.sp.gov.br e www.sap.sp.gov.br Informações Tel: (0xx11) 3206-4872 / 3206-4876 / 3206-4873.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - "Condomínio Píscine Home Resort" - Osasco/SP ROGÉRIO DAMASIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 951, em nome do Banco Santander (Brasil) S/A, CNPJ nº 15.593.975/0001-42, com endereço em Avenida Magalhães de Castro, 4800, Edifício Park Tower, 1º Andar, Conj. 151/162, Butantã/SP, faz saber que, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.514/97, que instituiu a alienação fiduciária dos bens imóveis, realizou o leilão na modalidade exclusivamente ONLINE dos imóveis abaixo, em 12/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06/2024. O edital encontra-se disponível no site www.compras.gov.br, sob o número 90004/2024, processo SEI nº 024.00055263/2024-54, destinado à aquisição de Dispositivo Intrauterino (DIU). O leilão será realizado no dia 26/06/2024, às 14h00 horas, encerrando-se em 16/07/2024, às 14h00 horas, caso os lances ofertados não atingiram a avaliação (R\$ 1.470m), a proposta será submetida até às 14h00 horas do dia 26/06

ambiente

‘PEC das Praias’ ameaça mangues e restingas

Segundo ambientalistas, proposta pode incentivar grilagem em zonas sensíveis e essenciais contra desastres

Jorge Abreu

SÃO PAULO A especulação imobiliária que pode ser desencadeada pela chamada “PEC das Praias” preocupa ambientalistas. Na visão de pesquisadores, a proposta de emenda à constituição 03/2022 traz risco a ecossistemas sensíveis do litoral brasileiro. Para Bárbara Pinheiro, bióloga e diretora-executiva do Instituto Yandê, ONG de proteção ambiental com sede em Alagoas, as mudanças podem incentivar a grilagem (apossamento ilegal) de terrenos de marinha. O texto prevê a transferência desses espaços em áreas urbanas da União para estados e municípios ou proprietários privados.

Com o novo status, ela avalia, o interesse pelos terrenos à beira-mar pode disparar, levando a uma maior ocupação de áreas de restinga e manguezais. A degradação desses ecossistemas é preocupante, destaca, porque eles são considerados estratégicos na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas.

Zonas de mangue são “sumidouros” de carbono e protegem a área costeira da erosão. A vegetação da restinga também ajuda na resiliência do litoral contra ressacas e chuvas extremas.

“Essas áreas de restinga e manguezais são nossos pro-

tetores contra as mudanças climáticas. Então, principalmente em questão de eventos extremos e elevação do nível do mar, os terrenos de marinha são fundamentais para que a gente consiga se adaptar melhor, para não ter grandes impactos. A natureza está lá para nos defender”, diz.

Keltony Aquino, pesquisador da UFF (Universidade Federal Fluminense) apoiado pelo Instituto Serrapilheira, também teme o incentivo da expansão urbana desordenada. Além do risco de supressão inadequada da vegetação, ele aponta para o provável aumento da poluição da água.

“O Brasil tem sérios problemas em termos de monitoramento ambiental. Transferir esses terrenos para estados, municípios ou para a própria iniciativa privada deixa as áreas costeiras vulneráveis, uma vez que pode não ter regulamentação ou fiscalização adequada. São ecossistemas sensíveis, que já sofrem com erosão e um processo acentuado de urbanização”, afirma.

Para Clemente Coelho Júnior, professor e pesquisador do Instituto de Ciências Biológicas da UPE (Universidade de Pernambuco), manter as áreas de marinhas já ocupadas sob proteção de leis federais é importante para assegurar as APPs (áreas de proteção permanente), as vegeta-



Praia de Iporanga, em Guarujá, São Paulo

Adriano Vizoni/Folhapress

ções de restinga e as dunas.

Assim como Aquino, ele acredita que haverá um descontrole caso a responsabilidade seja repassada para estados, municípios e iniciativa privada, com risco de impactos ambientais nos ecossistemas costeiros marinhos.

“O meio ambiente é um direito difuso, transversal. Então, quando se retira mais uma camada protetiva, o país está deixando vulnerável ecossistemas extremamente sensíveis”, avalia.

Os pesquisadores destacam também que a proposta pode prejudicar a permanência de comunidades caiçaras que sobrevivem da pesca artesanal.

Na avaliação de Bárbara Pinheiro, apesar de o texto da PEC não tratar da privatização de praias —apenas dos terrenos à beira-mar—, o efeito pode ser parecido. Com a possibilidade de transferência das propriedades das áreas de marinha, a bióloga acredita que os beneficiados serão os mais ricos.

Integrante do movimento Liga das Mulheres pelo Oceano, ela cita, como exemplo, o projeto apelidado de “Cancún brasileiro”, orçado em R\$ 7,5 bilhões, que prevê, inicialmente, 28 empreendimentos no litoral de Pernambuco e Alagoas.

A iniciativa da incorporadora imobiliária Due tem parceria com o jogador Neymar. O anúncio da participação do atleta no negócio provocou reações nas redes sociais. “A gente está lutando con-

tra esse pacote inteiro de destruição muito bem articulada [no Legislativo]. Eles [os políticos] já quiseram passar a boiada nas florestas, e agora estão querendo passar na parte marinha”, diz a bióloga, em referência à fala do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, sobre a estratégia de afrouxar leis ambientais durante o governo Bolsonaro.

Cofundador do Instituto Bioma Brasil, voltado à educação e conservação do litoral, Coelho Júnior avalia como uma desvalorização cultural do país a comparação com Cancún. Ele vê a associação com o balneário mexicano como uma estratégia de propagar o turismo excessivo e a exploração imobiliária, sem planejamento correto. Isso poderia afetar negativamente a biodiversidade local e as comunidades tradicionais, de acordo com o pesquisador.

“Cancún é sobrecarregada de um turismo em massa que realmente causou grandes danos à região. O nosso litoral é belo pelo que ele é, pela história evolutiva dele, há milhões de anos. Nós não temos águas tão transparentes como as de Cancún, a não ser numa determinada época do ano. Nossa beleza cênica, a beleza dos nossos ecossistemas, reside na biodiversidade”, descreve.

Empreender na Amazônia

A incerteza, a insegurança e a informalidade são desafios persistentes

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de “Segurança Pública para Virar o Jogo”

Empreender no Brasil não é para os fracos. E quando falamos sobre empreender com escala e alta integridade nas economias da natureza na Amazônia —que incluem o mercado de créditos de carbono e biodiversidade, a bioeconomia, a restauração ecológica e produtiva-regenerativa e o turismo sustentável—, a tarefa é tão mais desafiadora quanto urgente e necessária.

São muitas as razões pelas quais é essencial construir rapidamente uma economia realmente verde e inclusiva na Amazônia. Isso não só melhorará as condições socioeconômicas em

uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil como é chave para acelerar e sustentar a redução do desmatamento e contribuir para a regeneração da biodiversidade e para as metas nacionais e globais de emissão líquida zero de carbono.

No entanto, os obstáculos para a construção de uma economia verde na Amazônia são ainda mais significativos que os entraves já conhecidos para a melhoria do ambiente de negócios no país. A incerteza, a insegurança e a informalidade são desafios persistentes que afetam tanto empreendedores quanto investidores.

A incerteza é exacerbada por questões fundiárias complexas, que atrasam e encarecem os processos de due dilligence de terras e os investimentos e deixam a região vulnerável à exploração ilegal e insustentável.

A insegurança na região, resultado da presença estatal desigual, da corrupção e da impunidade generalizada, aumenta os custos de capital, os riscos operacionais e reputacionais para os empreendedores, seus clientes e investidores, afetando também a disponibilidade de mão de obra qualificada e elevando a demanda por segurança privada.

E os altos níveis de informalidade dificultam o envolvimento de empresas legais com fornecedores, aumentam riscos de informalidade regulatória e perpetuam um ecossistema de crimes ambientais e infrações relacionadas.

Para completar, o vasto tamanho e a diversidade das diferentes Amazônia's tornam soluções de “tamanho único” inviáveis, e o ainda modesto “pipeline” de projetos de alta integridade muitas vezes tem dificuldade em atender às expectativas dos investidores por planos de negócio bem definidos, com riscos claramente ar-

ticulados, retornos atraentes e histórico comprovado.

Superar esses desafios exigirá persistência, transparência e uma abordagem coordenada e colaborativa entre múltiplos interessados, incluindo empreendedores, agentes públicos, investidores, oftakers e, em especial, as comunidades locais —cuja inclusão nas novas cadeias produtivas é a chave para o sucesso da permanência dos empreendimentos de longo prazo, característicos das economias da natureza.

Para avançar, é essencial adotar múltiplas estratégias, que demandam esforços pré-competitivos conjuntos para resolver questões comuns, promover a segurança jurídica e pública e garantir a integridade e o impacto positivo dos empreendimentos.

Além disso, investimentos em ciência e tecnologia e em aceleradoras de novos negócios são fundamentais para que se conheça o território e para o de-

envolvimento das economias da natureza. Isso demanda respeitar as populações e as organizações locais e engajá-las com o conhecimento.

Nesse contexto, são necessárias iniciativas de impacto coletivo que reduzam riscos territoriais e conectem e coordenem ações entre diversos atores-chave.

Por um lado, são necessárias para mitigar riscos financeiros, territoriais e de reputação comuns e para desbloquear e baratear investimentos responsáveis para promover o crescimento de empresas de alta integridade na região. E, por outro lado, para articular o avanço em regulações e incentivos fiscais e financeiros, que são fundamentais para a criação de novos segmentos econômicos verdes e passam pelo compartilhamento de riscos entre setor público e privado e transição dos subsídios que hoje apoiam economias intensivas em carbono. Mãos à obra, não há tempo a perder.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse
folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

A

ANALISTA DE SISTEMAS JUNIOR - PROTHEUS

M/F Processo Seletivo - As normas de participação estão descritas no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: www.fun-dacaoadiljane.com.br/selecao-0282024 As inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das 15 horas do dia 12/06/2024 às 15 horas do dia 19/06/2024.

T

TÉCNICO DE SUPORTE

M/F Processo Seletivo - As normas de participação estão descritas no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: www.fun-dacaoadiljane.com.br/selecao-0282024 As inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das 15 horas do dia 12/06/2024 às 15 horas do dia 19/06/2024.

PARA ANUNCIAR NOS

CLASSIFICADOS

FOLHA

LIGUE

AGORA

11/3224-4000

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

COMUNICADO

Solicitamos o comparecimento do Sr. (a) LUIS PAULO FERNANDES Portadora da CTPS 93649 SERIE 182 - SP no prazo de 03 dias. O seu Não comparecimento caracteriza ABANDONO DE EMPREGO, CONFORME ART 482 CLT. MONITEIRO SOLUÇÕES INTEGRADAS EM SERVIÇOS DE PORTARIA E MONITORAMENTO LTDA

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

LEILÃO DE ARTE E ANTIGUIDADES

Antônio de Souza CTPS: 56133 série 183 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

LEILÃO DE JÓIAS

Dias 18:20h e dia 19 às 16h Somente On line. R. Oscar Freire, 246. Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

ACOMPANHANTES

AMANDA

Equipe nova tx 40 Av. Jabaquara 2604 MT. S. Judas ac cartões seg/ sab. F: (11) 2362-8122

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

CLÍNICAS E MASSAGENS

ESPACO MORUMBI NOVA DIREÇÃO !!!

Um ambiente diferenciado para seu entretenimento. As mais lindas massajistas!!! Rua Chafic Maluf nº 101 (11) 98242-6000

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

PESTANA LEILÕES

40 ANOS

LEILÃO ONLINE | CASA EM SÃO PAULO/SP

Participe em pestanaleiloes.com.br

bradesco

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de 02/07/2024 (1º leilão) e 05/07/2024 (2º leilão), ambas às 9h, o leilão do seguinte imóvel: LOTE 2 - São Paulo/SP, Bairro Cidade Jardim - 13º Subdist. Butantã. Rua Maracaibo, 212 (lt. 4 da qd. 55, bl. 7). Casa. Áreas totais: const. 674,00m² e terr. 572,14m². Mat. 30.402 do 18º RI local. Obs.: Imóvel próximo ao Rio Pinheiros. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área superficial de terreno, bem como da denominação do bairro de localização do imóvel (in loco: Jd. Everest), correrão por conta do(a) comprador(a). O(A) vendedor(a) providenciará, sem prazo determinado, no cancelamento da indisponibilidade assentada no ato Av. 29 da precitada matrícula. O(A) vendedor(a) tomou conhecimento do(s) seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Ação Declaratória, processo nº 0015489-68.2023.8.26.0100, em trâmite na 35ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP, da qual o(a) vendedor(a) responderá pelo seu resultado, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do Edital de Leilão; e, Ação de Execução Fiscal, processo nº 1505917-15.2021.8.26.0090, em trâmite na Vara das Execuções Fiscais Municipais da Comarca de São Paulo/SP, cabendo ao(a) comprador(a), querendo, eventual substituição processual, como sucessor(a) ou assistente litisconsorcial, do(a) qual ficará responsável pelas custas processuais e honorários sucumbenciais. Ocupada. (AF). Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 6.314.789,22. 2º Leilão R\$ 2.634.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). COND. DE PGTO.: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. OBS.: O Fidejante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei. Consulte condições de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | 51 3535.1000

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE FOLHA.COM/CLASSIFICADOS CLASSIFICADOS@GRUPOFOLHA.COM.BR

Brasil celebra 30 anos do ouro no Mundial de basquete

Time de Paula, Hortência e Janeth alcançou maior triunfo da seleção feminina

Marcos Guedes

SÃO PAULO “Dei assistência para a Paula e desperdicei uma da Helen”, disse Olga Bagatini, 30, enquanto deixava a quadra de basquete no domingo (9). “Deu saudade.”

A jogadora participou de um dos eventos comemorativos dos 30 anos da grande conquista feminina do Brasil na modalidade, o triunfo da seleção na Copa do Mundo. Em 12 de junho de 1994, o time verde-amarelo, dirigido pelo então desconhecido Miguel Ângelo da Luz, 35, derrotou a China por 96 a 87 e levantou o troféu.

Olga, portanto, tem saudade de um tempo em que era bem novinha. Tinha um mês e cinco dias quando Hortência, Paula e Janeth, com notável contribuição de jovens como Leila e Alessandra, alcançaram o que parecia improvável. Mas o dia é mesmo memorável para os fãs brasileiros do basquetebol, até mesmo para quem não acompanhou a façanha ao vivo.

“Éramos o pato feio do campeonato. Chegamos sem coroa, sem pressão. Jogamos com humildade”, disse Hortência à *Folha*, logo após a vitória. “Fomos atrás de algo que talvez ninguém achasse que fosse possível. O mundo do basquete, até pela retrospectiva dos quatro anos anteriores,



Da esq. para dir.: Janeth, Hortência e Paula com medalha do Mundial J. Tavares - jun.1994/Folhapress

jamais imaginava que a gente seria campeã”, repetiu Paula ao jornal, três décadas depois.

Uma bolsa de apostas da Austrália, que era a sede da competição, apontava o Brasil como a 11ª equipe com mais chances de título. As craques Hortência, 35, e Paula, 32, ha-

viam anunciado que o torneio seria seu último pela formação nacional. Eram da mesma faixa etária do técnico, um desconhecido para as jogadoras.

“No início, a gente achava um desrespeito com quem fazia basquete feminino trazer um cara do Rio de Janei-

ro que tinha experiência só no masculino, no juvenil”, recordou Paula.

“Não é que eu era pouco conhecido. Eu era totalmente desconhecido”, disse o treinador, que superou a desconfiança dando espaço às atletas nas tomadas de decisão. “Eu sem-

pre fui aberto aos diálogos, às vezes era até incompreendido pelas pessoas por isso, mas sempre trabalhei assim, fazia o jogador ser meu cúmplice. Eu não impunha nada. Lógico que a palavra final era minha, mas eu ouvia.”

Isso ficou evidente no duelo semifinal com os Estados Unidos —time que, superado por 110 a 107, só voltaria a perder um jogo 12 anos depois. Leila, que vinha bem, sentiu dor forte no pé e seria substituída a um minuto e meio do fim. Hortência berrou com Miguel, cancelou a troca e disse a Leila: “Amanhã você pensa na dor”. “Eu vi que, depois do pedido de tempo, a Leila ficou no banco e falei: ‘O que acontece?’ ‘Ela está com dor.’ ‘Dor nada, bota ela de volta’”, recordou a ala-armadora. “Pensei: ‘Pô, não vou perder a chance de ir a uma final’. Mas aí você vê o respeito que você e o treinador têm. A gente criou uma intimidade para isso. Existia cumplicidade. Não só comigo. Com a Janeth, a Paula... Ele reconhecia nossa experiência.”

Com diálogo, um tanto acalorado, é verdade, Leila superou a dor, terminou a partida contra as norte-americanas, recebeu o devido tratamento e teve participação decisiva na final contra as chinesas. “Ela parecia um gato”, afirmou Janeth, recordando a agilidade da ala, que interceptou passes, atirou-se na direção de bolas divididas e tornou muito mais difícil a vida da pivô Zheng Haixia, de 2,04 m.

Da mescla de jovens como ela, que tinha 19 anos, Cíntia, 19, Alessandra, 20, Helen, 21, e Roseli, 22, com a experiência das impressionantes Paula e Hortência, brotou uma equipe especial. A veloz e talentosa Janeth, 25, era uma espécie de

elo entre as gerações, além de parte fundamental nos contra-ataques brasileiros —ela entrou, com Hortência, na seleção do campeonato; Paula, injustamente, ficou fora.

“Foi muito bacana esse encontro de praticamente três gerações. Cada uma sabia muito bem qual era sua função. Quando um time ganha e você fala que estava unido, parece um clichê, mas realmente houve uma sintonia grande, uma harmonia enorme. As mais novas, por essa falta de idade, tinham menos pressão, não pensavam: ‘Ai, meu Deus, vamos enfrentar os EUA’. A gente até brinca que a Alessandra falava: ‘Quem é essa Lisa Leslie?’”, disse Paula, referindo-se à craque norte-americana.

A campanha teve duas derrotas: para a Eslováquia, na primeira fase, e para a China, na segunda. Era obrigatória uma vitória sobre a Espanha para a classificação às semifinais, uma virada dramática com seis lances precisos de Janeth, em sequência, nos 20 segundos derradeiros. Contra os EUA, que pareciam pouco preocupados com o “pato feio”, Hortência, com 32 pontos, e Paula, com 29, foram determinantes.

Na revanche, a grande preocupação era conter Haixia. Uma força-tarefa que tinha Alessandra, Ruth e Cíntia procurava frustrar a grandalhona, que conseguiu seus 27 pontos, mas levou múltiplos tocos e viu vários dos passes que lhes eram direcionados virarem roubadas de bola.

“Foi importante a derrota para a China, porque a gente ganhou experiência. Não era o jogo da morte. Mas equipe teve sabedoria, inteligência e humildade para entender o que estava errado e corrigir na final”, disse Hortência.

Inundado pela enchente em Porto Alegre, estádio Beira-Rio deve reabrir em julho

Carlos Villela

PORTO ALEGRE O estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, deve concluir em julho a limpeza das áreas afetadas pela enchente do lago Guaíba. A expectativa da direção do Internacional é de que o estádio esteja apto para receber partidas no próximo mês. O anúncio foi feito nesta terça (11) pelo terceiro vice-presidente do Internacional, Victor Grunberg.

A elevação do Guaíba inundou todo o terreo do Beira-Rio, destruindo o gramado e atingindo vestiário, áreas administrativas e de tecnologia da informação. A água chegou a 60 centímetros em cima do campo. O plantio da grama está avançando e deve estar concluído em dez dias.

“Nosso principal gargalo sem dúvida nenhuma é a TI. Infra, rede, internet, cabeamento”, diz Grunberg. A área tecnológica fica no primeiro pavimento, debaixo das arquibancadas próximas ao portão três, e foi alagada. “A gente está descobrindo aos poucos o material que foi perdido e fazendo o restabelecimento”. A expectativa é que esses trabalhos sejam concluídos no fim de junho.

O prazo original para reabertura do estádio era agosto e foi adiantado devido à agilidade nas ações de limpeza, feita em três turnos. Segundo o clube, são aproximadamente 600 pessoas envolvidas em todas as operações de limpeza no estádio e no CT (Centro de Treinamentos) Parque Gigante.

A higienização avançou desde o início das operações, mas ainda há resquícios de lama e a marca da água nas áreas internas e externas. A limpeza deve ser concluída no fim desta semana.

Paredes de MDF ficaram parcialmente estufadas, e o gramado sintético ao redor do campo terá que ser substituído. Parte do mobiliário está em processo de recuperação, como os bancos dos jogadores reserva.

O clube ainda avalia os danos no sistema de som e vídeo do estádio, e fará a troca dos equipamentos técnicos da sala de coletiva de imprensa.

“A nossa prioridade é que a gente tenha totais condições para executar uma partida. Eventualmente alguma parte de mobília não vai estar

pronta, talvez vai estar com uma catraca reduzida, os bares que são permissionários da Brio pode ser que alguém não consiga abrir”, disse.

“Conseguindo administrar bem o complexo, tendo gramado, catraca, essa parte de TI, nós vamos fazer jogo. Nossa prioridade é voltar para o campo”. O Inter joga no próximo dia 3, contra o Juventude, pela Copa do Brasil e dia 24 contra o argentino Rosario Central pela Copa Sul-americana. Apesar da previsão, o clube evita trabalhar com um dia preciso para reabertura.

Ainda não há uma previsão de custos para cobrir os prejuízos, mas a estimativa é de R\$ 35 milhões. Entretanto, Grunberg diz que o clube está “bem coberto” em relação ao seguro.



Gramado do estádio Beira-Rio, que passa por obras de limpeza e reconstrução Max Peixoto/Folhapress

Futuro não é destino

Espero que erros de 2018 e 2022 não se repitam em 2026

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Os amistosos das seleções europeias e sul-americanas, pouco antes da Eurocopa e da Copa América, servem de observação para os técnicos, analistas e também para se tirar conclusões. Algumas equivocadas. Muitas coisas não são como parecem.

Das principais seleções europeias, a única que jogou muito bem nos amistosos foi a Espanha, na goleada por 5 x 1 contra a fraca Irlanda do Norte. Como a Espanha sabia que o adversário marcaria muito atrás, com uma linha de cin-

co defensores, colocou de cada lado um lateral e um ponta avançados. Um ficava aberto e o outro entre o lateral e o zagueiro. Confundiam a marcação. Assim saíram vários gols.

A estratégia da Espanha contraria o chavão que existe no Brasil de que quando há um ponta avançado driblador não há necessidade de um lateral apoiador pelo lado. Na Copa do Mundo de 2022, Vinicius Junior ficou isolado, aberto, sem o apoio do lateral, sendo anulado pela marcação. Isso não justificava sua substituição,

pois, de repente, é capaz de fazer jogadas inimagináveis.

A Colômbia mostrou sua evolução. Está invicta há 22 jogos, com oito vitórias seguidas ao vencer os EUA por 2 x 0. Recentemente, a Colômbia ganhou da Espanha e do Brasil —pelas Eliminatórias para o Mundial de 2026. O São Paulo não entende porque James Rodríguez joga bem na seleção, muito mais do que no time paulista. A explicação de que na Colômbia as bolas passam sempre por ele não tem nada a ver. Contra os EUA, Arias, atuando

no meio campo, teve muito mais a bola do que James Rodríguez.

Na vitória do Brasil por 3 x 2 sobre o México, Endrick, novamente, entrou e fez um gol. Ele caminha para ser titular da seleção e destaque mundial. Ainda não é. Endrick precisa ser analisado pela sua técnica, velocidade, lucidez, antevissão das jogadas e finalizações, e não por ter feito um gol em cada uma das três partidas iniciadas pela seleção. É uma amostragem ainda muito pequena.

Nesta quarta (12), contra os

EUA, com os titulares, provavelmente o trio de ataque será formado inicialmente por Raphinha, Rodrygo e Vinicius Junior, como foi nos amistosos contra Inglaterra e Espanha.

Espero que Vini Jr. não jogue a maior parte do tempo aberto como ponta com função também de voltar para marcar. Ele se tornou espetacular no Real Madrid quando passou a jogar como um atacante, alternando as jogadas pelo centro e pelo lado esquerdo.

O México, mais uma vez, jogou como nunca e perdeu como sempre. Os mexicanos pressionaram na marcação, tomaram a bola com facilidade no campo do time brasileiro e fizeram dois gols.

Uma das razões é que o Brasil só tinha dois jogadores no meio campo, já que os pontas ficam abertos e Andreas Pereira, assim como Paqueta, são meias atacantes, e não

meio-campistas. Algo parecido ocorreu nas duas eliminações do Brasil, contra a Bélgica, na Copa de 2018, e contra a Croácia, na de 2022.

Existem várias maneiras de ganhar e de jogar bem. Mas é bom lembrar que a Argentina é campeã do mundo e da Copa América, que o Real Madrid é o campeão da Espanha e da Europa, que o time revolucionário do Barcelona dirigido por Guardiola, que as seleções brasileiras campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970 jogavam com uma linha de três no meio campo, e não com dois, que marcavam e tinham o domínio da bola e do jogo.

Nas três seleções brasileiras citadas, os jogadores pelos lados, Zagalo e Rivelino, atuavam como armadores ao lado dos dois volantes.

Espero que os erros de 2018 e 2022 não se repitam em 2026. O futuro não é destino.

Estudo identifica ‘nomes’ que elefantes usam para se dirigir uns aos outros

CIÊNCIA

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Será que elefantes têm “nomes” —não apelidos dados a ele por seres humanos, mas sons que eles mesmos usam para designar companheiros de espécie individualmente? A ideia é menos maluca do que parece, e um novo estudo traz evidências que dão peso considerável a essa hipótese, embora muitas dúvidas ainda permaneçam no ar. A rigor, os elefantes não seriam nem os primeiros mamíferos não humanos a usar algo parecido com nomes para se dirigir uns aos outros. As primeiras descobertas a esse respeito foram feitas com golfinhos-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*). Esses cetáceos produzem uma vocalização conhecida como assobio-assinatura, uma sequência específica de sons produzida por cada indivíduo. Em certo sentido, é como se o animal nadasse pelo mar repetindo “Pedro, Pedro, Pedro, Pedro”. Outros golfinhos são capazes de imitar o assobio-assinatura alheio para interagir com o dono dele, como se dissessem “oi, Pedro!”. Quando outros golfinhos usam o assobio-assinatura em referência ao indivíduo que o emite, há quem diga que isso seria significativamente diferente do uso que os seres humanos fazem de um nome, já que não passaria, no fundo, de uma imitação de um chamado que o outro animal emite. Os elefantes não têm nada semelhante aos assobios-assinatura, mas a espécie adota diferentes tipos de comunicação vocal complexa, destacam os autores do novo estudo, liderados por Michael Pardo, da Universidade Estadual do Colorado (sudeste dos EUA). É comum, por exemplo, que fêmeas adolescentes ou adultas mantenham contato constante à distância (a mais de 50 metros) com filhotes por meio de sons de baixa frequência conhecidos como “rumbles” (algo como “ribombos”). A hipótese da equipe, em artigo que acaba de sair no periódico Nature Ecology & Evolution, é que os ribom-

bos poderiam carregar informações similares a nomes. Pardo e companhia usaram vocalizações gravadas em diferentes locais da savana do Quênia, na África Oriental, entre os anos 1980 e 2020. As informações foram incluídas numa análise de aprendizado de máquina, na qual o programa de computador tentava identificar padrões sonoros que se repetiam nas interações entre os indivíduos. O que eles verificaram é que, embora os ribombos emitidos entre fêmeas e filhotes não tenham a mesma formulação sonora exata vista nos nomes humanos, os padrões são semelhantes o suficiente para propor que algo semelhante ao que se vê em golfinhos acontece entre os paquidermes. Por exemplo, os diferentes ribombos emitidos por uma fêmea para o mesmo filhote são mais semelhantes entre si do que os chamados dessa mesma fêmea para outro elefantinho. Da mesma forma, quando diferentes fêmeas estão vocalizando para o mesmo filhote, esses chamados são mais semelhantes entre si do que quando os receptores do ribombo são diferentes. Com isso, os modelos computacionais podem ser usados para prever qual filhote está sendo chamado, mas isso só é possível usando os ribombos de uma mesma fêmea. O mais interessante é que, em experimentos de playback —quando os chamados gravados eram tocados para os filhotes—, os elefantinhos reagiam mais rapidamente e com mais intensidade ao seu aparente “nome” do que a ribombos que, ao que tudo indica, não eram endereçados a eles. Segundo os pesquisadores, não se pode descartar que os modelos computacionais estejam capturando apenas parte da complexidade informativa dos chamados dos elefantes, já que os programas foram calibrados originalmente para analisar sons produzidos pelo aparato vocal humano. Por outro lado, mais análises correlacionando dados comportamentais e de vocalização talvez ajudem a refinar a compreensão dos “nomes” dos paquidermes em futuros estudos.



Elefantes em reserva nacional do Quênia George Wittemyer

ACERVO FOLHA
Há 100 anos 12.jun.1924

Vereador de São Paulo visita moinhos e vê falta de trigo

O vereador paulistano Orlando Prado percorreu vários moinhos e verificou a falta de trigo para moagem. Ele levou o fato ao conhecimento do prefeito de São Paulo, Firmiano Pinto, para que qualquer providência seja tomada, uma vez que o povo pode ser surpreendido com a falta de pão. O governador, Carlos de Campos, conversou com o prefeito, e as medidas combinadas serão anunciadas para a imprensa. Prado está analisando a questão da farinha em São Paulo há cerca de uma semana e pronunciará, na Câmara Municipal, um discurso sobre o resultado do seu estudo.



LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br



ATIVISTAS VEGANOS COLAM LAMBE-LAMBES EM RETRATO OFICIAL DO REI CHARLES 3º A frase 'Sem queijo, Gromit. Veja toda essa crueldade nas fazendas da RSPCA' foi colada no quadro em ato contra maus tratos que o grupo Animal Rising afirma ter visto em propriedades da RSPCA, sociedade que tem apoio do rei Instagram/@animalrising

Duas décadas de Olimpíada de Matemática

OBMEP nasceu em 2005, com 10 milhões de estudantes; hoje participantes são mais de 23 milhões

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Nesta terça-feira (11), o Impa homenageou os 654 medalhistas de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) de 2023, em cerimônia no Rio de Janeiro com a participação do presidente da República. Faz 20 anos que o Impa foi ao Palácio do Planalto com a ideia ousada de criar uma olimpíada de matemática para as escolas públicas, uma “olimpíada para os pobres”, nas palavras do presidente Lula. O seu apoio permitiu vencer resistências e dificuldades e fazer da OBMEP uma das mais importantes políticas públicas de educação e ciência no Brasil. A OBMEP nasceu grande — mais de 10 milhões de participantes na primeira edição, em 2005— e nunca parou de crescer. Hoje, com a adição em 2022 da Olimpíada Mirim, voltada para as crianças dos anos iniciais, ela ultrapassa a

marca dos 23 milhões de estudantes, em praticamente todos os municípios brasileiros. Nesses 20 anos, a Olimpíada estimulou o gosto pela matemática, descobriu os jovens mais talentosos do Brasil e levou oportunidades de vida a todos os recantos deste país imenso. Sandoel Vieira nasceu em Cocal dos Alves, município de 5.600 habitantes, na zona rural do Piauí, que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do país. Medalhas na OBMEP lhe abriram as portas da graduação em uma universidade federal e, posteriormente, da pós-graduação no Impa. Primeiro membro de sua família a receber uma instrução, Sandoel é hoje doutor em matemática e está realizando uma carreira brilhante como pesquisador e professor da Universidade Federal do Piauí. Para Renan Ferreirinha, de-

putado federal e secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro, que também nasceu em família humilde, as medalhas na OBMEP deram acesso a uma bolsa de estudo para ingressar na Universidade Harvard. Ao final da graduação, ele fez a opção por regressar e trabalhar pela causa da educação no Brasil. Em 2019, o Fantástico esteve lá em Cocal dos Alves, a terra do Sandoel, e constatou que todos os três médicos do pequeno município eram filhos da terra e medalhistas da OBMEP. Mais ainda, eles haviam custeado seus estudos na faculdade com a bolsa de iniciação científica que o CNPq concede a todo medalhista da OBMEP. Trata-se do Picme, um dos vários programas de formação de alunos e professores ligados à Olimpíada, que também tem a participação da Capes. Pesquisa recente da Iede (In-

terdisciplinaridade e Evidência no Debate Educacional), com apoio do Impa e da USP, verificou que a participação na OBMEP está diretamente ligada à melhoria de desempenho em matemática, não somente entre os medalhistas mas em toda a escola: a média no Enem nas escolas que conquistaram medalhas na Olimpíada é de 516 pontos, enquanto nas demais escolas ela cai para 488 pontos. Mas a OBMEP e o Impa não param e, em 2024, temos mais uma razão para celebrar: a criação do curso de graduação, o Impa Tech, que é outra decisão histórica do presidente Lula e do prefeito Eduardo Paes. O Impa Tech é uma graduação em matemática da tecnologia e inovação que combina conhecimentos de matemática, ciência da computação, ciência de dados e física para formar profissionais altamente capacitados para mudarem o mundo por meio da matemática. Os estudantes são selecionados majoritariamente entre os medalhistas da OBMEP e recebem moradia da Prefeitura do Rio de Janeiro e auxílio financeiro do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para custearem a sua subsistência durante o curso. Além disso, o Impa Tech vai oferecer a seus egressos todo o apoio para sua inserção no mercado de trabalho.

ilus

FOLHA DE S. PAULO ★★

QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2024

C1

O outono na floresta

Em nova coreografia, Deborah Colker opõe 'A Sagração da Primavera', de Igor Stravinski, à dura realidade dos povos indígenas do país

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Rastejando, 15 bailarinos entram em cena, sob uma luz vermelha pau-brasil, e estabelecem os primeiros movimentos de "Sagração", o novo espetáculo da Companhia Deborah Colker, que estreia nesta semana, no Teatro Santander, em São Paulo.

O trabalho de chão ali desenvolvido, adverte a coreógrafa, em nada se assemelha à dança moderna, cujos preceitos resgataram os bailarinos do ar e os devolveram ao solo, numa busca expressionista. Há três décadas à frente do grupo, Colker tem uma atitude pragmática diante da tradição europeia.

Seu trabalho não se encerra nos códigos de outrora, embora a representação do Brasil contemporâneo só se realize num exercício de alteridade.

A artista criou uma nova encenação para "A Sagração da Primavera", de Igor Stravinski, uma deflagração do presente, em que a humanidade, a despeito do progresso capitalista, está posta em xeque pela crise climática. Por isso, Colker investiga o que é ser primitivo, quando a cultura ocidental se desfaz em ruínas.

A obra do russo estreou, em 1913, em Paris. Desde a origem, a música foi pensada para um balé, montado, pela primeira vez, por Vaslav Nijinski. Era uma entre as muitas colaborações de Stravinski com os Ballets Russes, a companhia do magnata Sergei Diaghilev.

A composição se tornou um dos marcos fundadores da música moderna e já foi encenada em 180 coreografias, incluindo obras de Pina Bausch e de Kenneth Macmillan.

Continua na pág. C4

Cena de 'Sagração', espetáculo de Deborah Colker Flavio Colker



ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

TUDO GRAVADO

O Ouvidor das Polícias de São Paulo, Claudio Aparecido da Silva, vai pedir um encontro com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, para apresentar dados em defesa da manutenção do modelo atual de instalação de câmeras corporais no uniforme de policiais militares.

PROTEÇÃO “É o sistema que garante a maior proteção dos policiais e da população”, diz ele. O modelo que será adotado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), segue o ouvidor, vulnerabiliza os policiais ao deixar sob a responsabilidade deles o ato de ligar e desligar a câmera.

PROTEÇÃO 2 Ele diz que levará vídeos ao encontro que provam a sua tese. Um dos exemplos citados é o do PM da Rota Samuel Wesley Cosmo, que foi morto em Santos em fevereiro.

DIGITAL “A câmera corporal do Wesley foi fundamental para identificar o assassino”, diz Claudio.

DIGITAL 2 “Se policiais estão em uma ronda de rotina e são atacados repentinamente, vão se lembrar de ligar as câmeras? É claro que não”, afirma.

DIGITAL 3 Ele diz também que diversas acusações de abusos contra PMs são desmentidas pelas câmeras corporais.

DIGITAL 4 “Há pouco tempo um jovem foi morto em Paraisópolis [bairro de SP]. As câmeras mostraram que os PMs ajudavam um cadeirante quando perceberam a presença de um rapaz suspeito e tentaram abordá-lo. Ele correu, foi para cima de outra policial”. Só então houve tiros e o óbito.

TUDO CERTO “As imagens mostraram que os agentes seguiram todos os protocolos”, afirma o ouvidor.

TIRA-TEIMA Em relação às queixas de abordagens truculentas, as imagens também são fundamentais. “Se deixarem de ser gravadas rotineiramente, nunca poderemos saber se a queixa de um cidadão contra um policial é pertinente ou não”, conclui Claudio.

EM LINHA Nesta semana, Barroso determinou que o governo Tarcísio de Freitas siga as normas do Ministério da Justiça para a aquisição dos equipamentos.

ROTINA A pasta orienta a gravação de praticamente todo o turno de trabalho dos PMs. Mas não obriga que as câmeras funcionem de forma automática e sem interrupções.

BOTÃO O governador já anunciou que comprará câmeras que serão ligadas e desligadas pelos próprios PMs —ou remotamente, mas por agentes da própria corporação.

FORA DE ORDEM O Ministério da Justiça já afirmou que o governador de São Paulo descumprirá as normas baixadas pela pasta para o uso de câmeras corporais caso elas não gravem ininterruptamente as atividades dos policiais militares. “Botou o pé na rua, o policial tem que gravar tudo”, afirma o secretário-executivo adjunto da pasta, Marivaldo de Castro Pereira.

BATE-PAPO



Fotos Divulgação



A escritora Conceição Evaristo **1** participou da programação do Rio2C, festival dedicado à indústria criativa realizado na capital fluminense na semana passada. O cantor Compadre Washington **2** e o streamer Casimiro **3** estiveram lá

AMOR A jornalista e apresentadora Sílvia Poppovic, 69, viveu uma situação traumática em abril deste ano quando foi agredida durante um assalto em Higienópolis, em São Paulo. Mas o momento difícil teve ao menos uma consequência positiva: ela reencontrou o advogado Álvaro Malheiros, que é hoje o seu namorado.

RECOMEÇO Sílvia revelou o novo relacionamento na terça (11), véspera do Dia dos Namorados. À coluna, ela conta que os dois quase tinham se envolvido há 45 anos, quando um casal de amigos em comum tentou bancar o cupido deles. Na época não deu certo. Malheiros voltou a procurá-la neste ano, depois de saber que ela tinha sofrido um assalto violento.

RECOMEÇO 2 Os dois passaram a conversar e perceberam muitas afinidades. Sílvia, que ficou viúva em 2022, conta que viver esse novo relacionamento “está sendo muito divertido”. “Me sinto um pouco adolescente de novo. É uma situação gostosa, de acordar todo dia e dizer: ‘Bom dia, meu amor’.”

MEU GURI O cantor Chico Buarque revisitou sua participação na trilha sonora de clássicos do cinema brasileiro como “Quando o Carnaval Chegar”, “Dona Flor e seus Dois Maridos” e “Os Saltimbancos Trapalhões” em entrevista para a série “Na Trilha do Som”, dirigida pelo jornalista e crítico de cinema Marcelo Janot.

GURI 2 O artista conta que a música “Bye, Bye, Brasil”, tema de filme homônimo de Cacá Diegues, foi composta em diálogo com o cineasta. Ele afirma que uma versão inicial da letra “não tinha fim” e trazia “uma enxurrada de versos”. A entrevista inédita com o cantor vai ao ar no canal Curta! no próximo dia 17, na véspera de seu aniversário de 80 anos.



Cena do documentário ‘Misty’, sobre o pianista Erroll Garner Divulgação

Erroll Garner, um dos nomes centrais do jazz, ganha filme no In-Edit

Documentário repassa a carreira do músico americano, que fez sucesso tanto com a crítica quanto com o público

André Barcinski

PARATY (RJ) Quando João Moreira Salles perguntou ao pianista Nelson Freire se tinha alguma frustração, o músico respondeu “tenho uma inveja incrível de quem sabe tocar jazz”. “Uma coisa que eu adoraria seria chegar assim e, de repente, improvisar. Eu tenho fascinação pelo Erroll Garner.” No documentário “Nelson Freire”, de 2003, dirigido por Salles, o pianista aparece sentado no sofá, assistindo embevecido a uma antiga apresentação de Garner na TV. “Eu nunca vi ninguém tocar com tanto prazer. Ele tinha a alegria de tocar”, disse Freire. A alegria que Freire sentia com a música de Erroll Garner é uma sensação constante ao assistir a “Misty – The Erroll Garner Story”, documentário dirigido pelo francês Georges Gachot sobre o pianista. O filme será exibido no Cinesesc, em São Paulo, durante o festival de documentários musicais In-Edit, que começa nesta quarta. A exibição é no próximo sábado, aniversário de Garner, morto em 1977. A sessão terá a presença do diretor, Georges Gachot, e do escritor e biógrafo James M. Doran, autor do livro “The Most Happy Piano”, ou o piano mais feliz, que serviu de base para o filme. Uma segunda sessão acontece na Cinemateca Brasileira, no dia 20, às 18h. O título do documentário cita “Misty”, um standard do jazz e certamente a canção

mais popular escrita por Garner. Diferentemente de muitos artistas famosos do jazz, que sofreram durante a carreira com a falta de reconhecimento do público, Garner fez sucesso de crítica e público. Seus discos vendiam, e ele foi por muito tempo um dos jazzistas mais bem pagos do mundo. Garner era um tipo peculiar —baixinho, com 1,57 metro, autodidata e improvisador. Foi o caçula de seis filhos de uma família pobre de Pittsburgh, no estado americano da Pensilvânia. Numa antiga entrevista mostrada no filme, ele afirma que um professor de piano foi à casa da família dar aula para um irmão. O pequeno Garner ouviu a aula e imediatamente começou a tocar. O pianista nunca aprendeu a ler partituras e se dizia pouco preocupado com a técnica. Seu negócio era o sentimento que a música transmitia. Ele se recusava ensaiar com seus grupos. Nos shows, não havia repertório definido. Ele se sentava ao piano e começava a tocar o que dava na telha. “No início era bem assustador”, diz no filme um contrabaixista que tocou por anos com Garner. “A gente tinha de ficar de olho nele e sair correndo atrás. Com o tempo, nos acostumamos.” A obsessão pelo improviso era tamanha que Garner não definia anteriormente o repertório nem na gravação de seus discos. Georges Gachot diz que conheceu a música de Garner quando era criança e come-

çou a aprender piano. “Meu irmão e eu éramos loucos pelos discos dele”, diz o cineasta, para quem Garner representa a liberdade criativa do jazz. “Ele era um artista que botava todo o sentimento, tudo o que pensava, em sua música”, diz Gachot. “Ele não era um artista que revelava muito em entrevistas, mas quem ouvia seus concertos percebia o que ele estava sentindo.” Há uma reveladora entrevista de Garner no filme, em que o apresentador pergunta se ele havia sofrido racismo. O artista diz que não. A declaração é contestada por vários depoimentos de parceiros e familiares, que relatam inúmeros casos de preconceito. “Quando você queria saber como Erroll estava se sentindo, era só ouvir a maneira como ele tocava em determinada noite. Havia noites em que ele estava muito feliz e outras em que você sentia uma melancolia saindo de dentro dele”, afirma um músico. Gachot é um obcecado por música brasileira. Já fez filmes sobre Maria Bethânia, Nana Caymmi e João Gilberto, mas diz que “pode morrer” após fazer um de Garner. “Mas eu adoraria fazer algo com Djaivan. Amo a música dele. Vou a Belo Horizonte para ver um show dele e espero que algo bom aconteça nessa visita.”

Misty – The Erroll Garner Story Suíça, Alemanha, França, 2024. Dir.: Georges Gachot. Classificação não informada. Sessões nos dias 15 e 20, às 18h. Detalhes em brin-edit.org



O cantor e compositor Zé Kéti Marco Aurélio Olimpio

Documentário sobre Zé Kéti relembra, mas não analisa sua vida e obra

'Eu Sou o Samba', ancorado em performances musicais, não se aprofunda nas tensões sociais e na força criativa do compositor

CINEMA
Eu Sou o Samba
★★★★★

Brasil, 2024. Direção: Luiz Guimarães de Castro. Classificação não informada. Sessões no dias 13, 19 e 21 de junho. Mais informações em br.in-edit.org

Lucas Brêda

Nos anos 1950, o Brasil buscava uma identidade para apresentar ao mundo. É a década da construção de Brasília e do Maracanã, então maior estádio do planeta, e do primeiro título da Copa do Mundo. Esse país do futebol seria também a nação do samba, que já existia havia algumas décadas, mas ganhava mais visibilidade. A música que melhor encapsula esse momento, "A Voz do Morro", escrita por Zé Kéti, marcou o filme "Rio, 40 Graus", precursor do cinema novo, lançado por Nelson Pereira dos Santos em 1955. Mas questões como essa surgem só nas brechas de "Eu Sou o Samba, Mas Pode me Chamar de Zé Ketti", de Luiz Guimarães de Castro, documentário sobre o sambista. O filme estreia nesta semana no festival In-Edit, em São Paulo. "Eu Sou o Samba" resgata Zé Kéti por meio de histórias de familiares e conhecidos, algumas entrevistas de arquivo e uma penca de performances musicais, com uma banda interpretando suas composições. Não contempla, porém, sua força criativa nem seu impacto na cultura brasileira. Zé Kéti foi um dos primeiros

sambistas "do morro" —no caso dele, comunidades em Inhaúma e Bento Ribeiro, no Rio de Janeiro— a ganhar o asfalto. Nos anos 1950 e 1960, ele já era inspiração e tinha papéis no cinema —em "Rio, Zona Norte", outro de Pereira dos Santos— e nos palcos —em "Opinião", uma das primeiras obras em oposição à ditadura militar. Numa época em que o mais comum era que sambistas dos morros trabalhassem só para suas escolas de samba, a música de Zé Kéti já estava nas telonas reivindicando as origens negras e periféricas do ritmo. Além de ter três músicas no show, ele atuava. A faixa-título, aliás, depois inspirou um jornal, um teatro e o segundo álbum de Nara Leão, estrela do espetáculo. Ela, aliás, já havia gravado "Diz que Fui por Ai", de Zé Kéti, em seu primeiro álbum solo, "Nara". Essas histórias surgem fragmentadas nos relatos sobre o Zé Kéti de "Eu Sou o Samba" —em especial o de Geisa Kéti, sua filha. Para quem já não tem familiaridade com a trajetória do artista, não há como alcançar sua dimensão. O diálogo com a zona sul carioca, aliás, gerou críticas para Zé Kéti, acusado de ter embranquecido por quem vinha, como ele, de origem pobre, na zona norte. São tensões pouco exploradas no filme, que também não dedica esforço a decifrar por que ele saiu da Portela, onde despontou como compositor nos anos 1940. Mas o que derruba "Eu Sou

o Samba" são as performances musicais —praticamente metade do filme. As músicas de Zé Kéti soam melhor representadas quando entoadas numa roda de samba casual na Portela, em cena cândida e pulsante do documentário, do que nos arranjos pomposos num salão fechado. Na rua, as composições de Zé Kéti soam vivas, ganham novos significados. No salão, as performances podem até jogar luz para aspectos melódicos e harmônicos, mas pouco acrescentam ao entendimento do poder da obra do sambista —são um apêndice que mais dispersa do que deixa coeso o retrato do músico. Fica também a sensação de que as fitas cassete deixadas por Zé Kéti poderiam ser mais exploradas. Elas têm trechos tocados, mas nunca estão no centro do filme —o que foi um dos pontos fortes de "Andança", sobre Beth Carvalho. Ainda assim, não deixa de ser precioso ver a história de como ele comprou o chapéu que tornou sua marca e sua relação com Monarco, Paulinho da Viola e Elton Medeiros. Isso além de sua voz e imagem resgatadas de vídeos antigos. Também é preciso o retrato de sua importância para a Portela, onde o autor de "Acender as Velas", "Malvadeza Durão" e "Mascarada", entre outros clássicos, é tratado com reverência. Que "Eu Sou o Samba" abra caminho para mais trabalhos sobre Zé Kéti, arquiteto do samba e do Brasil.

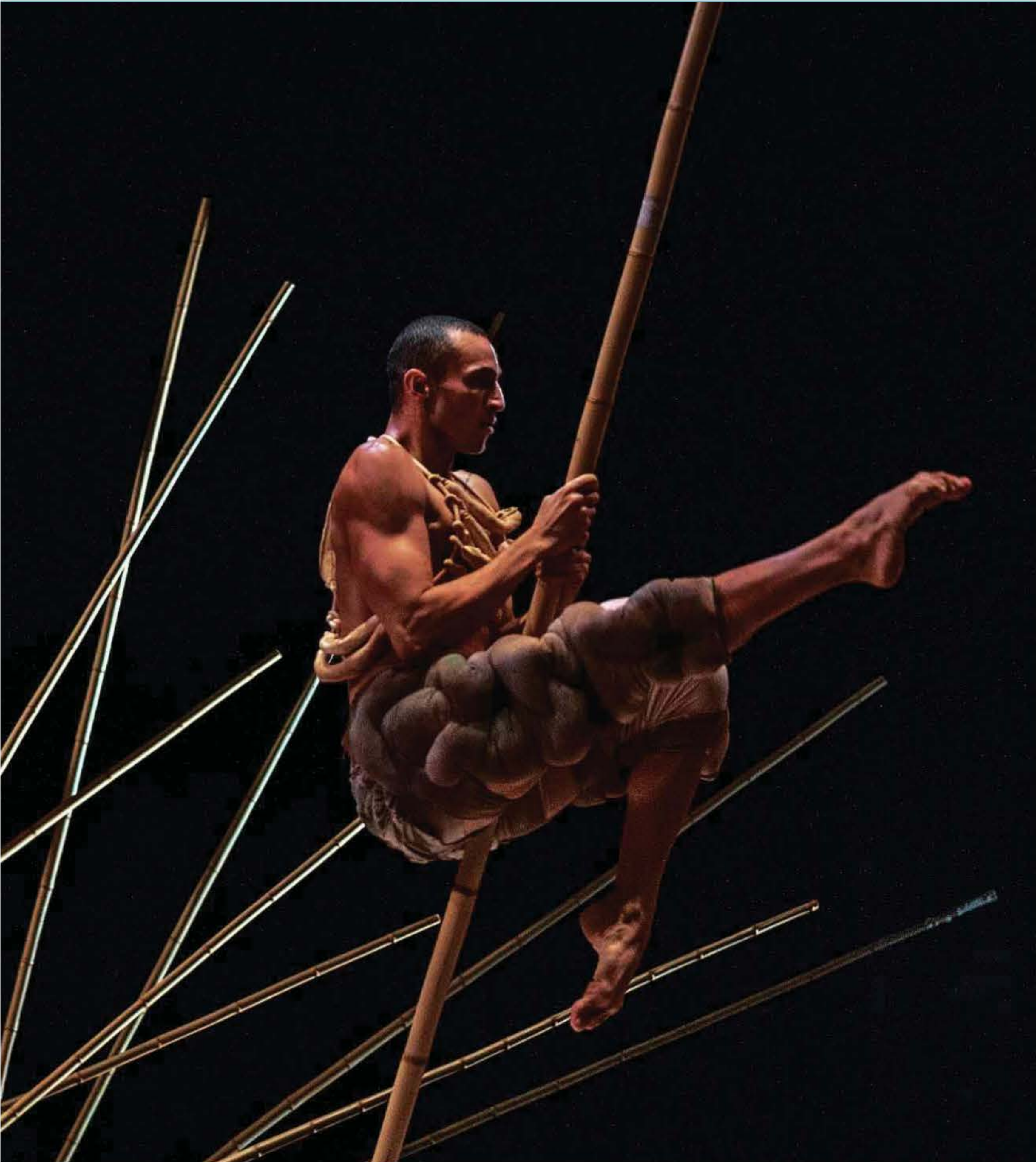
Famiglia Mancini
PIZZA
PASTA&MÚSICA



VOCÊ NUNCA VIU NADA IGUAL.

R. Avanhadava, 37 - Tel. (11) 3231-0033

ilustrada



Bailarino em cena de 'Sagração', novo espetáculo de Deborah Colker, que entra em cartaz agora no Teatro Santander, em São Paulo

Flavio Colker

O outono na floresta

Continuação da pág. C1

“Sei que estou mexendo na ‘Bíblia’”, diz a coreógrafa Deborah Colker, numa entrevista por videoconferência. “Stravinski fez uma bagunça grande no mundo, e eu senti que precisava fazer também.” Não é absurda a ideia de alcançar os dilemas do Brasil, numa contraposição à Rússia antiga. O próprio modernismo instituiu um ambiente de trocas musicais entre os dois países. Na Europa, Heitor Villa-Lobos se encantou pelo primitivismo russo de Igor Stravinski, que foi uma influência para algumas de suas composições, entre elas os “Choros”. Em contraste com a música das alturas, típica do sinfonismo alemão, os dois artistas elegeram a ritmica como elemento estruturante de seus processos composicionais. Decerto, os dois compartilhavam uma atitude regressiva, numa busca pela identidade nacional. O russo encontraria, então, o paganismo de seu povo, e o brasileiro daria vazão à riqueza sonora dos povos indígenas e africanos, fu-

são determinante ao processo de formação social do Brasil. Musicalmente, “Sagração” retoma as correspondências entre os dois países, agora sem a mediação de Villa-Lobos, o homem branco. O diretor musical Alexandre Elias insere o som da floresta e de instrumentos musicais indígenas, como flautas, tambores e chocalhos, sobre a gravação da obra original. É nessa música híbrida e sintética que a coreografia se articula. O balé original seguia o esquema da partitura, dividida em duas partes — “Adoração da Terra” e “O Sacrifício”—, contando a história de uma virgem que dança até a sua morte, numa oferenda ao deus Sol. Colker rompe a proposta original e não encena o sacrifício. “A evolução civilizatória é um sacrifício”, ela diz. “A gente ama Nova York, ama o celular, mas o capitalismo cobra um preço. Todos nós precisamos respeitar a natureza.” Nesse sentido, Colker afasta narrativas, mas indica um caminho dramaturgico. Seu espetáculo mostra a evolu-

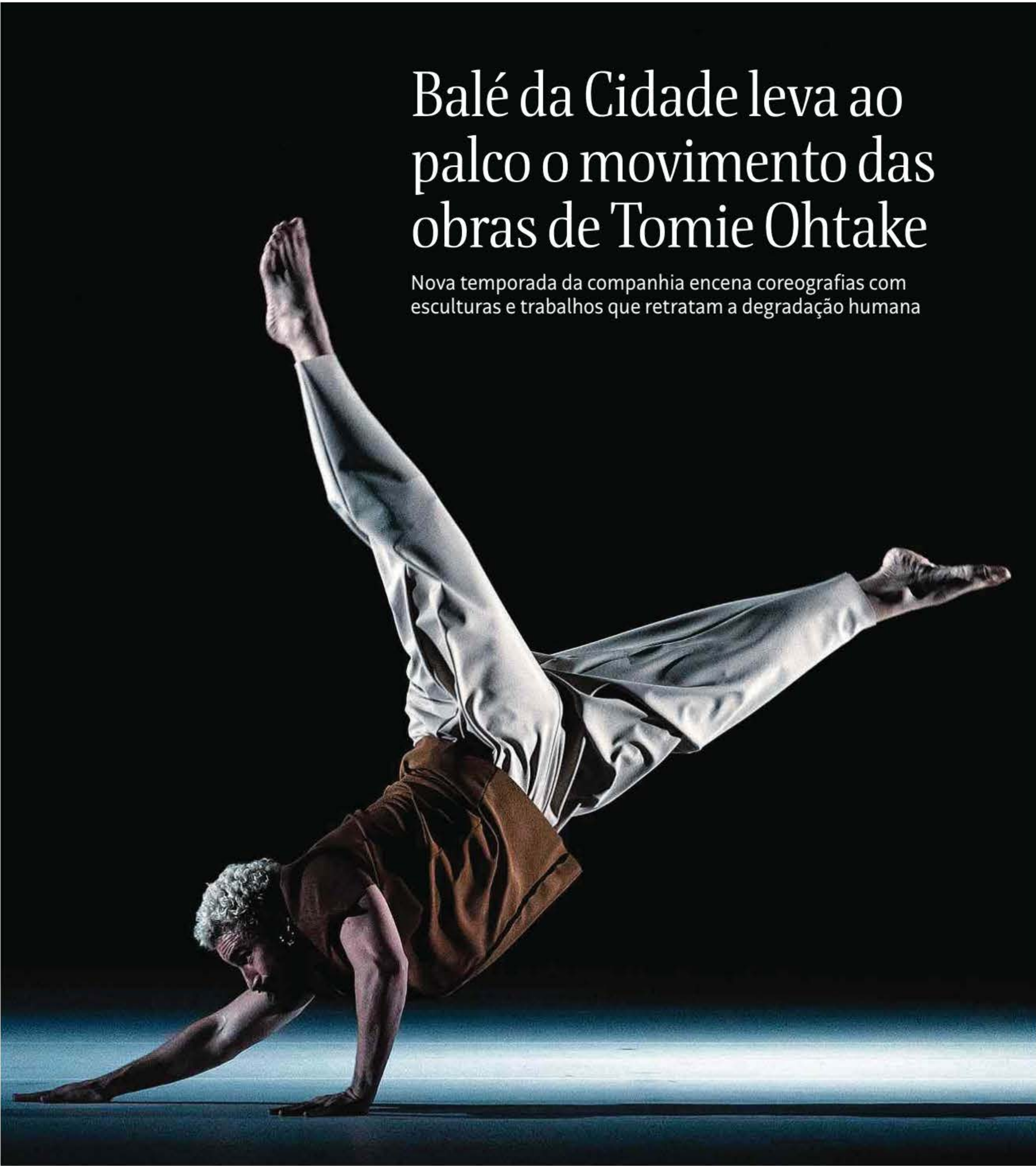
ção do homem. Na primeira parte, ela dilui as nacionalidades, nesse jogo entre a Rússia pagã e o passado brasileiro. O que importa é o bicho homem. Vestindo collants, eles se apresentam como bactérias, quase lesmas, movimentando braços e pernas contra o ar. A artista explora a força da gravidade e iguala todos os homens, num processo de animalização, uma tendência presente em suas últimas obras, como “Cão Sem Plumas”, inspirado no poema homônimo de João Cabral de Melo Neto, que estreou há sete anos, e “Cura”, de 2021. Pouco a pouco, os bailarinos se tornam bípedes e empunham, cada um deles, varas de bambu, medindo quatro metros de altura. O material, afirma a coreógrafa, enverga, mas não quebra, como o Brasil. Os bailarinos representam, então, os nativos. Toda a sequência do espetáculo se desenvolve sob uma perspectiva circular, bem ao modo dos rituais indígenas. Num dado momento, um dos artistas fica dependurado em

quatro varas, com a cabeça rente ao palco, enquanto cinco homens rodam o seu corpo, que está no centro. O homem parece estar prestes a ser devorado, numa referência à antropofagia, chave do processo criativo pragmático. “Temos em comum o hábito dos rituais e a consciência da força da natureza”, diz ela, descendente de belarussos. Colker deglute a herança do compositor, que aliou erudição à riqueza folclórica de seu país, para questionar o conceito de primitivismo. A miradacritica se concretiza quando os bailarinos, novamente formando um círculo, derrubam violentamente as suas varas, o que, simbolicamente, representa a destruição da natureza pela humanidade. O trabalho da artista se integra ao contexto em que o Ocidente se abre à sabedoria ancestral. O novo espetáculo flerta com a teoria do perspectivismo ameríndio, de Eduardo Viveiros de Castro. Diante do mundo contemporâneo, o antropólogo defende a existência do pen-

samento indígena, e Colker, por sua vez, se dispõe a aprender a viver em comunhão com humanos e não humanos. Entre secas históricas e enchentes destruidoras, “Sagração” é um espetáculo urgente, num mundo de urgências. Vencedora dos prêmios Benois de la Danse e Laurence Olivier, Colker está levando uma mensagem dos trópicos ao mundo. Em outubro, ela estreia, no Metropolitan de Nova York, a ópera “Ainadamar”, de Osvaldo Golijov. Nesse interim, a casa já acertou outra montagem com a diretora brasileira. Em 2026, Colker estará à frente de “Frida”, ópera sobre Frida Kahlo e Diego Rivera, composta pela americana Gabriela Lena Frank. “Eu me apaixonei pelos cantores líricos”, diz ela. “A voz é algo tão visceral, parece uma cratera.” Mesmo com a projeção internacional, tendo comandado a abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, Colker sente falta de mais visibilidade para a dança no Brasil. “O bailarino não está na televisão, não es-

tá no rádio, não está em lugar nenhum, mas acredito na força da dança, que inclusive se aproxima muito da ópera”, diz. No que se restringe a “Sagração”, a crítica ao conceito de primitivismo se alia ao questionamento do ideal de progresso, forjado pelo tecnocapitalismo. Tal indagação não se faz presente só na derrubada violenta dos bambus, mas na forma circular adotada pelos bailarinos, numa sequência de rituais. Dessa forma, Colker cria uma representação para uma característica central da música de Stravinski. Suas composições primitivistas não seguem uma temporalidade linear. Em outras palavras, as melodias não progridem com o tempo, é uma realidade invisível. “Existe algo que não funciona”, escreveu o alemão Theodor Adorno, sobre a música do russo.

Sagração
Direção: Deborah Colker. Teatro Santander - av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, São Paulo. 10 anos. Qua. a sáb., às 20h; e dom., às 18h. Até 30 de junho. R\$ 39 a R\$ 220, em sympla.com.br



Espetáculo 'Piedad Salvaje', do Balé da Cidade Rafael Salvador/Divulgação

Iara Biderman

SÃO PAULO Esculturas dançantes, pássaros, gritos e uma laje caindo sobre corpos no chão. Com uma dança quase zen e outra meio apocalíptica, o Balé da Cidade estreou a temporada deste ano no Theatro Municipal de São Paulo. No programa do balé, há a criação de Eduardo Fukushima e Beatriz Sano inspirada na obra de Tomie Ohtake e a da cubana Judith Sánchez Ruíz, uma coreografia conceitual sobre as crises planetárias, intitulada “Piedad Salvaje”. “Horizonte +”, de Fukushima e Sano, começou com um trabalho dos coreógrafos na casa-ateliê da artista, em um projeto para o Instituto Tomie Ohtake. As linhas e formas da pintora e escultora dançadas pelos dois se transformaram em partituras de dança e foram tomando outros corpos. Fukushima e Sano ganharam o primeiro edital externo do Balé da Cidade para a chamada de coreógrafos. Os horizontes cresceram. Inicialmente dançada por seus dois criadores, a coreografia foi adaptada para seis bailarinos, que se apresentaram na cúpula do Theatro

Municipal, no ano passado. Nesta temporada, chega como uma nova estreia, um horizonte ainda mais ampliado —os 30 bailarinos da companhia estarão no palco, dançando ao lado de duas esculturas de Ohtake. “Ela trabalhava com diferentes escalas, desde pequenas pinturas até monumentos. Fomos contaminados por seu trabalho, começamos no pequeno e agora estamos no monumental, que é o palco do Municipal”, diz Fukushima. O monumento dançante é construído de sutilezas e gestos-movimentos minimalistas, que refletem também as influências de práticas asiáticas, base do trabalho dessa dupla de coreógrafos. Linhas circulares são criadas no placo; os corpos ondulam, transferindo a todo momento sua base de apoio, num movimento pendular —o mesmo tipo de apoio e efeito das esculturas tubulares criadas por Tomie Ohtake, que estão em cena. Trabalhar com essa linguagem corporal foi um desafio. É uma técnica muito diferente da praticada pelo elenco do Balé da Cidade. A criação foi acompanhada de au-

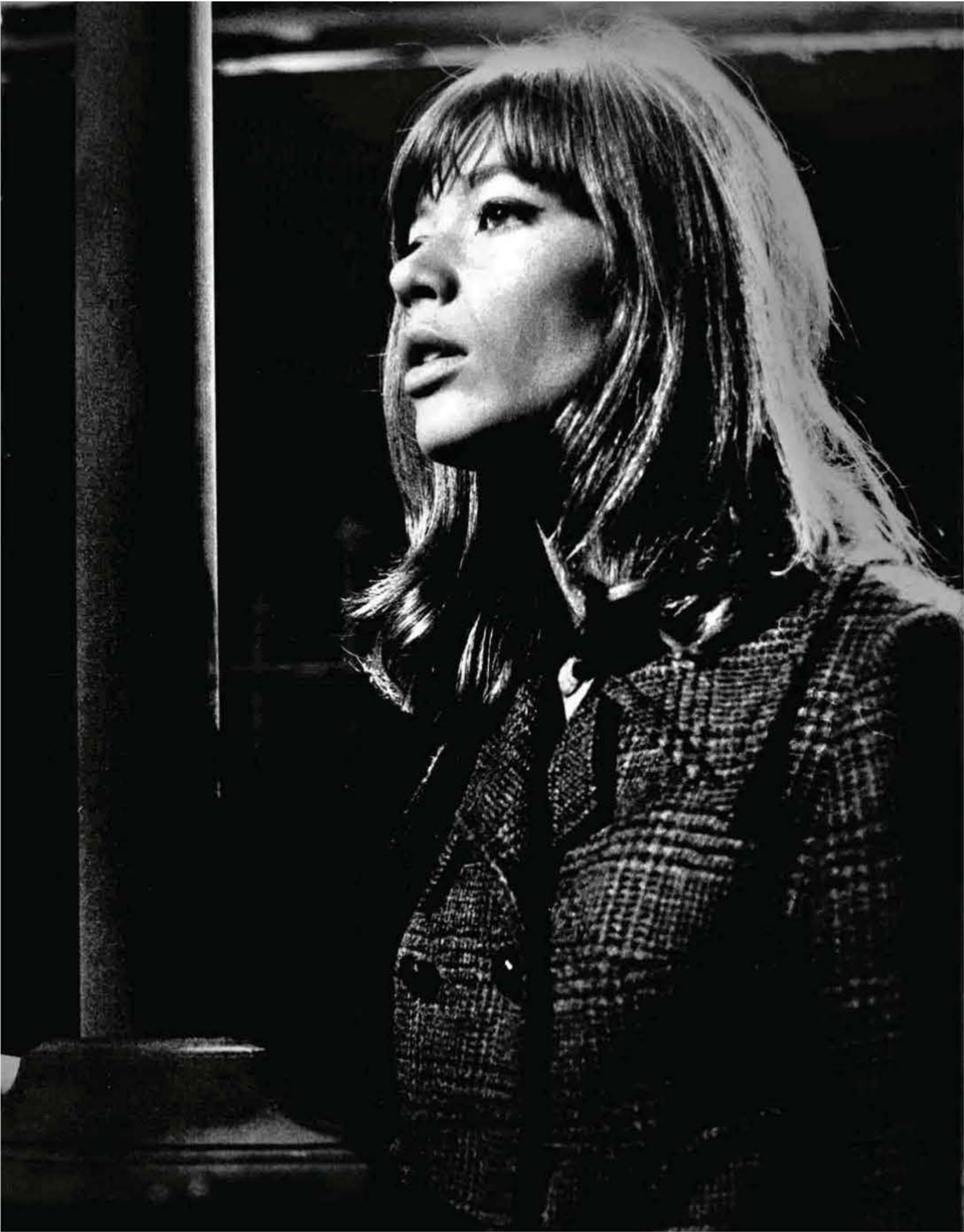
las dadas por Fukushima e Sano, com práticas corporais japonesas e chinesas, técnicas de respiração e outras do domínio dos coreógrafos, como as artes marciais e o butô. Nessa pegada, “Horizonte +” não surge em linha reta, mas de uma forma circular, criada tanto pela repetição dos gestos quanto pela batida da bateria, que acelera e acalma, numa paisagem cênica remetendo à natureza e bailarinos que lembram seres aquáticos e recriam a linguagem dos pássaros. Em contraste com esse pedaço de jardim oriental, a coreografia de Judith Sánchez Ruíz já começa jogando público e bailarinos num caos urbano. Os corpos que se agitam e se embolam na cidade da primeira cena passam então para a parte chamada “Gate” pela coreógrafa. “É a porta do apocalipse, o planeta está se acabando”, afirma ela, que visualiza os corpos caindo como campanhas físicas anunciando o fim. Tão vivo quanto os bailarinos ofegantes, em alto e bom som, sem disfarçar o cansaço —ou o desespero desse mundo em ruínas. Desse espetáculo não se espera um final fe-

liz. Ruíz conta que, ao começar a criação, não tinha ideia do que seria ou como chamaria, só a certeza de como seria o final —uma plataforma descendo do teto e esmagando os bailarinos sob a estrutura. A ideia veio de uma percepção subjetiva da coreógrafa —ela precisou operar o joelho e, obrigada a ficar dois meses de cama, se sentiu completamente esmagada. Mas é quase impossível não se lembrar de uma condição bem objetiva da cidade de São Paulo, as várias famílias em situação de rua vivendo debaixo dos viadutos da capital. Ruíz não tinha pensado nisso, mas vê coincidência com o nome escolhido para sua obra. O primeiro título pensado por ela seria “Não Somos Inocentes”, mas achou muito literal. Chegou então à alternativa “Piedade Selvagem” que enxerga na humanidade. “Temos responsabilidade, mas não estamos assumindo”, afirma. As obras da temporada refletem as ideias do diretor Alejandro Ahmed para o Balé da Cidade. Não só pelos conceitos, mas pelo processo de criação junto ao elenco. “Estou aprendendo a criar instrumentos para traba-

[...] O espetáculo ‘Horizonte+’ é uma criação de Eduardo Fukushima e Beatriz Sano, inspirada na obra de Tomie Ohtake, na qual as linhas e formas da artista se transformam em partituras de dança Esta temporada acontece como uma nova estreia, um horizonte ainda mais ampliado — os 30 bailarinos da companhia estarão no palco, dançando ao lado de duas esculturas de Ohtake, desde as miudezas aos monumentos da obra da artista visual

lhar no ritmo imposto à instituição, mas também para mudar esse ritmo, produzir mais densamente e menos quantitativamente”, afirma. Seu ideal é ter menos produção de novas obras e mais aprofundamento em cada uma. Segundo Ahmed, esta temporada já atende alguns parâmetros. Além de conseguir mais tempo para a criação, os bailarinos puderam se aprofundar em algumas técnicas novas, por meio, por exemplo, das aulas oferecidas por Fukushima e Sano e do contato com a técnica de improvisação de Ruíz. “Esse processo deixa um legado para o elenco e para o público”, diz. Ahmed assumiu a direção artística do Balé da Cidade no ano passado e sabe que seu projeto depende de continuidade —nos últimos quatro anos, a companhia já teve três diretores, Ismael Ivo, Cassi Abranches e o atual. Ele diz se preocupar com o médio e longo prazo, sabendo que qualquer coisa pode acontecer. ‘Horizonte+’ e ‘Piedad Salvaje’ Direção: Alejandro Ahmed. Theatro Municipal de São Paulo - pça. Ramos de Azevedo, s/nº, São Paulo. Livre. Ter. a sex., às 20h. Sáb. e dom., às 17h. Até 15 de junho. R\$ 12 a R\$ 87

ilustrada



A cantora e compositora francesa Françoise Hardy Divulgação

Morre Françoise Hardy, a última grande estrela da canção francesa

Artista ainda mudou o código de vestimenta de seu tempo, atuando na emancipação feminina

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Morreu nesta terça-feira Françoise Hardy, a última estrela da canção francesa, aos 80 anos. Ela enfrentava um câncer na faringe. A morte foi confirmada por seu filho, Thomas Duntroc, nas redes. Hardy estava doente havia quase duas décadas, quando recebeu o diagnóstico de um câncer no sistema linfático, o que a levou a se afastar da carreira artística. O tumor na faringe seria descoberto em 2019, dificultando sua vida cotidiana. Em entrevistas, ela passou a defender a eutanásia. Mulher de intenso fulgor, a artista derramou a própria beleza na música, na moda e no cinema. Ela encontrou a arte na melancolia, fundindo seu sofrimento numa poética alicerçada em paixões tórridas, amores desastrosos e em tentativas desesperadas de recuperar a alegria dos verões à beira-mar.

Autora de “La Question”, Hardy unificou o seu repertório em uma simplicidade estrutural, que conjugava a natureza intimista dos álbuns à linguagem pop. Ela ajudou a virar a “chanson” do avesso, tendo sido uma integrante do movimento iê-iê-iê. Tudo começou numa noite de 1962, quando ela apresentou “Tous les Garçons et les Filles” num canal de notícias que anunciava o resultado de um referendo sobre o sufrágio universal. Gravada no disco que levava o nome da autora, lançado no mesmo ano, a canção se tornou um fenômeno instantâneo. Em 11 semanas, o vinil vendeu 1 milhão de exemplares. Afora o sucesso comercial, Hardy lançava ali os fundamentos de seu projeto artístico. “Tous les Garçons et les Filles” tinha o ar naif, típico do rock iê-iê-iê, que, numa narrativa cinematográfica, contrastava com o seu sentimentalismo poético.

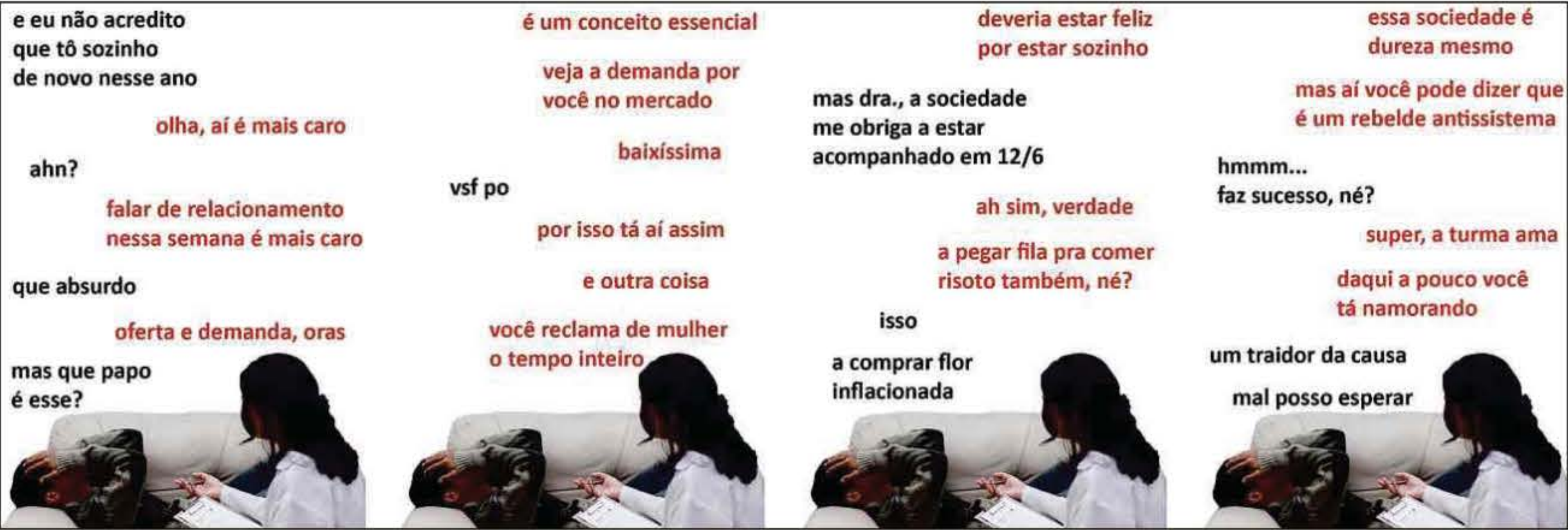
“E os olhos nos olhos/ e a mão na mão/ lá vão eles, apaixonados/ sem medo do amanhã”, diz a letra. A melodia e a descrição criam uma atmosfera solar, que desaparece quando a autora assume a primeira pessoa do singular, tentando fazer parte da cena. “Sim, mas eu estou sozinha/ porque ninguém me ama.” Nesse contraste, Hardy renunciou o pessimismo romântico, aprofundado na sequência de sua discografia. Na época, ela captou o desejo dos jovens, que sonhavam em ter um namorinho no portão, como se desfolhassem uma margarida: bem me quer, mal me quer. Também estabeleceu sua imagem, o corpo magro, os cabelos castanhos e os olhos claros, como um padrão de beleza a ser tanto imitado pelas garotas como fetichizado pelos meninos imberbes. Hardy alcançaria novamente o êxito comercial com “Temps de l’Amour”, presen-

te no mesmo disco, uma composição de Jacques Dutronc. Nessa faixa, a artista repetia a fórmula do sucesso. Ela vislumbra uma realidade ideal, onde finalmente encontra o amor, para depois dizer que tudo não passava de uma lembrança. Na melancolia, o tempo passado se tornava uma fuga do sofrimento. Era um ideal de “jeunesse perdue”, em que Hardy encontrava a arte na nostalgia. Em seu segundo disco, lançado em 1963 e que também tinha o seu nome, “Le Premier Bonheur du Jour” falava de uma alegria encontrada no vento, no mar ou no canto de um pássaro, não sem deixar no final, um rastro melancólico com a imagem de uma lâmpada apagada. Filha de uma contadora e de um diretor de uma fábrica de calculadoras, Hardy nasceu em Paris, durante um alerta de bombardeio do exército nazista. Na juventu-

de, estudou em colégios católicos e, no tempo livre, cultivou a sensibilidade dramática, ouvindo canções de Tino Rossi e lendo Alfred de Musset. Na época do vestibular, recebeu seu primeiro violão, passando a escrever poemas que traduziam sua tristeza. Em 1961, ela se impressionou com o show de Johnny Hallyday no Festival International de Rock, no Palais des Sports, na capital francesa. Por ironia, sua entrada na indústria fonográfica se deu quando a gravadora Vogue procurava uma correspondente feminina para o ídolo do iê-iê-iê francês. Seis anos mais tarde, ela conheceria o ator e cantor Jacques Dutronc, com quem ficaria casada até a década de 1990. O casal teve um filho, Thomas, que é artista. Embora tenha participado do iê-iê-iê, a música de Hardy foi além do rock. A maioria de suas canções se resolveu em voz e vi-

olão, bem ao sabor do tempo, que consagrava a bossa nova e o cool jazz. O canto sussurrado de Hardy, longe do virtuosismo de Édith Piaf, ajudou a ditar um padrão para cantoras que surgiriam décadas depois, como a ex-primeira-dama da França Carla Bruni. Entre 1962 e 1973, Hardy lançou um disco por ano. Nesse período, surgiram canções como “Mon Amie la Rose”, “L’Amitié” e “Ma Jeunesse Fout le Camp”, culminando naquele álbum extraordinário de 1968 que tem, como capa, um desenho do rosto da artista. Ali, estão reunidos os clássicos escritos por Serge Gainsbourg “Comment te dire Adieu” — que reavivou o estilo iê-iê-ie com as rimas “silex/ pyrex” e “prétexte/ kleenex” — e “L’Anamour”, além de “À Quoi Ça Sert” e “Parlez-moi de Lui”, de Jack Diéval e Michel Rivgache, e “Message Personnel”, feita com Michel Berger. Nenhuma delas seria tão devastadora quanto “Il N’y A Pas d’Amour Heureux” — não existe amor feliz, em português —, uma sentença pessimista, escrita por Georges Brassens, um dos nomes mais importantes da “chanson”. Na época, Hardy não era apenas influenciada pela música brasileira. Ela fazia sucesso por aqui, tanto que defendeu “À Quoi Ça Sert”, no 3º Festival Internacional Popular da Canção Popular, no Rio de Janeiro, em 1968, sendo convidada para integrar o júri do evento no ano seguinte. Até a sua produção se tornar escassa, Hardy lançaria outros dois grandes álbuns, ambos de 1971. Primeiro, surgiu “Soleil”, com a canção de mesmo nome e ainda “Fleur de Lune” e “Le Crabe”. Depois, veio “La Question”, disco em parceria com a musicista brasileira Tuca e que tem o mesmo nome da mais bela canção de amor jamais feita. É aquela que diz “você é o sangue da minha ferida/ você é o fogo da minha queimadura/ você é a minha pergunta sem resposta/ meu grito mudo e meu silêncio”. O eu lírico se sente confuso — “eu não sei por que eu fico/ em um mar onde me afogo.” Todo estudante de francês sabia cantar “La Question”. Na moda, Hardy mudou o código de vestimenta de seu tempo, atuando no processo de emancipação feminino. Afinal, seus anos de maior produtividade como compositora coincidiram com uma ebulição feminista na França. Hardy popularizou o uso de minissaia, que deixava o corpo da mulher mais à mostra. O look, que se tornou fenômeno, se completava com as longas botas brancas e uma franjinha no cabelo. A artista vestia Dior, Yves Saint-Laurent, André Courrèges e foi a mulher escolhida por Paco Rabanne para usar aquele célebre vestido dourado, todo dividido em quadradinhos. A forma geométrica se combinava à elegância discreta da modelo. Ao lado de Jane Birkin e Catherine Deneuve, Hardy mostrou que ser chique é ser simples. Sua imagem chamava tanta atenção que Hardy se tornou “starlette”. Em 1963, foi Ophélie no filme “Castelos da Suécia”, de Roger Vadim. Fez ainda uma ponta em “O que É que Há, Gatinha?”, de Woody Allen, e atuou em “Une Balle au Coeur”, de Jean-Daniel Pollet, e “Masculino e Feminino”, de Jean-Luc Godard. Entre os longos que usaram sua música como trilha, o destaque é “Moonrise Kingdom”, de Wes Anderson. Na música francesa, Hardy se inscreveu nos anos gloriosos da canção, unindo figuras tão distantes quanto Charles Trenet, Barbara, Serge Gainsbourg e Johnny Hallyday. Sua morte significa agora um derradeiro golpe na chanson. Alheio a Dylans e Cohens, esse gênero mostrou, no seio da civilização francesa, a força da poesia cantada, num eterno estudo da obra de Reynaldo Hahn, Debussy, Rimbaud e Mallarmé.

Hmmfalemais



DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG.** Bia Braune | **TER.** Manuela Cantuária | **QUA.** Hmhfalemais | **QUI.** **Flávia Boggio** | **SEX.** Renato Terra | **SÁB.** José Simão

É HOJE
EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Prêmio da Música Brasileira celebra o cantor Tim Maia na televisão paga

Prêmio da Música Brasileira
Canal Brasil, 20h45, livre

O canal transmite ao vivo, diretamente do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, o Prêmio da Música Brasileira, que celebra diversos gêneros da música produzida no país. O homenageado do ano é o cantor Tim Maia, e as participações incluem Chico César, Marisa Monte, Alceu Valença, Iza e Pretinho da Serrinha, entre outras. O programa é apresentado por Simone Zuccolotto e o prêmio, por Regina Casé.

Juntos e Enrolados
TV Globo, 22h55, 12 anos
No dia do sonhado casamento de Júlio e Daiana, uma mensagem no celular do noivo põe um ponto final no relacionamento. Não querendo desperdiçar a festa, eles acabam comemorando o divórcio. Filme protagonizado por Cauã Protásio e Rafael Portugal.

Diário de uma Paixão
HBO Pop, 23h50, 12 anos
O clássico drama romântico dirigido por Nick Cassavetes, estrelado por Ryan Gosling e Rachel McAdams, conta a história de uma mulher idosa com uma doença degenerativa ouvindo histórias de seu companheiro sobre um jovem casal apaixonado.

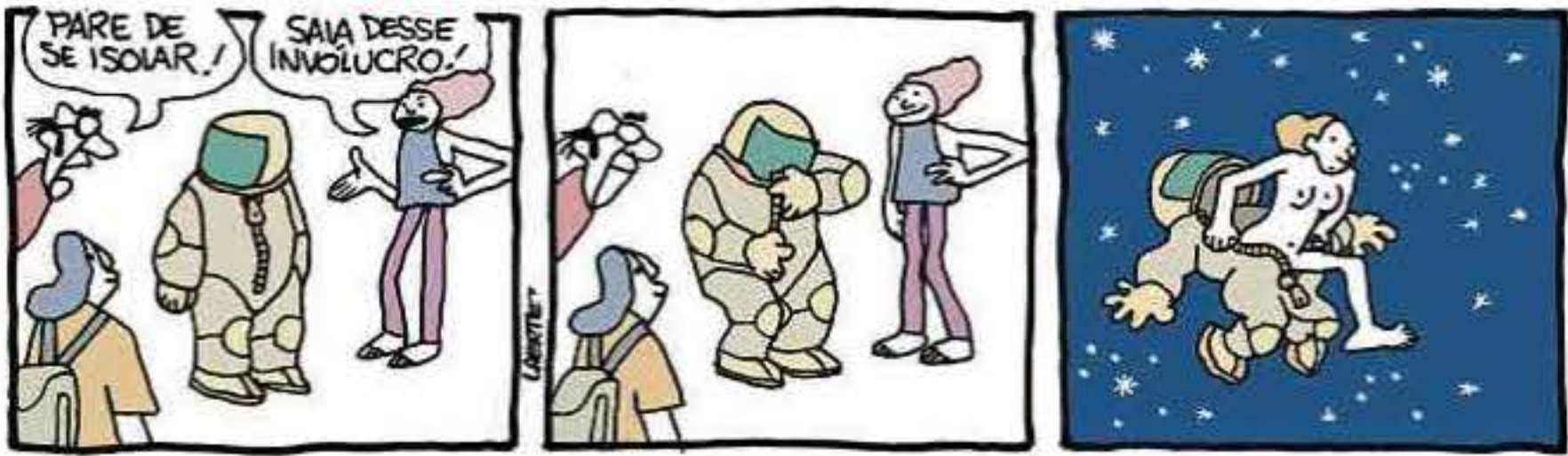
Perdidos na Amazônia: O Resgate que Chocou o Mundo
Max, 12 anos
Documentário sobre a incrível busca de quatro crianças perdidas num dos lugares mais perigosos do planeta em maio do ano passado. Elas ficaram 40 dias desaparecidas na Amazônia colombiana e as operações de resgate envolveram militares e 84 voluntários indígenas.

Tour de France: No Coração do Pelotão
Netflix, 12 anos
No ano passado, a 110ª edição do Tour de France, maior corrida de ciclismo no mundo, trouxe mudanças nas equipes, novos problemas com os favoritos e grandes desafios. Esta série documental agora estreia sua segunda temporada.

A Loja da Esquina
Belas Artes à La Carte, 10 anos
Dois funcionários de uma loja de presentes não se suportam, mas não sabem que estão se apaixonando um pelo outro através de cartas que trocam pelo correio como amigos anônimos. Filme de Ernst Lubitsch, com James Stewart e Margaret Sullivan.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*



Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

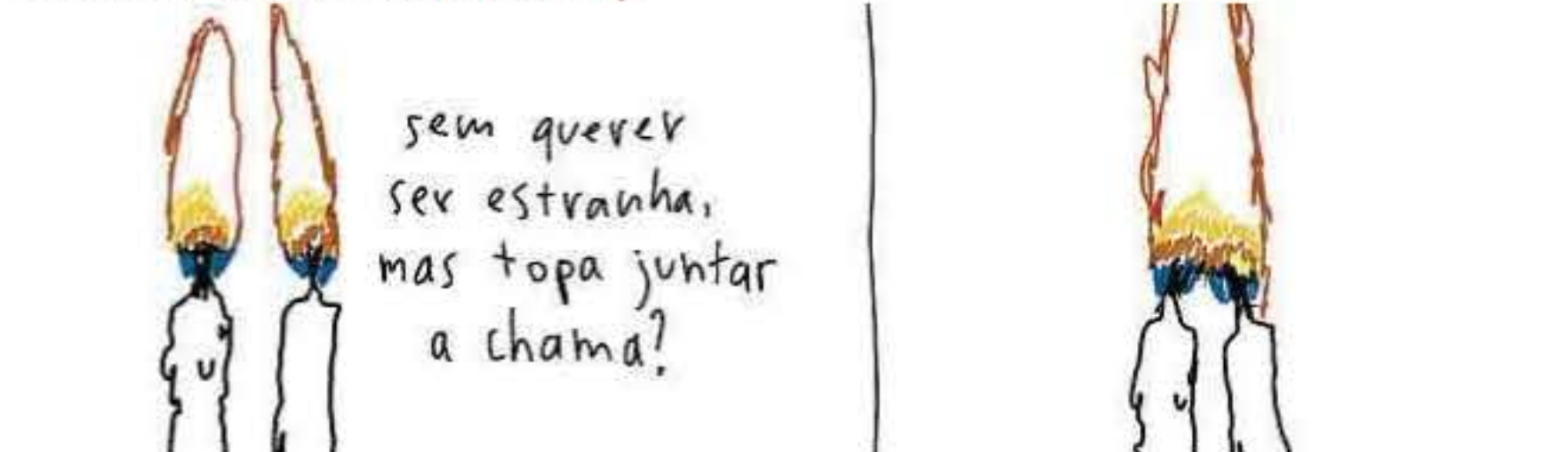
Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta **Galvão Bertazzi**

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

				6				8
		9	7	1			5	
					5	2	9	
			8	7				
							4	3
	1	7			3	5		
	2							
		1			7	9		
	8		5					6

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

5	7	4	2	6	9	3	1	8
2	3	9	7	1	8	6	5	4
1	6	8	4	5	2	9	7	
3	5	2	8	7	4	1	6	9
0	6	1	5	2	7	4	3	
4	1	7	6	9	3	5	0	2
7	2	5	9	4	6	8	3	1
6	4	1	3	8	7	9	2	5
9	8	3	5	2	1	4	7	6

CRUZADAS

HORIZONTALS

1. Cabeleira arrancada do crânio com a pele, troféu de guerra para algumas tribos 2. Espécime da família de plantas a qual pertence a oliveira 3. Mandar para dentro / Sandra Bullock, atriz de "Miss Simpatia" 4. Relação amorosa, especialmente a clandestina / No futebol, chute ou toque fraco e curto dado na bola com o lado do pé 5. Pronome que representa a terceira pessoa gramatical (fem.) / (Pop.) Disposição irritadica, pessimista 6. Local onde ocorre o aparecimento da água por afloramento do lençol freático 7. Tony Ramos, ator de "Se Eu Fosse Você" / Tornar extinto 8. Sombrio 9. O que é da mesma natureza / Ave com cerca de 20 cm, também conhecida por tovaça 10. Fechar em volta / (Quim.) O zinco 11. Capital da Noruega / Um dos grandes times do futebol catarinense 12. Pequeno recinto de espera 13. Sensação óptica variável conforme a extensão de onda da luz / Gancho de arame, com a ponta chanfrada, utilizado para abrir fechaduras.

VERTICAIS

1. Relativo ao ponto de irradiação das ondas de um terremoto
2. Um osso da face / Um ingrediente do estuque 3. Objeto qualquer (pl.) / Enganar através de artimanhas 4. Contrário de baixo / Molusco com concha em forma de globo 5. Regra constante num fenômeno físico / Ceração / Cercam o F
6. Uma das principais atrações turísticas de Atenas / Ato completamente inoportuno 7. Otaviano Costa, apresentador / (Ingl.) Loja de varejo que trabalha com ponta de estuque / Um sobrenome do escritor Camões 8. Falta de largura 9. Planta que vegeta em brejos e margens de rios / Agrupada.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

HORIZONTAIS: 1. Escalpo; 2. Olécea; 3. Imítir SB; 4. Caso, Todó; 5. Ela, Neurá; 6. Nascente; 7. TR; Abóll; 8. Brunete; 9. Igual; Teú; 10. Ceta, Zn; 11. Osó, Ayal; 12. Salera; 13. Cor, gazú; 14. VERTICAIS: 1. Epíctrit; 2. Malá, Gesso; 3. Coísa; Bural; 4. Alto, Caracó; 5. Lei, Nébia; 6. Parteon; 7. OC; Outler; 8. Estreia; 9. Tabó, Reúnda; 10. Vaz; 11. Estreia; 12. Malá, Gesso; 13. Coísa; Bural; 14. Alto, Caracó; 15. Lei, Nébia; 16. Parteon; 17. OC; Outler; 18. Estreia; 19. Tabó, Reúnda; 20. Vaz; 21. Estreia; 22. Malá, Gesso; 23. Coísa; Bural; 24. Alto, Caracó; 25. Lei, Nébia; 26. Parteon; 27. OC; Outler; 28. Estreia; 29. Tabó, Reúnda; 30. Vaz; 31. Estreia; 32. Malá, Gesso; 33. Coísa; Bural; 34. Alto, Caracó; 35. Lei, Nébia; 36. Parteon; 37. OC; Outler; 38. Estreia; 39. Tabó, Reúnda; 40. Vaz; 41. Estreia; 42. Malá, Gesso; 43. Coísa; Bural; 44. Alto, Caracó; 45. Lei, Nébia; 46. Parteon; 47. OC; Outler; 48. Estreia; 49. Tabó, Reúnda; 50. Vaz; 51. Estreia; 52. Malá, Gesso; 53. Coísa; Bural; 54. Alto, Caracó; 55. Lei, Nébia; 56. Parteon; 57. OC; Outler; 58. Estreia; 59. Tabó, Reúnda; 60. Vaz; 61. Estreia; 62. Malá, Gesso; 63. Coísa; Bural; 64. Alto, Caracó; 65. Lei, Nébia; 66. Parteon; 67. OC; Outler; 68. Estreia; 69. Tabó, Reúnda; 70. Vaz; 71. Estreia; 72. Malá, Gesso; 73. Coísa; Bural; 74. Alto, Caracó; 75. Lei, Nébia; 76. Parteon; 77. OC; Outler; 78. Estreia; 79. Tabó, Reúnda; 80. Vaz; 81. Estreia; 82. Malá, Gesso; 83. Coísa; Bural; 84. Alto, Caracó; 85. Lei, Nébia; 86. Parteon; 87. OC; Outler; 88. Estreia; 89. Tabó, Reúnda; 90. Vaz; 91. Estreia; 92. Malá, Gesso; 93. Coísa; Bural; 94. Alto, Caracó; 95. Lei, Nébia; 96. Parteon; 97. OC; Outler; 98. Estreia; 99. Tabó, Reúnda; 100. Vaz; 101. Estreia; 102. Malá, Gesso; 103. Coísa; Bural; 104. Alto, Caracó; 105. Lei, Nébia; 106. Parteon; 107. OC; Outler; 108. Estreia; 109. Tabó, Reúnda; 110. Vaz; 111. Estreia; 112. Malá, Gesso; 113. Coísa; Bural; 114. Alto, Caracó; 115. Lei, Nébia; 116. Parteon; 117. OC; Outler; 118. Estreia; 119. Tabó, Reúnda; 120. Vaz; 121. Estreia; 122. Malá, Gesso; 123. Coísa; Bural; 124. Alto, Caracó; 125. Lei, Nébia; 126. Parteon; 127. OC; Outler; 128. Estreia; 129. Tabó, Reúnda; 130. Vaz; 131. Estreia; 132. Malá, Gesso; 133. Coísa; Bural; 134. Alto, Caracó; 135. Lei, Nébia; 136. Parteon; 137. OC; Outler; 138. Estreia; 139. Tabó, Reúnda; 140. Vaz; 141. Estreia; 142. Malá, Gesso; 143. Coísa; Bural; 144. Alto, Caracó; 145. Lei, Nébia; 146. Parteon; 147. OC; Outler; 148. Estreia; 149. Tabó, Reúnda; 150. Vaz; 151. Estreia; 152. Malá, Gesso; 153. Coísa; Bural; 154. Alto, Caracó; 155. Lei, Nébia; 156. Parteon; 157. OC; Outler; 158. Estreia; 159. Tabó, Reúnda; 160. Vaz; 161. Estreia; 162. Malá, Gesso; 163. Coísa; Bural; 164. Alto, Caracó; 165. Lei, Nébia; 166. Parteon; 167. OC; Outler; 168. Estreia; 169. Tabó, Reúnda; 170. Vaz; 171. Estreia; 172. Malá, Gesso; 173. Coísa; Bural; 174. Alto, Caracó; 175. Lei, Nébia; 176. Parteon; 177. OC; Outler; 178. Estreia; 179. Tabó, Reúnda; 180. Vaz; 181. Estreia; 182. Malá, Gesso; 183. Coísa; Bural; 184. Alto, Caracó; 185. Lei, Nébia; 186. Parteon; 187. OC; Outler; 188. Estreia; 189. Tabó, Reúnda; 190. Vaz; 191. Estreia; 192. Malá, Gesso; 193. Coísa; Bural; 194. Alto, Caracó; 195. Lei, Nébia; 196. Parteon; 197. OC; Outler; 198. Estreia; 199. Tabó, Reúnda; 200. Vaz; 201. Estreia; 202. Malá, Gesso; 203. Coísa; Bural; 204. Alto, Caracó; 205. Lei, Nébia; 206. Parteon; 207. OC; Outler; 208. Estreia; 209. Tabó, Reúnda; 210. Vaz; 211. Estreia; 212. Malá, Gesso; 213. Coísa; Bural; 214. Alto, Caracó; 215. Lei, Nébia; 216. Parteon; 217. OC; Outler; 218. Estreia; 219. Tabó, Reúnda; 220. Vaz; 221. Estreia; 222. Malá, Gesso; 223. Coísa; Bural; 224. Alto, Caracó; 225. Lei, Nébia; 226. Parteon; 227. OC; Outler; 228. Estreia; 229. Tabó, Reúnda; 230. Vaz; 231. Estreia; 232. Malá, Gesso; 233. Coísa; Bural; 234. Alto, Caracó; 235. Lei, Nébia; 236. Parteon; 237. OC; Outler; 238. Estreia; 239. Tabó, Reúnda; 240. Vaz; 241. Estreia; 242. Malá, Gesso; 243. Coísa; Bural; 244. Alto, Caracó; 245. Lei, Nébia; 246. Parteon; 247. OC; Outler; 248. Estreia; 249. Tabó, Reúnda; 250. Vaz; 251. Estreia; 252. Malá, Gesso; 253. Coísa; Bural; 254. Alto, Caracó; 255. Lei, Nébia; 256. Parteon; 257. OC; Outler; 258. Estreia; 259. Tabó, Reúnda; 260. Vaz; 261. Estreia; 262. Malá, Gesso; 263. Coísa; Bural; 264. Alto, Caracó; 265. Lei, Nébia; 266. Parteon; 267. OC; Outler; 268. Estreia; 269. Tabó, Reúnda; 270. Vaz; 271. Estreia; 272. Malá, Gesso; 273. Coísa; Bural; 274. Alto, Caracó; 275. Lei, Nébia; 276. Parteon; 277. OC; Outler; 278. Estreia; 279. Tabó, Reúnda; 280. Vaz; 281. Estreia; 282. Malá, Gesso; 283. Coísa; Bural; 284. Alto, Caracó; 285. Lei, Nébia; 286. Parteon; 287. OC; Outler; 288. Estreia; 289. Tabó, Reúnda; 290. Vaz; 291. Estreia; 292. Malá, Gesso; 293. Coísa; Bural; 294. Alto, Caracó; 295. Lei, Nébia; 296. Parteon; 297. OC; Outler; 298. Estreia; 299. Tabó, Reúnda; 300. Vaz; 301. Estreia; 302. Malá, Gesso; 303. Coísa; Bural; 304. Alto, Caracó; 305. Lei, Nébia; 306. Parteon; 307. OC; Outler; 308. Estreia; 309. Tabó, Reúnda; 310. Vaz; 311. Estreia; 312. Malá, Gesso; 313. Coísa; Bural; 314. Alto, Caracó; 315. Lei, Nébia; 316. Parteon; 317. OC; Outler; 318. Estreia; 319. Tabó, Reúnda; 320. Vaz; 321. Estreia; 322. Malá, Gesso; 323. Coísa; Bural; 324. Alto, Caracó; 325. Lei, Nébia; 326. Parteon; 327. OC; Outler; 328. Estreia; 329. Tabó, Reúnda; 330. Vaz; 331. Estreia; 332. Malá, Gesso; 333. Coísa; Bural; 334. Alto, Caracó; 335. Lei, Nébia; 336. Parteon; 337. OC; Outler; 338. Estreia; 339. Tabó, Reúnda; 340. Vaz; 341. Estreia; 342. Malá, Gesso; 343. Coísa; Bural; 344. Alto, Caracó; 345. Lei, Nébia; 346. Parteon; 347. OC; Outler; 348. Estreia; 349. Tabó, Reúnda; 350. Vaz; 351. Estreia; 352. Malá, Gesso; 353. Coísa; Bural; 354. Alto, Caracó; 355. Lei, Nébia; 356. Parteon; 357. OC; Outler; 358. Estreia; 359. Tabó, Reúnda; 360. Vaz; 361. Estreia; 362. Malá, Gesso; 363. Coísa; Bural; 364. Alto, Caracó; 365. Lei, Nébia; 366. Parteon; 367. OC; Outler; 368. Estreia; 369. Tabó, Reúnda; 370. Vaz; 371. Estreia; 372. Malá, Gesso; 373. Coísa; Bural; 374. Alto, Caracó; 375. Lei, Nébia; 376. Parteon; 377. OC; Outler; 378. Estreia; 379. Tabó, Reúnda; 380. Vaz; 381. Estreia; 382. Malá, Gesso; 383. Coísa; Bural; 384. Alto, Caracó; 385. Lei, Nébia; 386. Parteon; 387. OC; Outler; 388. Estreia; 389. Tabó, Reúnda; 390. Vaz; 391. Estreia; 392. Malá, Gesso; 393. Coísa; Bural; 394. Alto, Caracó; 395. Lei, Nébia; 396. Parteon; 397. OC; Outler; 398. Estreia; 399. Tabó, Reúnda; 400. Vaz; 401. Estreia; 402. Malá, Gesso; 403. Coísa; Bural; 404. Alto, Caracó; 405. Lei, Nébia; 406. Parteon; 407. OC; Outler; 408. Estreia; 4

ilustrada



Ariel Severino

O declínio do debate parlamentar

Os bagunceiros do fundo da sala agora chegaram ao Congresso Nacional

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Tenho falado muito sobre a degradação do debate público nacional e como isso reflete tanto uma espécie de “balcanização” da esfera pública quanto a perda da crença coletiva em valores como tolerância e pluralismo. De um lado, vemos um claro processo de fragmentação política que desagrega grandes blocos ideológicos em unidades menores e altamente hostis entre si; do outro, assistimos à substituição dos valo-

res fundantes da democracia pela ilusão de que o outro lado, o lado “errado” da força, ainda pode ser vencido, neutralizado ou incapacitado. Episódios ocorridos na semana passada, entretanto, mostram outra face, complementar, dessa história: a deterioração do debate parlamentar. Na quarta-feira, as reuniões da Comissão de Direitos Humanos e do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados nos deram amostras ex-

cepcionais de como a rivalidade política, ao alcançar uma fase exibicionista, está superando até mesmo as barreiras impostas pelas liturgias e etiquetas das casas legislativas. No noticiário profissional, o foco principal foi a troca de ofensas, ameaças e empurrões, não a pauta dos dois espaços parlamentares. Enquanto isso, o noticiário que de fato tem público, produzido pelos editores políticos e sociais, entregou em milhões de celulares as vá-

rias versões dos eventos registrados durante as sessões da Câmara. Insultos, lacradas, dedos na cara, tentativas de agressão, tudo compilado em vídeos de 30 segundos devidamente editados e legendados. Deem uma olhada no YouTube e se deliciem com títulos como “Nikolas Ferreira faz comentário transfóbico contra Erika Hilton”, “Erika Hilton faz chacota com aparência de mulher: ‘vai hidratar esse cabelo’”, “Confusão mar-

ca sessão na Câmara”, “Deputado comete transfobia”, “Deputado toma invertida”, “Deputada Xesмага o deputado Y”. O que esses títulos de vídeos dizem ao brasileiro comum me parece cristalino: os bagunceiros do fundo da sala chegaram ao Congresso Nacional. Numa participação no podcast “O Assunto”, de Natuza Nery, Fernando Gabeira creditou esse comportamento à hegemonia das redes sociais na comunicação. Na verdade, trata-se de hegemonia na cobertura da política. Gabeira considera haver método nessa conduta, que consiste em continuamente produzir controvérsias para levá-las às redes sociais. E sustenta a hipótese de que a busca por likes é uma forma encontrada pelos novos parlamentares de manter ativa a conexão com sua base. Gabeira não está errado, mas as redes sociais não são a causa de uma nova mentalidade; são parte dela. Temos no Congresso Nacional e na sociedade uma geração que cresceu e se formou politicamente em ambientes digitais, principalmente no YouTube, e são fluentes nos seus dialetos e consumidores das suas formas estéticas. O universo narrativo nerd ou geek, de onde vem tudo isso, tem origem no mundo dos vídeos, dos games e dos memes e cultua tanto uma estética de irreverência grosseira quanto uma atitude iconoclasta e afrontosa. A diversão é gerada por um tipo de humor baseado no escárnio, a zoeira. Seu herói é um sujeito de raciocínio rápi-

do e afiado, irreverente e com respostas desarmantes. Como método, valorizam o desrespeito ao politicamente correto, se são de direita, e a resposta violenta e humilhante ao opressor, se são de esquerda. Esse público é ávido por vídeos e memes que registrem a política como luta na lama, as disputas parlamentares como brigas de gangue, os discursos dos deputados e senadores como uma competição por lacradas e humilhações. Por outro lado, houve muito pouca coisa na quarta-feira passada que lembrasse o que a teoria democrática chama de “deliberação pública”. Trocam-se ofensas, não razões; ganha quem consegue a sentença que desarma o adversário, deixa-o sem reação, não quem formula o melhor argumento. Não se busca apresentar razões universais como patamar aceitável por todos; a ofensa deve ser personalizada e diretamente endereçada ao nervo exposto do inimigo. Ninguém se obriga a ouvir e considerar o que os outros têm a dizer; a meta consiste em impedir que digam algo ou que sejam ouvidos por alguém. O insulto é mais eficaz que o argumento, porém é menos eficiente que o ato performativo de empurrar, meter o dedo na cara, ameaçar descer o braço. Sobretudo, nunca se deve esquecer da regra de ouro: o público que importa não são os presentes no recinto parlamentar, mas os que estão esperando as lives e as edições das lacradas para, por sua vez, usá-las em suas brigas de rua nas quebradas digitais.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Jake Gyllenhaal estreia na TV como promotor suspeito de homicídio

Ator de ‘O Segredo de Brokeback Mountain’, ‘Zodiac’ e ‘O Abutre’ faz primeiro grande papel em série do Apple TV+

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Rusty Sabich é o cara. O temido e admirado promotor de Chicago, nos Estados Unidos, empilha criminosos na cadeia para depois chegar em sua casa com jardim, onde sua mulher e filhos o esperam. Isso até sua dupla, Carolyn Polhemus, ser brutalmente assassinada — e ele se tornar suspeito do crime. O protagonista que em 1990 foi vivido por Harrison Ford no filme “Acima de Qualquer Suspeita” agora é interpretado por Jake Gyllenhaal em sua estreia na televisão. A trama do escritor Scott Turow virou uma série de oito episódios do Apple TV+ escrita e produzida por David E. Kelley, criador do sucesso “Big Little Lies”. O astro de “O Segredo de Brokeback Mountain” não esconde o estranhamento em fazer seu primeiro grande papel para a TV. “Ainda é um mistério para mim”, afirma, em entrevista por vídeo e de barba, diferente da cara perfeitamente lisa de Rusty Sabich. Gyllenhaal fez algumas cenas de “Matador de Aluguel” para a Prime Video enquanto gravava “Acima de Qualquer Suspeita”, o que explica o corpo bombado de Rusty e contribuiu, sem querer, para a sua versão do promotor. Logo no primeiro episódio, descobrimos que Carolyn, a vítima, era amante de Rusty. Quando Tommy Molto, seu concorrente, toma conta da

investigação e descobre o romance, Rusty passa por um julgamento que se tornará uma grande novela pública. Mesmo vendo sua família colapsar com sua reputação, Rusty não deixa de correr na esteira, andar perfeitamente vestido em traje social e colocar seus anéis de ouro nos dedos todas as manhãs. São pistas de uma personalidade auto-centrada, em constante busca por afirmação, e que por vezes toma decisões contraditórias. “A vaidade é interessante para uma tragédia grega como essa. Rusty mantém sua aparência tentando ser perfeito, e eu acho que a fisicalidade de um personagem diz muito sobre ele”, diz Gyllenhaal. “Uma das coisas que mais gosto na atuação é o movimento e o comportamento de um personagem, com as quais você descobre quem ele realmente é.” “Muita gente esquece como é o comportamento humano quando eles assistem à televisão”, afirma Peter Sarsgaard, vencedor do Leão de Ouro em Veneza de melhor ator no ano passado por “Memória” e que vive Tommy Molto na série. “Em situações de crise, as pessoas não agem como esperamos que elas ajam, e não significa que elas sejam culpadas ou ruins.” Desprezado por todos os seus colegas, Tommy fica obcecado em provar a culpa de Rusty, por quem nutre certa inveja. Conforme a trama se desenrola, os episódios se trans-

formam também em uma espécie de disputa política. “Uma vez ouvi que ‘protagonistas nunca se desculpam’. Mesmo se eles fazem algo errado. Mesmo em Hollywood, a distinção que é feita entre esses protagonistas homens e outros personagens tem a ver com o que é mais ou menos atrativo”, argumenta Sarsgaard. “Talvez, graças ao avanço das discussões sobre gênero, a expectativa sobre o que é ser um protagonista mude.” David E. Kelley, a mente por traz de um oceano de séries e filmes do gênero policial, afirma que o segredo desse tipo de trama está na investigação dos personagens mais do que na do crime. “Eu tento ter bons ‘plots’ para o enredo, mas a recompensa está em fazer os espectadores sentirem pelos personagens.” “Jake [Gyllenhaal] tem um grande poder de contar histórias além do texto. Queríamos essa coisa inescrutável”, acrescenta o roteirista e produtor. Aos 43 anos, são as entrelinhas de um personagem que atacam Gyllenhaal em sua interpretação. “Se a narrativa é intrigante, o público vai começar a procurar por pistas. Não só nos atores e nas cenas, mas nas roupas, por exemplo”, afirma. “É como criar um quebra-cabeça.”

Acima de Qualquer Suspeita EUA, 2024. Criação: David E. Kelley. Com: Jake Gyllenhaal, Peter Sarsgaard e Nana Mensah. 16 anos. Disponível no Apple TV+



Jake Gyllenhaal em ‘Acima de Qualquer Suspeita’ Divulgação

Ciclo de cinema tem filme sobre o autor Frantz Fanon

SÃO PAULO Em parceria com a SBPSP, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, e a Cinemateca Brasileira, a Folha promove, nesta quarta-feira, novo ciclo de cinema com a presença de psicanalistas e especialistas para discutir racismo. O filme exibido será “Frantz Fanon: Pele Negra, Máscara Branca”, de 1996, dirigido por Isaac Julien e estrelado por Colin Salmon. A mesa de debates será composta pelo repórter Gustavo Luiz, da Folha, que acompanhou a vinda do rei angolano Tchongolola Tchongonga Ekuikui 6º ao Brasil, e Sandra Schaffa, psicanalista e membro do Instituto de Psicanálise da SBPSP. O debate será transmitido pelo YouTube.

Adam Phillips fala sobre a desistência e sua importância

SÃO PAULO A ideia de desistir está na nossa vida como um chamariz e um medo constante, escreve o psicanalista britânico Adam Phillips no livro “Sobre Desistir”, lançado no Brasil pela editora Ubu. A desistência é vista como falta de coragem. Mas será mesmo? O autor de mais de 20 livros defende que às vezes precisamos abrir mão de coisas para ter a vida desejada. Nesta quarta-feira, às 15h, o autor conversa por Zoom, direto de Londres, com o editor de Livros da Folha, Walter Porto. O evento, ao vivo, terá tradução simultânea. Os participantes podem enviar perguntas por meio da caixa de comentários da plataforma. É possível ingressar na sala com o número de reunião 894 5478 7134. **João Rabelo**



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que devolveu trechos de MP que tratavam da limitação aos créditos de PIS/Cofins

Em derrota de Haddad, Congresso devolve mudança no PIS/Cofins

Proposta que levaria a maior pagamento de tributos por empresas gerou reação da iniciativa privada

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O Congresso Nacional recusou a medida criada pelo governo para restringir o uso de créditos tributários por parte de empresas, levando o ministro Fernando Haddad (Fazenda) a sofrer uma nova derrota no debate fiscal. A MP (medida provisória) —que entra em vigor imediatamente, mas precisa ser aprovada posteriormente pelo Congresso— havia sido enviada pelo governo aos parlamentares apenas uma semana antes, alterando regras do PIS/Cofins para compensar a perda de receitas sofrida pela União com a desoneração da folha de pagamento de 17 setores. O texto do governo logo gerou uma significativa reação de grupos empresariais que se viam prejudicados, enquanto o Ministério da Fazenda dizia que iria conversar melhor com parlamentares e com os setores afetados. A pressão continuou e levou o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a anunciar nesta terça (11) a devolução da MP. “É sabido que, em matéria tributária, vigoram alguns princípios que são muito caros para se conferir segurança jurídica, previsibilidade, orde-

nação de despesas, manutenção dos setores produtivos. E um dos princípios é o de anterioridade e anualidade”, disse Pacheco, fazendo referência à exigência de tempo para que entrem em vigor determinadas alterações em impostos. “O que se observa em parte dessa MP, na parte substancial dela, é que há uma inovação com a alteração de regras tributárias, que geram um enorme impacto ao setor produtivo nacional, sem que haja a observância dessa regra constitucional da noventena na aplicação, sobretudo, dessas compensações do PIS/Cofins.” O presidente do Senado foi aplaudido por parte dos parlamentares após o anúncio —feito por ele no início da sessão do plenário desta terça. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), estava sentado ao lado de Pacheco e posteriormente o elogiou. A MP foi editada pelo governo na terça (4) da semana passada. Na sexta (7), Haddad disse que algumas pessoas nem sequer haviam lido o texto. Para ele, ninguém quer abrir mão de privilégios na discussão. Na segunda-feira (10), o diretório nacional do Progressistas (PP) apresentou uma ADI (ação direta de inconstitucio-

nalidade) ao STF com pedido de medida cautelar (decisão urgente) contra a MP. A MP tem sete artigos. Pacheco devolveu os trechos que tratavam da limitação aos créditos de PIS/Cofins (parte do artigo 1º, além dos artigos 5º e 6º). Na prática, esses pontos perdem eficácia; os demais continuam valendo, até que haja decisão do Congresso. Pacheco disse que não há adversidade entre o Legislativo e o Executivo e que a decisão foi tomada “com absoluto respeito” às prerrogativas de Lula. O senador também agradeceu a Wagner por ter sido “construtivo na solução” desde que a “celeuma” foi criada. Wagner, por sua vez, fez elogios à tranquilidade e à capacidade negociadora de Pacheco. Segundo o líder do governo no Senado, Lula “não estava confortável” e que a decisão de Pacheco “tem o aplauso do presidente da República”. “É melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim. Nós estávamos vivendo uma tragédia que pareceria sem fim.” Pacheco se reuniu com Lula e Haddad na segunda. Segundo relatos, o senador mineiro mencionou a possibilidade de devolver a MP e pediu uma po-

“É melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim. Nós estávamos vivendo uma tragédia que pareceria sem fim

Jaques Wagner (PT-BA) líder do governo no Senado

“Não temos [plano B]. Nós estamos preocupados porque identificamos fraudes nas compensações de PIS/Cofins

Fernando Haddad ministro da Fazenda

nação do governo até esta terça. O presidente do Congresso reclamou da decisão do governo de tratar do tema via medida provisória, instrumento com eficácia imediata, e demonstrou preocupação com a forte reação do empresariado. Pacheco foi avisado pelo governo do teor da MP antes da publicação, na terça-feira da semana passada, mas pessoas próximas ao senador dizem que ele não recebeu detalhes da mudança —o que um auxiliar de Lula nega. Pacheco também pediu estudo à consultoria do Senado sobre o tema. O documento não foi divulgado. Segundo um senador a par das negociações, o parecer respalda a decisão de devolver a proposta ao governo. O parlamentar diz que a MP não atende ao requisito de urgência porque ainda há tempo hábil para cumprir a decisão do STF de 17 de maio, que exigiu a apresentação de uma compensação para a desoneração da folha em até 60 dias. “Quero registrar o papel do próprio presidente da República [Lula], que o chamou [Pacheco] para um diálogo com o ministro da Fazenda, externou que não estava confortável, claramente. E vossa

excelência teve a capacidade de encontrar um caminho que, na minha opinião, nada mais é do que o caminho legal e constitucional para interromper o que seria uma tragédia sem fim”, disse Wagner. Wagner também pediu ajuda dos senadores para encontrar uma fonte de compensação para a desoneração. Na mesma linha, o líder do governo no Congresso, Raulo Rodrigues (sem partido-AP), afirmou que o Parlamento precisa estar “disponível” para ajudar a colocar as contas públicas em dia. “Nesse caso, o que precisamos responder é o seguinte: até 11 de agosto, de onde sairão R\$ 26 bilhões de reais para viabilizar a desoneração?”, questionou a jornalistas. Entre os grupos beneficiados com a desoneração está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a Folha. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

Não há plano B para compensação, afirma ministro

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta terça (11) que o governo Lula não tem um plano alternativo para a MP que trata de mudanças no PIS/Cofins para compensar a perda de receitas com a desoneração da folha. Segundo ele, uma alternativa será construída em conjunto com o Senado. “O Senado assumiu uma parte da responsabilidade por tentar construir uma solução. Vamos colocar toda a equipe da Receita à disposição do Senado para a gente tentar construir uma alternativa, uma vez que tem um prazo exíguo e que precisa encontrar uma solução”, afirmou Haddad. “Não temos [plano B]. Nós estamos preocupados porque identificamos fraudes nas compensações de PIS/Cofins, então, nós vamos ter que construir também uma alternativa para o combate às fraudes, que essa seria uma saída, mas eu já estou conversando com alguns líderes para ver se a gente encontra um caminho”, acrescentou. O chefe da equipe econômica citou irregularidades da ordem de R\$ 25 bilhões e diz que apresentará números aos parlamentares para dar sequência às tratativas. “Temos que sentar com o Congresso. Primeiro, apresentar os números, porque os deputados e senadores precisam ter clareza do quanto a arrecadação está perdendo”, disse. Segundo Haddad, a possibilidade de devolução da MP foi debatida em audiência com Pacheco e com Lula na segunda (10), mas nunca esteve na mesa o governo retirar o texto voluntariamente. O ministro disse que o presidente não demonstrou qualquer tipo de incômodo sobre o tema.

Entenda a MP que colocou empresários e governo em pé de guerra

SÃO PAULO Em nova derrota para o ministro Fernando Haddad (Fazenda), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou nesta terça-feira (11) que vai devolver a chamada MP do PIS/Cofins apresentada pelo governo. A medida foi o caminho encontrado pelo Ministério da Fazenda para compensar os impactos financeiros da desoneração da folha de pagamentos. Entenda os principais pontos da MP e por que ela colocou o parlamentar e empresários em pé de guerra com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O que previa a MP do PIS/Cofins? Batizada pelo Ministério da Fazenda de “MP do Equilíbrio Fiscal”, a medida limitou o uso de créditos tributários de PIS/Cofins que permitem às empresas compensar o pagamento de impostos ou obter restituição de valores. Na prática, os créditos diminuem a carga tributária das companhias. A regra do governo atuava em duas frentes. Em uma delas, restringia o uso de créditos obtidos pelo recolhimento do tributo na aquisição de insumos. Antes, eles poderiam ser usados para abater o saldo devedor de outros tributos —inclusive contribuições à Previdência. Com a MP, o aproveitamento do crédito só poderia

abater o próprio PIS/Cofins. Na segunda frente, o governo limitou o uso do crédito presumido do PIS/Cofins, uma espécie de benefício fiscal concedido com a intenção de fomentar algumas atividades econômicas e mitigar o efeito cumulativo dos impostos. **Qual era o objetivo do governo?** A finalidade era bancar os custos da desoneração da folha de pagamentos, que vale para 17 setores da economia e para municípios com até 156 mil habitantes. Entre eles está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a Folha. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, con-

fecção e vestuário, construção civil, entre outros. No dia 17 de maio, o STF (Supremo Tribunal Federal) exigiu que fosse apresentada, em até 60 dias, uma compensação para a perda de arrecadação com a desoneração, estimada em R\$ 26,3 bilhões. Com a MP do PIS/Cofins, o governo esperava arrecadar até R\$ 29,2 bilhões em 2024, valor mais que suficiente para bancar a renúncia fiscal. **O que aconteceu com a MP?** Por ter força de lei, a MP começou a valer assim que foi assinada com o governo, no início de junho. O texto, contudo, precisava ser apreciado pelo Congresso para entrar em vigor definitivamente.

Nesta terça, o presidente do Senado decidiu devolver os artigos que tratavam dos créditos de PIS/Cofins. Na prática, os pontos perderam a eficácia, enquanto os demais continuam valendo. Em sessão no plenário, Pacheco minimizou a existência de adversidades entre o Legislativo e o Executivo e disse que a decisão foi tomada “com absoluto respeito” às prerrogativas do presidente. **Por que a medida foi criticada?** Enquanto o governo chamava a medida de “MP do Equilíbrio Fiscal”, empresários e parlamentares batizaram o texto de “MP do Retrocesso” e “MP do Fim do Mundo”.

Representantes da indústria, do agro e de outros setores argumentaram que a medida aumentaria significativamente os custos do setor produtivo, ferindo o princípio de não cumulatividade —que limita a incidência tributária nas cadeias de produção. A CNI (Confederação Nacional da Indústria), por exemplo, calculava perdas de R\$ 29,2 bilhões ao setor industrial para este ano e de R\$ 60,8 bilhões para 2025. Segundo um relatório da XP, entre os mais atingidos pelas mudanças estavam empresas do varejo, distribuidoras de combustíveis, o setor de alimentos e bebidas e o agrogócio, além de exportadores em geral.

mercado

PAINEL S.A. | **Julio Wiziack**
painelsa@grupofolha.com.br

Poltergeist

O streaming superou a participação de Record, SBT e Band na audiência dos espectadores brasileiros no horário nobre. É o que mostra o relatório mais recente do Kantar Ibope. De acordo com os dados, em maio, a fatia das três emissoras foi menor do que a de conteúdos assistidos em plataformas como YouTube e Netflix. Juntas, as três detiveram 21,3% de participação ante 23,2% da internet. A Globo é líder com 36,1%.

CISMA A tensão com as emissoras em relação a essa aferição é tamanha que, em maio, a CEO do Kantar, Melissa Vogel, se demitiu. O instituto ne-

ga ter sido essa a motivação.

MISTURA Pelos dados do instituto, a audiência do streaming já seria maior que a das três

emissoras juntas no horário nobre. No entanto, nessa métrica entram, além de conteúdos de Netflix, Apple TV, YouTube ou de outra plataforma, programas —ou trechos deles— da própria TV aberta.

DISTORÇÃO Para a Abert e a Abratel, associações que representam os radiodifusores, isso distorce totalmente a informação, é indesejável e pode provocar graves prejuízos ao mercado publicitário e à livre concorrência.

UM GUICHÊ A partir de julho, os contribuintes paulistas poderão resolver suas pendên-

cias tributárias com o governo de uma só vez. Será possível pagar IPVA, ICMS ou resolver qualquer tipo de problema com a Fazenda estadual pelo Fila Única, sistema que integrou o trabalho das 18 delegacias regionais tributárias do estado. Para o secretário da Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita, isso reduz a burocracia e os custos para o contribuinte.

ESQUELETOS... Por intermédio do STJ (Superior Tribunal de Justiça), a Caixa começa a fechar acordos com mutuários, a maioria de baixa renda e idosa, para o pagamento de inde-

nizações referentes ao desabamento ou a danos irreparáveis de imóveis financiados e que não tiveram cobertura do seguro. Até o fim desta semana, serão 1.600 mutuários em Petrolina (PE). Depois, será a vez de Goiânia (GO).

...NO ARMÁRIO As ações de indenização foram ajuizadas contra seguradoras por cerca de 300 mil famílias compradoras de moradias pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) nos anos de 1980. A reserva técnica dos seguros ficava em um fundo coletivo que passou a ser administrado pela Caixa. Atualmente,

existem quase 70 mil processos em curso na Justiça. O governo diz que, sem acordo, a conta chega a R\$ 17 bilhões.

AGORA VAI A Itapemirim concluirá três leilões de ônibus. A venda estava paralisada desde março por força de uma decisão judicial que, nesta semana, foi revertida. Os leilões de bens do grupo, inicialmente avaliados em R\$ 77 milhões, seguirão adiante. A companhia de transporte rodoviário interestadual teve sua falência decretada em setembro de 2022. Até concessões foram canceladas. Somente a dívida tributária é de R\$ 2,3 bilhões.

com Diego Felix

Fazenda estuda limitar alta de gasto de saúde e educação

Proposta é travar em 2,5% aumento real de despesas, como no arcabouço

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O Ministério da Fazenda estuda propor a alteração das regras orçamentárias para saúde e educação de forma a aproximar o crescimento dessas despesas à lógica do arcabouço fiscal, que limita o conjunto dos gastos federais a uma alta real de até 2,5% ao ano.

De acordo com um integrante da equipe econômica, o crescimento real dos pisos passaria a ser limitado aos mesmos 2,5% previstos no arcabouço. Também estão em análise alterações nas regras de certos benefícios previdenciários, como o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) —que passariam a ser desvinculados do salário mínimo.

Questionado na manhã desta terça (11), Haddad afirmou que opções estão em estudo antes de serem levadas ao presidente Lula. “Tem vários cenários que estão sendo discutidos pelas áreas técnicas.”

As alterações são estudadas enquanto o governo é pressionado a apresentar medidas



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Pedro Ladeira/Folhapress

de equilíbrio fiscal pelo lado das despesas, após ter se dedicado por um ano e meio à busca por mais receitas. Além da pasta comandada por Fernando Haddad, o Ministério do Planejamento (comandado por Simone Tebet) está estudando iniciativas a serem apresentadas ao presidente

Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No caso dos pisos de saúde e educação, previstos na Constituição, as mudanças são necessárias porque eles crescem atualmente de forma mais acelerada do que o restante. O piso da saúde equivale a 15% da RCL (receita corrente líquida), e o da educação re-

presenta 18% da RLI (receita líquida de impostos).

Com a busca por mais receitas, os mínimos de saúde e educação tendem a crescer mais que as outras despesas —tomando, abaixo do teto geral, espaço dos demais gastos.

Sem mudanças, a previsão é que o espaço para as demais

despesas seja totalmente consumido até o fim desta década. Na prática, a regra criada por Haddad no começo do governo Lula 3 estaria condenada ao estouro.

Como já mostrou a Folha, o Tesouro Nacional sugeriu a mudança dos pisos para uma forma alinhada ao arcabouço em um relatório e também já estudou a possibilidade de mudar o cálculo da RCL para desacelerar o crescimento das despesas. Neste último caso, a ideia era tirar as receitas extraordinárias das contas.

A necessidade de harmonizar essas vinculações com o novo arcabouço fiscal foi tratada pela primeira vez em abril de 2023 por Haddad em entrevista à Folha. Desde então, porém, ele vem delegando a responsabilidade ao Planejamento, incumbido da agenda da revisão de gastos.

O tema é politicamente delicado para o governo, sobretudo diante da defesa histórica da esquerda por mais verbas para as duas áreas. Haddad foi ministro da Educação nos governos Lula e Dilma Rousseff (PT).

No cenário atual, que considera as medidas de arrecadação já aprovadas pelo governo Lula, o espaço para despesas discricionárias com custeio e investimentos será totalmente comprimido a partir de 2032.

As dificuldades, porém, devem se manifestar até antes, com o estrangulamento gradual de políticas públicas, a exemplo do que ocorreu sob o teto de gastos instituído pelo

governo Michel Temer (MDB).

Isso acontece porque mesmo dentro das discricionárias há algumas despesas “rígidas”, isto é, não têm o rótulo formal de obrigatória, mas são carimbadas, e o governo precisa garantir sua execução. Estão nessa categoria os pisos de saúde e educação e as emendas parlamentares.

Há um segundo complicador que potencializa essa tendência de achatamento dos demais gastos.

Haddad e sua equipe apostam em uma série de medidas de arrecadação para manter uma trajetória de melhora contínua das contas públicas até 2026. Se eles forem bem-sucedidos na estratégia, o balanço entre receitas e despesas melhora, mas os pisos serão calculados sobre uma arrecadação ainda maior, ampliando a pressão sob o limite de gastos.

Em abril, relatório divulgado pelo Tesouro mostrou que a flexibilização dos pisos pode liberar até R\$ 131 bilhões para outros gastos de custeio e investimentos até 2033.

A projeção não significava por si só uma recomendação política, mas o exercício feito pelos técnicos do órgão reiterateu o debate sobre a necessidade de rever essas despesas para garantir a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal a médio prazo.

Mudanças nos pisos de saúde e educação também foram propostas durante a gestão Bolsonaro pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, mas o tema não foi adiante.

Cortar benefícios sociais para pobre tem que ser último item da lista, diz pesquisador de Columbia

ENTREVISTA
MARCELO MEDEIROS

BRASÍLIA Pesquisador da Universidade Columbia de Nova York, o brasileiro Marcelo Medeiros afirma à Folha que cortar os benefícios sociais para a população mais pobre deve ser o último item da lista do governo para reduzir as despesas.

Em meio ao crescimento do debate sobre a desvinculação do salário mínimo dos benefícios da Previdência Social, Medeiros ressalta que a política do salário mínimo foi responsável pela redução da pobreza no Brasil.

“Vai parar de tentar reduzir pobreza e desigualdade? É isso que o pessoal está propondo? Tem que ser explícito e dizer: ‘Olha, nós conclu-

ímos que já reduzimos a pobreza demais, a desigualdade demais, e agora é hora de controlar o fiscal”’, alerta. AF

*

O que acha do debate atual no Brasil de revisar gastos dos benefícios sociais? Economizar dinheiro com pobre é a última coisa que o Estado brasileiro deve fazer. O pobre é quem mais precisa de assistência. O Brasil tem muito lugar para economizar dinheiro antes de economizar com pobre. É óbvio que é preciso aumentar a arrecadação.

É impossível regular o lado fiscal só pelo lado do gasto. É irrealista quem estiver propondo isso. É preciso discutir seriamente como aumentar a arrecadação para não ter que avançar sobre a assistência.

O Brasil precisa de várias coisas. Precisa de uma nova reforma da previdência, porque é o principal gasto público. Então, precisa regular isso. Tem uma série de outros gastos [para revisar]. Precisa revisar, por exemplo, planos de subsídios.

A proposta de desvinculação dos benefícios da Previdência do salário mínimo foi colocada para reduzir despesas obrigatórias. Existe uma confusão sobre o peso que os aumentos dos salários mínimos têm nas contas públicas. Essa confusão ignora que o aumento do salário mínimo eleva a arrecadação previdenciária automaticamente porque um quinto do salário mínimo vira imposto imediatamente. Vira arrecadação previdenciária automaticamente. Como também aumenta a arrecadação dos estados e municípios.

O seu diagnóstico é que o debate está mal colocado pelo governo? As contas estão muito enviesadas para quem quer achar problema e não solução. Eu não estou dizendo que políticas não precisam ser ajustadas. Não existe política sem efeito negativo. O que importa é que os efeitos positivos



Marcelo Medeiros, 54 Sociólogo e economista, é professor da Universidade Columbia de Nova York. É autor de estudos sobre as complexidades dos conflitos distributivos gerados pelas desigualdades. No livro “Os Ricos e os Pobres” expõe a concentração de renda do Brasil.

superem os efeitos negativos. No caso da assistência, é muito difícil demonstrar uma conta dizendo que ela tem efeito negativo maior do que positivo. Não pode ter um raciocínio puramente fiscal porque a responsabilidade fiscal tem que andar de mão dada com a responsabilidade social.

Onde o governo deveria começar a cortar as despesas? Essa é uma discussão de como

faz a alocação do orçamento público inteiro. É fácil querer cortar em pobre, mas o Brasil gasta muito dinheiro com outras coisas. Tem que aumentar a arrecadação rapidamente. Não se consegue fazer corte fiscal rápido responsável. Portanto, o Brasil tem que se preparar para arrecadar mais.

O governo optou em não fazer a reforma da renda primeiro... Não é que o governo optou. O Congresso está tendo resistência. É uma questão política. O Congresso não quer enfrentar a responsabilidade gigante que ele tem no controle fiscal brasileiro. E controle fiscal não é só no corte é também na arrecadação.

Mas esse não é um debate trivial? Esse simplismo excessivo com o qual é conduzida a discussão fiscal pode ser nocivo para as políticas como um todo. O aumento do salário mínimo foi a principal política de redução de pobreza e desigualdade no Brasil durante mais de uma década. Se parar de ter aumento do salário mínimo, a pergunta é: vai colocar o que no lugar? Ou vai parar de ter responsabilidade social? Vai parar de tentar reduzir pobreza e desigualdade? Tem que ser explícito e dizer: ‘Olha, nós conclu-

ímos que já reduzimos a pobreza demais, a desigualdade demais, e agora é hora de controlar o fiscal’. Pode ser,

mas tem que assumir a responsabilidade política disso. Eu quero ver quem vai assumir. Porque quem fizer isso vai perder a eleição.

O debate da desvinculação do salário mínimo dos benefícios da Previdência foi puxado agora pela ministra Simone Tebet (Planejamento), mas o próprio ministro Fernando Haddad tem defendido a discussão das vinculações... [interrupção da pergunta] A pergunta não é se vai desvincular. A pergunta é o que vai botar no lugar, porque foi e ainda é a principal política de redução de pobreza e desigualdade no país.

O mercado diz que a questão fiscal é um risco e por isso cobra mais. É uma rodaviva? A única maneira de controlar a pressão fiscal no curto prazo é aumentar a arrecadação. Eu entendo que a desvinculação faz parte do processo. E pode ser, pode desvincular. Não existe nada que esteja fora da mesa.

O que temos que definir é prioridades. Se for necessário, pode cortar, inclusive, de pobre. Por trás disso tudo existe um conflito distributivo gigantesco. Tem grupos brigando para ver quem se apropria disso tudo. E o grupo mais fraco são os pobres. É mais fácil derrubar, tirar dinheiro de pobre, do que tirar dinheiro de rico.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE - UGE 180.387
PREGÃO ELETRÔNICO Nº CICC - 20240039651
PROCESSO ADMINISTRATIVO CICC Nº 025.00001021/2024-12
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto no Centro Integrado de Comando e Controle - CICC, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº CICC - 20240039651, destinado a Contratação de empresa especializada em execução serviços de monitoramento eletrônico de pessoas mediante o uso de tecnologias de telecomunicações 4G ou superior e de geolocalização, com cobertura de todo o território do Estado de São Paulo a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para este Centro, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra o Edital como Anexo I. Início do recebimento das propostas dar-se-á em 12 junho de 2024 e a realização da sessão em 27 de junho de 2024, às 09h00, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br ou www.pncp.gov.br. O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos seguintes sítios eletrônicos: www.imprensaoficial.com.br (opção "e-negociospublicos") e www.comprasnet.gov.br ou www.pncp.gov.br.

mercado

Lançamentos de imóveis em SP podem ser adiados para 2025

Discussão sobre lei do zoneamento trava emissão de alvarás para novos projetos

MERCADO IMOBILIÁRIO

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Os lançamentos de imóveis na capital paulista previstos para este ano podem ser adiados para 2025 se a discussão sobre as emendas da Lei de Zoneamento se alongar na Câmara Municipal. O entrave está no entendimento sobre a outorga onerosa, valor que uma construtora paga para construir além do permitido na cidade.

Desde que a revisão do PDE (Plano Diretor Estratégico) foi aprovada, em julho de 2023, incorporadores aguardam a publicação de um decreto pela Prefeitura de São Paulo com instruções sobre o cálculo que deve ser feito para ajustar os projetos às novas regras. Um grupo de trabalho foi criado em março pela prefeitura, com prazo de 30 dias para definir os critérios. À Folha, a SMUL (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento) afirmou que a reda-

ção sobre a outorga onerosa “está para fechar” e deve ser publicada até o fim de junho. Até a publicação, diz, os técnicos da secretaria não podem emitir alvarás para novos projetos. Segundo a pasta, a análise dos processos depende das regulamentações da Lei de Zoneamento. A Lei de Zoneamento complementa o PDE, definindo como as regras gerais de desenvolvimento urbano devem ser aplicadas quadra a quadra. Pela nova lei, as empresas pode-

rão pagar 20% do valor da outorga onerosa para construir próximo a estações de metrô e corredores de ônibus. O CEO de uma incorporadora de alto padrão, que prefere não se identificar, teme que as empresas fiquem sem tempo hábil para lançar os projetos deste ano. “A preocupação é com o acúmulo de projetos em análise à espera do decreto”, diz. Para ele, setembro é o mês limite para que os projetos sejam liberados e lançados ainda neste ano.

Todos os lançamentos estão sendo impactados, do econômico ao alto padrão. Embora os projetos classificados como Habitação de Interesse Social (HIS) ou Habitação de Mercado Popular (HMP) não paguem outorga, muitos fazem parte de empreendimentos de médio padrão e acabam afetados. Luiz França, presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), afirma que apesar de algum impacto a curto prazo ser possível, não será significativo a médio e longo prazo. “Estamos cientes de que são necessários ajustes em regulamentações para garantir o alinhamento com o Plano Diretor Estratégico e a Lei de Zoneamento, recentemente revisados. Esse processo de adaptação é essencial para assegurar que todos os procedimentos estejam alinhados com as novas diretrizes,

promovendo um ambiente de segurança jurídica e previsibilidade”, afirma. O Indicador de Confiança do Setor Imobiliário Residencial, elaborado pela Abrainc com a Deloitte, aponta que 100% das empresas que trabalham no segmento Minha Casa, Minha Vida planejam lançar ao menos um empreendimento nos próximos 12 meses. No segmento de médio e alto padrão, o índice é de 79%. Segundo o Secovi-SP, os lançamentos de imóveis em São Paulo dispararam no primeiro trimestre deste ano, registrando melhor resultado para o período desde 2014, quando começou a ser feita a pesquisa. Foram 15.636 novas unidades na cidade, uma alta de 49%. São projetos protocolados junto à prefeitura antes de mudanças nas leis de urbanismo, o que permite que sejam construídos como originalmente previstos.



Prédios próximos ao Parque Ibirapuera, localizado na zona sul de São Paulo Danilo Verpa - 14.abr.24/Folhapress

Preocupação ambiental eleva busca por casa própria sustentável

SÉRIES FOLHA
COMO COMPRAR A CASA PRÓPRIA

SÃO PAULO O desejo por melhor qualidade de vida e a preocupação com o meio ambiente têm impulsionado a busca por uma casa própria sustentável. O objetivo principal é reduzir o impacto ambiental gerado com a habitação, desde a construção até o dia a dia dos moradores. A eficiência energética é o ponto central. Imóveis sustentáveis usam tecnologias como painéis solares e isolamento térmico, que reduzem o consumo de energia e, por consequência, as despesas mensais com eletricidade. Enquanto sistemas de captação e reutilização de água da chuva ajudam a diminuir o consumo de água e seu custo. Tudo é pensado para aproveitar ao máximo os recursos naturais e ser ecologicamente consciente. Os materiais utilizados na construção devem ser reciclados, recicláveis ou de fontes renováveis e locais, pois a logística é poluente. A localização do imóvel deve ser em uma área com fácil acesso a transporte público, ciclovias e outras alternativas que possam reduzir a necessidade de uso de carros. Há certificações reconhecidas internacionalmente para ajudar a identificar um imóvel sustentável. A Leed (Liderança em Energia e Projeto Ambiental, em tradução livre), por exemplo, é aplicada em 165 países. Em 2023, foi registrado um aumento de 40% em construções residenciais verdes no Brasil. Só no início deste ano, foram certificadas 20 construções sustentáveis no país, segundo o GBCI (Green Business Certification Inc.), que administra o Leed e outros sistemas de certificação. APB

Saiba como identificar um imóvel com baixo impacto ambiental

- O QUE É UM IMÓVEL SUSTENTÁVEL?**
- Um imóvel sustentável é projetado para minimizar o seu impacto ambiental durante e depois da construção
 - O objetivo é otimizar o uso de recursos naturais, o que inclui usar energias renováveis, materiais de construção sustentáveis, sistemas de gestão de água e resíduos, e a criação de espaços que promovam a eficiência energética. Por exemplo: a posição ideal de janelas para que a luz solar incida por mais tempo, correntes de ar para menos uso de aparelhos de ar-condicionado
- POR QUE ESCOLHER UM IMÓVEL SUSTENTÁVEL?**
- Do ponto de vista econômico, morar em um imóvel sustentável reduz custos com energia e água. Olhando para o meio ambiente, é uma forma de minimizar a emissão de gases de efeito estufa e de preservar os recursos naturais
 - A escolha também pode impactar na saúde dos moradores. Imóveis sustentáveis utilizam materiais de construção com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs), melhorando a qualidade do ar interno e reduzindo riscos de problemas respiratórios e alergias
 - Com o agravamento da crise climática, a tendência é que imóveis sustentáveis sejam cada vez mais valorizados e procurados, aumentando o seu valor de revenda

- COMO SABER SE O IMÓVEL É SUSTENTÁVEL?**
- Um projeto sustentável começa na sua construção. Os materiais utilizados devem ser reciclados, recicláveis ou de fontes renováveis e locais, para evitar a poluição durante o transporte até o canteiro de obras
 - Busque certificações reconhecidas de sustentabilidade emitidas por organizações independentes, como Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), Aqua-HQE (Alta Qualidade Ambiental), Breeam (Building Research Establishment Environmental Assessment Method) e Selo Procel de Edificações
 - No empreendimento, avalie a eficiência energética do imóvel e das áreas comuns, como é feita a separação e reciclagem de resíduos e se há hortas e facilidades para compostagem. Confira também:
 - 1.** Se o projeto inclui o uso racional de recursos, como iluminação natural eficiente e sistemas automáticos de controle de energia e água
 - 2.** A localização do imóvel, preferindo os próximos a transporte público, ciclovias e áreas verdes, que ajudam a reduzir a dependência de carros e motos
 - 3.** A incidência de sol e a ventilação natural da unidade, que podem contribuir para a eficiência energética da casa, reduzindo a dependência de

- sistemas de aquecimento ou refrigeração
- QUAIS SÃO AS CERTIFICAÇÕES PARA AVALIAR UM IMÓVEL SUSTENTÁVEL?**
- Leed**
 - Leva em conta a integração do edifício com o entorno
 - Avalia estratégias para redução do consumo de água e de energia, além de considerar a qualidade ambiental dos espaços construídos
 - Aborda questões como conforto térmico e lumínico
- Aqua-HQE**
 - Analisa aspectos como a relação do edifício com o entorno, as ações voltadas para o canteiro de obras, e a gestão de energia, de água e de resíduos
- GBC Casa e Condomínio**
 - Foram desenvolvidas para apoiar a construção de residências de alto desempenho ambiental
 - Avaliam implantação, eficiência energética e hídrica e a qualidade ambiental interna
 - Permitem que os empreendimentos imobiliários residenciais acessem condições de financiamento especiais
- Edge**
 - Se concentra em três áreas: energia, água e materiais
 - É a mais acessível e simples de obter
 - O empreendimento

- tem que ser 20% mais eficiente do que o padrão
- O outro grupo é formado por certificações específicas, com destaque para os processos focados na promoção da saúde e do bem-estar dos moradores, como o Well e o Fitwel
- QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DE UM IMÓVEL SUSTENTÁVEL?**
- Fontes alternativas de energia**
 - Um imóvel sustentável tem que ter eficiência energética. A luz do sol transformada em energia elétrica por meio das placas fotovoltaicas é o exemplo mais comum
- Iluminação natural**
 - O uso de claraboias e de janelas do piso ao teto, por exemplo, pode diminuir a necessidade de ligar as luzes ao longo do dia
- Captação da água da chuva**
 - É possível captar e reutilizar a água da chuva para a descarga dos vasos sanitários. Para isso, as tubulações devem ter cores diferentes, para que seja possível distinguir a água própria para uso, da pluvial e do esgoto
- Telhado verde**
 - A cobertura vegetal auxilia na qualidade do ar, no sistema de drenagem, na redução da temperatura e no isolamento acústico
- Isolamento térmico**
 - Um bom isolamento de paredes, janelas e telhado reduz a necessidade de aquecimento e resfriamento, economizando energia

- Redução da geração de resíduos**
 - É preciso que haja facilidades para a separação e reciclagem de resíduos e a compostagem de resíduos orgânicos
- Materiais ecológicos**
 - O imóvel sustentável possui torneiras, chuveiros e vasos sanitários de baixo consumo de água. São utilizados tintas e revestimentos com baixo teor de compostos orgânicos voláteis (COVs), que reduzem a emissão de substâncias químicas prejudiciais
 - Os projetos usam madeira certificada para assegurar que ela foi colhida de forma sustentável, ou madeira engenheirada, que é processada industrialmente.
- QUAL É A VALORIZAÇÃO DE UM IMÓVEL SUSTENTÁVEL AO LONGO DO TEMPO?**
 - Segundo dados do GBCI, os aluguéis de imóveis São Paulo e no Rio de Janeiro passaram de R\$ 98,41 por m² com projetos AAA (certificação brasileira administrada pelo CBRE) para R\$ 136,54 por m² com projetos Leed (certificação internacional administrada pelo GBCI)
- QUAIS TECNOLOGIAS DE ENERGIA RENOVÁVEL SÃO USADAS NESSES IMÓVEIS?**
 - Painéis solares fotovoltaicos para gerar eletricidade, sistemas de aquecimento solar para água, turbinas eólicas e bombas de calor geotérmicas

Fontes: Benx Incorporadora; CTE (Centro de Tecnologia e Edificações); GBCI (Green Business Certification Inc.); Magik; MRV; MPD e Trisul

Câmara aprova ‘taxa das blusinhas’ para compras de até US\$ 50 em sites

Alíquota de 20% vai se somar ao ICMS; projeto, que causou polêmica, ainda precisa da sanção de Lula



Deputados participam de sessão na Câmara nesta terça-feira (11) Mario Agra/Divulgação Câmara

João Gabriel e Victoria Azevedo

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (11), a taxa das blusinhas, dentro do texto-base do projeto de lei do Mover, que cria um programa para incentivar a descarbonização de carros.

A proposta, chamada por críticos de “jabuti” —quando algo é colocado dentro de um projeto que não tem a ver com a sua temática original—, acaba com a isenção de imposto para tais importações. A isenção de Imposto de Importação beneficia lojas online conhecidas, como Shopee e Shein. Hoje, os produtos de até US\$ 50 vendidos nesses si-

tes já são taxados pelo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), que é estadual e tem alíquotas que variam de 17% a 19%. Para os produtos mais baratos, a taxa de importação será de 20% sobre o valor, conforme o projeto aprovado nesta terça-feira (11). Para itens acima de US\$ 50 (cerca de R\$ 270,

na cotação atual), o imposto previsto é de 60%, mas também foi criada uma faixa intermediária, entre US\$ 50 e US\$ 3 mil (cerca de R\$ 16.100), que terá um desconto de US\$ 20 (R\$ 107) na taxa.

compõem a base governista. O fim da taxa foi incluído dentro do Mover (Programa Mobilidade Verde) na Câmara, com apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). A proposta causou enorme divergência, inclusive dentro da base aliada de Lula, que chegou a criticá-la e dizer que poderia vetá-la —no início da

Mover, programa para a descarbonização do setor automotivo, vai para sanção presidencial

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

BRASÍLIA O projeto de lei do Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação) foi aprovado pela Câmara dos Deputados nesta terça-feira (11), com apoio da base do governo e da oposição. Voltado para a descarbonização do setor automotivo, o programa criado pelo governo federal para substituir o anti-

go Rota 2030 visa incentivar a implementação de uma frota menos poluente no país. Ele e o IPI Verde são as principais apostas do governo Lula e do Ministério da Indústria, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), para impulsionar uma indústria de carros sustentáveis no Brasil. O programa foi criado inicialmente pelo Executivo como medida provisória —que

tem efeito imediato, mas prazo de validade curto, de 60 dias, prorrogáveis. Depois, foi enviado ao Congresso como projeto de lei. Apesar das poucas divergências entre os parlamentares sobre o programa, a votação foi adiada diversas vezes, em função do debate acerca dos “jabutis” —termo usado para trechos adicionais a um projeto de lei, mas que não têm relação com o

R\$ 3,5 bilhões

é o limite de créditos, em 2024, para empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento em descarbonização do setor automotivo. O valor subirá nos anos seguintes até chegar a R\$ 4,1 bilhões em 2028

tema central da proposta. Assim, a validade da medida provisória chegou, no último dia 30, sem que a proposta tivesse sido aprovada no Congresso, e o Mover foi extinto. Agora, aprovado na Câmara, ele precisa ser sancionado pelo presidente Lula (PT) para voltar a existir. O Mover amplia as exigências de sustentabilidade da frota automotiva e estimula a produção de novas tecnologias nas áreas de mobilidade e logística. Um dos objetivos é incentivar a descarbonização, promovendo combustíveis alternativos. Empresas habilitadas no re-

gime poderão usufruir de créditos financeiros se realizarem gastos em pesquisa e desenvolvimento e investimentos em produção tecnológica realizada no país. Os créditos estão limitados a R\$ 3,5 bilhões em 2024, R\$ 3,8 bilhões em 2025, R\$ 3,9 bilhões em 2026, R\$ 4 bilhões em 2027 e R\$ 4,1 bilhões em 2028. O projeto também cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), para apoiar programas do setor. Ele será instituído e gerenciado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). JG

As hidrelétricas e o amortecimento de cheias

Barragens com reservatórios de regularização são estratégias importantíssimas

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Os eventos extremos, como a recente tragédia gaúcha, são quase sempre atribuídos à ação antrópica. Frequentemente são mesmo. Mas nem sempre. Se o território gaúcho fosse igual ao que existia quando Cabral aqui aportou, o percentual de precipitação convertido em escoamento superficial, que é o que causa inundações, seria menor. Também seria menor o assoreamento dos rios causado pela erosão do solo. São observações que induzem a pen-

sar que a tragédia gaúcha teria sido causada exclusivamente pela ação humana. Na realidade, só após uma análise técnica detalhada do que ocorreu será possível simular o que teria ocorrido se a bacia hidrográfica se mantivesse intocada. Porém, antes dessa análise, me arrisco a afirmar que a chuva foi tão intensa e duradoura que mesmo sob condições pré-cabralinas os rios teriam extravasado quase com a mesma ferocidade.

Mais importante do que conjecturar sobre o que teria acontecido se a bacia fosse conservada nas condições naturais é avaliar o que precisa ser feito para mitigar os efeitos de futuras cheias, em particular para garantir a segurança das barragens do vale, à luz da evidência de que têm aumentado a frequência e a intensidade dos eventos extremos. Na categoria de ação não estrutural, o óbvio é proibir edificações no leito maior, para onde

os rios extravasam nas grandes cheias. Porém, sou cético quanto à capacidade governamental de manter esse tipo de proibição ao longo de décadas. Quando era diretor da extinta Serla-RJ, demarcamos uma área proibida de ser edificada na Baixada Fluminense que foi inteiramente ocupada anos depois, por inação do poder público. Na categoria de ação estrutural, a mais óbvia é construir barragens com reservatórios de regularização, que tenham con-

dições de esvaziamento preventivo para armazenamento temporário do excesso de água. Trata-se de estratégia que a humanidade pratica há milênios. Mesmo que construídas prioritariamente com o objetivo de controlar cheias, essas estruturas podem também servir como fonte de energia elétrica e hidrovias, como é o caso da usina Três Gargantas (China), a maior em potência instalada do mundo. É difícil obter licenciamento ambiental para barragens, porque os impactos socioambientais na escala local são em geral negativos. Por isso, as poucas construídas nos últimos anos, inclusive as da bacia do Guaíba, são desprovidas de reservatório de regularização. É uma pena! O licenciamento deveria considerar também os benefícios quando vistos na escala da bacia hidrográfica —amortecimento de cheias— e na do país —produção de energia elétrica por fonte renovável.

Há outras ações estruturais bem conhecidas para mitigar os efeitos das cheias: construção de “polders” (caso da Holanda e de Porto Alegre), de túneis extravasores (caso de Petrópolis-RJ), estabilização de encostas e dragagem dos rios. Porém nunca é demais ressaltar que estruturas hidráulicas só são confiáveis se houver capacidade institucional para mantê-las e operá-las. Não foi o que ocorreu na Baixada Fluminense, em Petrópolis e em Porto Alegre, como se constatou nas recentes cheias. Todavia não se trata de um defeito insanável da administração pública brasileira: no passado, o extinto DNOS exerceu esse papel competentemente. Portanto, o desafio é como construir uma governança que garanta não apenas a materialização de obras públicas de interesse coletivo mas também, e principalmente, a correspondente manutenção ao longo de décadas da vida útil.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 044

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024; PROCESSO Nº 044/2024; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS DE ALIMENTOS E OUTROS ITENS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS/SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

VALOR ESTIMADO DO OBJETO: R\$ 981.474,50 (Novecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos); MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO; TIPO: Menor Preço por item; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 11 de Junho de 2024 às 17h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 10h00min do dia 27/06/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 10h00min do dia 27/06/2024; LOCAL: 0187.84.121.138:8078@comprasidat@l.com.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF); Informações: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Jaborandi/SP, Rua Antonio Bruno, nº 466 - Centro, ou pelos telefones (17) 3347-9999 e (17) 3347-9900, ou ainda, licitacao@jaborandi.sp.gov.br ou licitacaojaborandi@gmail.com nos dias úteis.

Jaborandi/SP, 11 de Junho de 2024.

Silvio Vaz de Almeida
Prefeito Municipal

Fernando Henrique Sales
Pregeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL

PREGÕES ELETRÔNICOS Torna público aos interessados que está aberto o **Pregão Eletrônico 41/24**, Processo 4.239/24 – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES** – Encerramento dia 01/07/24 às 08:30 horas.

Torna público aos interessados que está aberto o **Pregão Eletrônico 42/24**, Processo 1.116/24 – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO** – Encerramento dia 02/07/24 às 08:30 horas. Os editais completos poderão ser adquiridos nos sites www.conchal.sp.gov.br, www.bnc.org.com.br, portal PNCP e ou pelo e-mail: edital@conchal.sp.gov.br. Conchal, 11 de junho de 2024. Luiz Vanderlei Magnusson Prefeito Municipal.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA

Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1201 a 1208 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais prestadoras dos serviços especializados de reparos, manutenções preventivas e corretivas, modernizações, atualizações de software e hardware, sobressalentes, treinamentos e suportes técnicos para o Sistema de Contramedida Eletrônica modelo SCE 0100 de fabricação da IACIT Soluções Tecnológicas S.A. A se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade.

São Paulo, 12 de junho de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - PROCESSO Nº 122/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Implantação de Sistema de Câmeras de Vídeo-monitoramento Eletrônico em diversos pontos do Município, incluindo material, equipamentos e mão de obra, conforme Resolução CONTRAN Nº 875 DE 13/09/2021 artigo 10º inciso VI e XIV, durante o período de 12 (doze) meses. DATA DA REALIZAÇÃO: 27/06/2024. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelos endereços eletrônicos: www.votuporanga.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9748 e 9848.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOME
Secretária Municipal da Administração - 11/06/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROC 40/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 13/2024. REPETIÇÃO Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição produtos de panificação para a merenda escolar da Prefeitura Municipal de Itatinga, conforme especificações constantes no Termo de Referência. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 25/06/2024 às 08:30; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 25/06/2024 às 09:00. LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. EDITAL E INFORMAÇÕES: www.itatinga.sp.gov.br ou (14) 3848-9802. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

Processo: 95/2024
Pregão Eletrônico nº 24/2024
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Registro de preços para aquisição e fornecimento de tintas e materiais para pintura, de acordo com a necessidade da Prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses. EDITAL NA INTEGRA: Disponível nos sites: www.bllcompras.com e www.torrinha.sp.gov.br. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 12/06/2024 às 08:00h no site www.bllcompras.com. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/06/2024 às 08:00h (horário de Brasília) no site www.bllcompras.com

Barbara Ferreira Lupino - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2024 - PROCESSO 764/2024 - A Prefeitura Municipal de Pompeia/SP torna público que se encontra aberto no Setor de Licitações o CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2024, para Contratação de empresa para execução de reforma e ampliação do CRAS José Rodrigues de Carvalho no Município de Pompeia. Tipo de licitação: Menor preço. Início de cadastro das propostas: 13/06/2024. Término de cadastro das propostas: 28/06/2024 às 08h30m. Abertura das propostas: 28/06/2024 às 08h45m. Início das disputas de preço: 28/06/2024 às 09h. Local: <https://licitaibaistrasil.com.br>. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 9h às 16h no Setor de Licitações, telefone (14) 3405-1500, no site: www.pompeia.sp.gov.br e PNCP (Portal Nacional de Contratação Pública). Pompeia/SP, 11 de junho de 2024. - ISABEL CRISTINA ESCÓRCE - PREFEITA MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - A Prefeitura Municipal de Pompeia/SP, torna público a **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024** - Processo licitatório nº 751/2024. Objeto: contratação de empresa para transporte de alunos residentes na zona urbana do município de Pompeia, com fornecimento de veículos, motoristas e monitores, seguro, combustível, manutenção. Tipo de licitação: Menor preço. Início de cadastro das propostas: 12/06/2024. Término de cadastro das propostas: 27/06/2024 às 08h. Abertura das propostas: 27/06/2024 às 08h15m. Início das disputas de preço: 27/06/2024 às 08h30m. Local: <https://licitaibaistrasil.com.br>. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 9h às 16h no Setor de Licitações, telefone (14) 3405-1500, no site: www.pompeia.sp.gov.br e PNCP (Portal Nacional de Contratação Pública). Pompeia/SP, 11 de junho de 2024. - ISABEL CRISTINA ESCÓRCE - PREFEITA MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - A Prefeitura Municipal de Pompeia/SP, torna público a **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024** - Processo licitatório nº 799/2024. Objeto: contratação de empresa para eventual aquisição de 2.600 murmuris para atender os servidores municipais de diversos setores. Tipo de licitação: Menor preço. Início de cadastro das propostas: 12/06/2024. Término de cadastro das propostas: 27/06/2024 às 09h30m. Abertura das propostas: 27/06/2024 às 09h45m. Início das disputas de preço: 27/06/2024 às 10h. Local: <https://licitaibaistrasil.com.br>. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 9h às 16h no Setor de Licitações, telefone (14) 3405-1500, no site: www.pompeia.sp.gov.br e PNCP (Portal Nacional de Contratação Pública). Pompeia/SP, 11 de junho de 2024. - ISABEL CRISTINA ESCÓRCE - PREFEITA MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA - A Prefeitura Municipal de Pompeia/SP, torna público a **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 46/2024** - Processo licitatório nº 406/2024. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de grelha de ferro fundido para boca de leão. Tipo de licitação: Menor preço. Início de cadastro das propostas: 12/06/2024. Término de cadastro das propostas: 19/06/2024 às 08h. Abertura das propostas: 19/06/2024 às 08h15m. Início das disputas de preço: 19/06/2024 às 08h30m. Local: <https://licitaibaistrasil.com.br>. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 9h às 16h no Setor de Licitações, telefone (14) 3405-1500, no site: www.pompeia.sp.gov.br e PNCP (Portal Nacional de Contratação Pública). Pompeia/SP, 11 de junho de 2024. - ISABEL CRISTINA ESCÓRCE - PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2024
COMPASNET Nº 90048/2024
PROCESSO Nº 139/2024

DATA DE REALIZAÇÃO: 25 de junho de 2024. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (LIXEIRA E MESA IMPRESSORA MICROCOMPUTADOR), MATERIAIS PERMANENTES (DISPOSITIVO PI MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, SELADORA EMBALAGEM, BEBEDOURO ÁGUA, BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL, FREEZER, PORTA-REVISTA), MATERIAIS DE INFORMÁTICA (COMPUTADOR - NOTEBOOK, COMPUTADOR DESKTOP-BÁSICO, NO-BREAK PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA), MATERIAIS HOSPITALARES (BIOMBO HOSPITALAR, SUPORTE PARA SORO, MESA GINECOLÓGICA, LARINGOSCOPIO, ESFIGMOMANÔMETRO, ESTETOSCOPIO, ESCADA HOSPITALAR, ASPIRADOR CIRÚRGICO, BISTURI ELETRÔNICO 150W – MONOPOLAR E BIPOLAR) E 03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KM - TIPO HATCH, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ATENDER AS EMENDAS PARLAMENTARES 11846.960000/1230-03 E 11846.960000/1230-09, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FERNANDÓPOLIS/SP". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 48/2024. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. INTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira a Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.
Fernandópolis/SP, 11 de junho de 2024.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNião e Reconstrução

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL conforme autorização concedida por intermédio da Portaria MF nº 202, de 21 de julho de 2004, Norma de Execução de Dívida MDA/SRA nº 01, de 29 de junho de 2011 e por contrato de financiamento entre este agente financeiro e os mutuários abaixo identificados, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal (AR), NOTIFICA POR INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA EM CONTRATO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, que a não liquidação da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação deste Edital, resultará no encaminhamento de processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para inscrição em Dívida Ativa da União e tornará passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN. Para realização dos pagamentos devidos, os devedores deverão se dirigir às dependências das agências da CAIXA responsáveis pelas operações.

CONTRATO	NOME	CPF/CNPJ
155550923408	ADEMIR ROSA CAMARGO	043.961.259-41
155550698958	ADIMILSON DA COSTA CARDOSO	050.069.666-70
155552004502	ALTAIR ALFONSO KUNZLER	923.527.909-72
155552582566	ANA CLAUDIA SANTOS DA SILVA	048.274.835-40
155552098396	DIEGO GIORDANI	015.714.830-04
155552563177	FRANCISCO HILDERLANE SILVA FREITAS	926.097.833-53
155551018431	GISLANE DA SILVA SANTANA	028.454.731-09
155551450649	JOAO ALVES DA SILVA	924.442.101-15
155550920213	JOILSO ROSA CAMARGO	031.252.409-99
155551710734	JONIVAN MOREIRA DOS SANTOS	796.187.071-72
155551883310	JOSEFA PEREIRA DE SANTANA	286.460.965-72
155551450649	LYLIANE ALVES CARNEIRO	857.153.521-34
155552399700	MANOEL PEREIRA NETO	048.208.716-17
155551749922	MARCIA INES NIKODEM	674.775.690-87
155552035482	MARCIO DORS	068.761.509-76
155551657681	MARIA APARECIDA PEREIRA BEZERRA COELHO	388.958.381-49
155552563177	MARIA CLAUDINEIDE LEMOS	017.759.173-04
155552165489	MARIA ESTER LEAL DO NASCIMENTO	030.881.840-75
155550923408	MILCEIA RIBEIRO CAMARGO	082.295.189-47
155551883310	OSMUNDO LIMA DE OLIVEIRA	264.105.755-72
155551448442	PAULO MORAES DE SOUSA	329.712.858-55
155552576930	PAULO SERGIO MENEZES DIOGENES	955.637.923-15
155552577120	PAULO VICTOR DIOGENES MENEZES	038.672.483-03
155551657681	PEDRO GOMES COELHO	389.035.041-00
155560191024	RAFAEL LOPES DE SOUZA	016.708.680-44
155552399700	REGIANE RABELO EMERICH PEREIRA	105.395.127-29
155552408151	ROBERTO COSTA AVILA NETO	030.835.900-32
155552600937	TOMAS VARGAS	027.091.210-00
155551451673	VILMAR MIGUEL MANSO	009.758.821-04
155551448442	ZULEICA HOSANA DA SILVA SOUZA	069.910.166-24
61331/117370000040	AILSON HONORIO LOPES	024.279.991-97
61116/117370000040	ANTONIO SILVESTRE TOLEDO	331.067.381-20
61341/117370000040	JOSE SOARES DOS SANTOS	760.628.481-49
61136/117370000040	MARIA HELENA CURSINO PINHEIRO	019.164.301-87
61101/117370000040	SERGIO MARTINS BRAGA	709.248.679-90
61293/117370000040	VALBER FERREIRA DE SOUZA	827.101.801-97
61296/117370000040	VALMIR ROSA MENDES	470.465.111-87

Antonio Gomes
Gerente Executivo
Gerência Nacional Fábrica e Operações do Agro – GEFOA
CAIXA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA

Pregão Eletrônico nº 0006/2024 Processo nº 8006/2024 Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcela de medicamentos conforme Edital e anexos. Total de itens 08. Entrega das propostas: a partir 07:30 do dia 12/06/2024 até as 13:00 do dia 25/06/2024 (na plataforma eletrônica. www.bll.org.br. Abertura das propostas: dia 25 de junho de 2024 às 14:00 horas. www.bll.org.br. O Edital e anexos a disposição dos interessados a partir de 12 de junho de 2024 no setor de licitações sito na Av. Antônio Prado, nº 2720, fone (16) 3133-9300. Das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou no site: www.cristaispaulista.sp.gov.br e www.bll.org.br. Elson Gomes dos Santos - Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ / SP

Aviso de Abertura de Licitação: Concorrência Eletrônica nº 003/2024 – Edital nº 056/2024 – Processo nº 012/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada para desenvolver Projeto de Engenharia de Sistema de Esgotamento Sanitário e Estação Elevatória. Início da disputa de preços: Dia 02/07/2024 às 09:00 h. Local: www.bll.org.br. O edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site <https://www.itapui.sp.gov.br/portal/editais/> e na Plataforma Eletrônica BLL. Informações pelo e-mail licitacao@itapui.sp.gov.br. Itapuí, 11 de junho de 2024. Antônio Álvaro de Souza – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2024
PROCESSO Nº. 062/2024

OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de Cestas Básicas, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. Data e hora da Sessão Pública: **25/06/2024, às 9h00min.** Critério de Julgamento: Menor preço, Modo de Disputa: Aberto, Amostra: Não, Preferência Me/Epp/Equiparadas: Sim, LINK: SCPI Portal de Compras <http://200.95.195.126:8079/compraseditall/>. Jaci, 11 de junho de 2024.

VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE
Prefeita Municipal

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO de bem IMÓVEL (abaixo descrito) e para INTIMAÇÃO do Devedor Fiduciante MANOEL CARLOS REBELLO DA SILVA, inscrito no CPF 001.228.176-12, de acordo com as regras e condições dispostas na Lei 9.514/1997 (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA) no Decreto 21.981/92 e no presente Edital de Leilão. 1. **Apartamento nº 111**, localizado no 1º andar ou 12º pavimento do Edifício São Rafael, situado na Rua Aureliano Coutinho nº 142, no 1º subsolo – Santa Cecília, com a área construída de, aproximadamente, 173,97m², contendo garagem, competindo-lhe uma fração ideal de 8,8% do terreno e das partes comuns do edifício. Matrícula 70.205, do 2º C.R.J. de São Paulo/SP. Cadastro Municipal [007.024.0093-8]. 1.1. **Observação:** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, conf. art. 30 da Lei 9.514/1997. 1.2. **Débitos Fiscais:** Não constam débitos tributários relacionados ao imóvel (CND 0006/4384-2024, de 03/06/2024, da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP). Todos os débitos até o ato da arrematação serão de responsabilidade do VENDEDOR. 1.3. O bem será vendido em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra física e documentalmete, sem garantias, sendo que as áreas mencionadas neste Edital, catálogos e outros veículos de comunicação são, meramente, enunciativas (e as fotos, meramente, ilustrativas). 2. **Do Leilão, do Leilão e das Datas:** O leilão será conduzido pelo **Leiloeiro Oficial Felipe Nunes Teixeira Bignardi** (Juscep 950), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário/Vendedor **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIOS ALORA II**, inscrita no CNPJ 43.104.450/001-37, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Jaqueira, nº 1512, 19º andar, Itaim Bibi. Na qualidade de atual detentora dos direitos creditórios decorrentes da Emissão da Cédula de Crédito Imobiliário nº 9972, série 2022, no qual figura o Devedor Fiduciante acima nomeado. 2.1. O leilão será realizado presencialmente na Av. Nove de Julho, 3229, Cj. 401, Jardim Paulista, São Paulo/SP – CEP 01407-000 e através da plataforma eletrônica www.mercado.bornival.com.br/bornival e, também, seguindo integralmente os termos e condições do presente Edital, será divulgado simultaneamente, de forma não exclusiva e em suas respectivas páginas de atuação, pelos Leilões Públicos Oficiais integrantes da rede colaborativa Mercado Bornival® (www.mercado.bornival.com.br). Todos os débitos até o ato da arrematação serão de responsabilidade das Juntas Comerciais, onde os lances serão reconpostos, pelos valores e nas datas e horários abaixo (horários de Brasília/DF): 1º Leilão: 28/06/2024, às 14h00 (fechamento). Lance mínimo: 1.727.592,06 (um milhão e setecentos e vinte e sete mil e quinhentos e noventa e dois reais e seis centavos); 2º Leilão: 05/07/2024, às 14h00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.303.033,89 (um milhão e trezentos e trêis mil e trinta e três reais e oitenta e nove centavos) [ref. ao débito fiduciário atualizado, acrescido das demais comunicações legais, conf. art. 27, do Lei 9.514/1997]. 3. O Devedor Fiduciário será comunicado na forma do §2º-A, do art. 27, da Lei 9.514/1997, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários para, no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no §2º-B do mesmo artigo e lei, devendo apresentar manifestação formal de interesse. 4. **Da Comissão:** O Arrematante ou o Devedor Fiduciante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do bem, que não se inclui no preço do lance, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da comunicação, por e-mail, da concretização da arrematação. 5. **Condições gerais de venda:** 5.1. Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no site www.mercado.bornival.com.br e se habilitar no lote com antecedência de até 24 horas do início do leilão, sendo que os lances deverão ser lançados no lance mínimo e o incremento estabelecido. 5.2. O lance ofertado é revestido de irrevogabilidade e irretroatividade, não podendo o arrematante vencedor se desincumbir das obrigações decorrentes da arrematação. 5.3. A desistência do lance ou inadimplência em relação aos pagamentos e envio de documentação pelo arrematante vencedor ensejará o cancelamento da arrematação de pleno direito. Ficando o inadimplente obrigado a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) ao Credor Fiduciário e 5% (cinco por cento) ao Leiloeiro, sobre o valor de lance, a título de perdas e danos. 5.4. Será celebrada, entre Vendedor e Comprador (ou Fiduciante), Escritura Pública de Venda e Compra no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da realização do Leilão (comprado por conta do Arrematante/Fiduciante todas as despesas com a transferência do bem arrematado, inclusive foro e laudêmio, se o caso), sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo Vendedor. 5.5. Eventuais outros atos/aviso/impedimentos relacionados ao imóvel e divulgados na página eletrônica do presente Edital, aderido ao Edital E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expedir-se-á o presente Edital, que será publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 121/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:
BIOLOGISTA PARA O LABORATÓRIO DE CITOGENÉTICA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 27/05/2024 às 14h do dia 03/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da internet no site www.faeapa.br

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **Biologia/Ciências Biológicas, Biomedicina/ Ciências Biológicas (Modalidade Médica) ou Farmácia Bioquímica/Farmácia (Bacharelado)**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.

Salário: R\$ 4.591,73
(quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e três centavos)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faeapa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 132/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:
AUXILIAR DE TRABALHOS CIENTÍFICOS PARA RIBEIRÃO PRETO
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 12/06/2024 às 14h do dia 14/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da internet no site www.faeapa.br

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do Ensino Médio, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;
c) Possuir conhecimentos em:

- Planejamento e condução de projetos de pesquisa clínica;
- Navegação e busca dentro dos ambientes de internet e intranet;
- Informática: editores de texto, planilhas e apresentações, além de conceitos de pastas e diretórios;
- Inglês;
- Bioética;
- Regulamentações em Pesquisa Clínica;
- Boas Práticas em Pesquisa Clínica.

Taxa: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.

Salário: R\$ 2.524,01
(dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e um centavo)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faeapa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 133/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:
MÉDICO PSIQUIATRA PARA ATUAR NO SERVIÇO DE PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO HCFMRPUSP
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 12/06/2024 às 14h do dia 21/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da internet no site www.faeapa.br

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **Medicina**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Certificado de Conclusão de Residência Médica em **Psiquiatria** emitido por entidade credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou Título de Especialista em **Psiquiatria** emitido por sociedade de especialidade médica filiada à Associação Médica Brasileira (AMB); e possuir Certificado de Conclusão de Residência Médica na área de atuação em **Psiquiatria da Infância e Adolescência** emitido por entidade credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM);
d) Possuir:

- Comprovação de treinamento especializado na área de **Psiquiatria da Infância e Adolescência** (Residência Médica, Complementação Especializada ou Fellowship) de, no mínimo, 1920 (um mil, novecentas e vinte) horas; OU
- Certificado de atuação na área de **Psiquiatria da Infância e Adolescência** emitido pela Associação Médica Brasileira (AMB);

e) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 20h/semanais.

Salário: R\$ 7.599,17
(sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezessete centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DE CURRÍCULO ON LINE
(somente para os candidatos inscritos)

PERÍODO: 0h do dia 26/06/2024 até as 17h do dia 27/06/2024 no site www.faeapa.br

Os candidatos habilitados poderão anexar o seu currículo e as cópias dos respectivos comprovantes de formação acadêmica, experiência profissional e conclusão de cursos relacionados à função, digitalizados em formato PDF, no período e datas acima observados o que consta do esquema de Avaliação Curricular deste Comunicado.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faeapa.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

COMUNICADO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 - PROCESSO Nº 121/2024

O Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de suas atribuições legais, comunica que fica **EXCLUÍDO** do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2024, o subitem 8.5.3 do item 8.5-Qualificação Técnica do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2024, onde consta a seguinte redação: "Licença de Funcionamento (LF), dentro de seu prazo de validade, da EMPRESA LICITANTE, expedida pela Vigilância Sanitária (VISA), ou a equivalente publicação na Imprensa Oficial, em caso de isenção/dispensa apresentar comprovação." Mantêm-se inalterados os demais itens do Edital. As alterações estarão disponíveis no site: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (LINK: Transparência/Licitações) e no Quadro de Avisos do Compras.gov.br, além publicadas no Diário do Município e no Jornal de Grande Circulação.

Laranjal Paulista, 11 de Junho de 2.024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROC 76/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 32/2024. Objeto: Permissão de uso a título oneroso e precário, de espaço público para exploração da praça de alimentação, camarote, estacionamento e parque de diversões par a festa de aniversário da cidade dias 25 a 28 de julho de 2024, conforme especificações constantes do anexo I deste edital. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 27/06/2024 às 08:30; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 27/06/2024 às 09:00. LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. EDITAL E INFORMAÇÕES: www.itatinga.sp.gov.br ou (14) 3848-9802. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

mercado

Gênero importa na gestão pública?

Diferença entre a representatividade feminina na política mexicana e na brasileira é surpreendente

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

Na semana passada, assistimos à eleição presidencial no México. Ainda que não soubéssemos antecipadamente quem seria o novo presidente, já era certo que seria uma presidente. Tínhamos duas candidatas na disputa.

A presença feminina na política mexicana, que marcou essa eleição, não foi sempre uma realidade. A lei de paridade de gênero nas eleições, promulgada em 2014 e implementada em 2018, transformou o cenário da política mexicana, permitindo que a escolha para presidente fosse entre duas candi-

datas mulheres. Isso é algo praticamente impensável por aqui.

A diferença entre a representatividade feminina na política mexicana e a brasileira é surpreendente. O nosso atraso é do tamanho do atraso com que as mulheres conquistaram seus direitos políticos no Brasil. Segundo os dados do Inter-Parliamentary Union, o Brasil está em 133º lugar entre 180 países no ranking de representatividade feminina de 2023, com apenas 18% do Parlamento composto por mulheres, enquanto o México está em 5º lugar.

As mulheres brasileiras con-

quistaram seu direito ao voto muito mais tarde do que os homens, somente em 1932. Não custa lembrar que apenas na Constituição de 1988 entrou em vigor a legislação que assegurava a total igualdade de direitos entre homens e mulheres. Essa demora em equalizar direitos e representatividade deixa marcas nas desigualdades como as que vemos ainda hoje, como a baixa proporção de mulheres no Parlamento brasileiro ou ocupando cargos majoritários.

Porém, não perdemos apenas em termos de diversidade de gênero e ideias. Há evidên-

cias de que mulheres em posições de liderança política estão menos envolvidas em casos de corrupção, além de estarem associadas a escolhas de políticas mais socialmente orientadas do que seus colegas homens. Essas mulheres, em média, investem mais em saúde, educação ou até mesmo na maior provisão de creches públicas.

Os autores, Fernanda Brollo e Ugo Troiano, do estudo “What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil”, comparam a diferença de envolvimento em

corrupção política entre gêneros usando dados de compras e contratos governamentais municipais com irregularidades a partir de auditorias feitas de forma aleatória. Essa randomização das auditorias começou em 2003 num programa federal anticorrupção para detectar irregularidades.

Os autores encontram evidência de que prefeitas têm menor probabilidade de estarem envolvidas em irregularidades do que prefeitos. Especificamente, observar um caso de corrupção é de 29% a 35% menor em municípios governados por prefeitas em relação a prefeitos. Mais do que isso, mostram que prefeitas, em média, contratam menos funcionários públicos temporários em ano eleitoral. Apesar disso, essas mulheres têm menor probabilidade de serem reeleitas em comparação aos prefeitos.

Outro estudo que traz um retrato da diferença na gestão entre prefeitos e prefeitas é o “Un-

der pressure: Women’s leadership during the Covid-19 crisis”. Os autores, Raphael Bruce, Alexandros Cavgias, Luis Meloni e Mário Remígio, mostram como prefeitas lidaram melhor com a crise sanitária da Covid do que os prefeitos no Brasil. Segundo o artigo, as taxas de mortes e hospitalizações nos municípios governados por prefeitas foram menores do que em locais governados por homens.

A diversidade traz um ganho na gestão da coisa pública quando permite incorporar diferentes visões e perspectivas na alocação do recurso público. É natural que pessoas com diferentes características, seja por gênero, seja por raça, seja por orientação sexual, entre outras, tenham diferentes vivências e experiências. Quando somadas, essas diferenças podem beneficiar a coletividade. Por isso a representatividade na política é importante e todos nos beneficiamos com ela.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

‘Modo ladrão’ do Android estreia em julho no país

Smartphones terão opção de bloquear tela automaticamente quando houver a detecção de movimento que sugira furto

TEC

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A partir de julho, os smartphones Android terão a opção de bloquear a tela automaticamente, quando houver a detecção de um movimento que sugira furto — como alguém agarrar o aparelho e sair correndo. O recurso foi anunciado no evento Google for Brasil, realizado em São Paulo nesta terça-feira (11).

O Google começará a testar a solução primeiro no país e usará a experiência dos brasileiros como referência para aperfeiçoar a ferramenta antes do lançamento global, ainda sem data marcada.

A tecnologia batizada de “bloqueio por detecção de roubo” foi uma ideia da subsidiária da big tech sediada em Belo Horizonte repassada ao vice-presidente para Android, Sameer Samat, de acordo com o líder para Android no Brasil, Bruno Diniz. A solução teve anúncio em evento global do Google em maio.

“Foi uma dificuldade enfrentada pelos membros da nossa equipe e pensamos que poderia ter impacto para os usuários do resto do mundo”, disse Diniz, em apresentação fechada à imprensa.

As facilidades proporcionadas pelo sistema financeiro moderno do Brasil, como o Pix, incentivaram roubos de smartphones. Esses dispositivos, com a tela desbloqueada, permitem a realização de transações financeiras.

Ainda podem resultar no vazamento de imagens sensíveis, usadas posteriormente em casos de extorsão.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Públi-

ca divulgado em julho, o Brasil registrou um crescimento de 16,6% de furtos e roubos de telefones celulares no período de um ano, saindo de 853 mil casos em 2022 para 999,2 mil ocorrências no ano passado.

A média é de 114 celulares roubados por hora no país, cerca de dois a cada minuto. Os estados da Bahia e do Rio puxaram a alta nesse tipo de crime. Na cidade de São Paulo, os roubos se concentram na região central, como mostra mapa interativo da Folha.

O Brasil oferece um ambiente de testes robusto para o Google, uma vez que o país é o terceiro maior mercado de Android no mundo, com mais de 150 milhões de usuários. Todos os aparelhos com Android 10 e posteriores receberão a novidade.

A decisão final de levar o projeto adiante foi tomada a partir de reuniões do Google com o ex-ministro interino da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli, sobre o desenvolvimento do app Celular Seguro, do governo. “Foi uma inspiração”, diz Diniz.

Como vai funcionar

O bloqueio por detecção de roubo é ativado a partir de um gatilho chamado “grab and run” — a partir dos sensores e do aplicativo aberto no smartphone, esse mecanismo detecta a chance de alguém ter agarrado o aparelho e ter saído correndo, seja em uma bicicleta, a pé ou em um carro.

Uma inteligência artificial interpreta os movimentos de “agarrar e correr” a partir dos dados do acelerômetro e dos aplicativos abertos no smartphone. O usuário precisa ativar na tela de configurações

Como funciona o recurso antirroubo do Android

Antes de tudo, o usuário precisa ativar o bloqueio por detecção de roubo nas configurações. Por ser um teste, inicialmente, a opção ficará desativada por padrão

essa opção, que estará desativada por padrão.

Diniz previne que, em um primeiro momento, o recurso poderá gerar bloqueios indesejados, uma vez que foi programado para ter mais falsos positivos do que negativos. “Quando a IA bloqueia por engano, a perda é um pequeno incômodo para o usuário, mas, quando não tem bloqueio no momento do crime, o usuário pode ter suas contas esvaziadas.”

Trata-se de um bloqueio de tela simples, desativado com reconhecimento biométrico ou senha, diferentemente do bloqueio presente no “Encontre meu celular”, em que o usuário pode deixar uma mensagem na tela do smartphone.

A opção vai funcionar mesmo sem acesso à internet.

Bloqueio por permanecer offline

Também em julho, o Android passará a identificar comportamentos incomuns do usuário, como remover o chip, estar em locais não frequentados por períodos prolongados ou a perda prolongada de conectividade. São eventos comuns quando um smartphone é furtado ou roubado.

Nessas situações, a tela será bloqueada automaticamente.

O Google ainda calibra quando o tempo desconectado será necessário até o bloqueio automático, de acordo com o gerente técnico de engenharia de Android Fabrício Ferracioli.

Bloqueio remoto rápido

O Google também oferecerá uma opção ao bloqueio remoto disponível na página “encontre meu dispositivo”. Será possível fazer um bloqueio de tela simples, sem necessi-

dade de acessar a conta Google, com senha.

O intuito, de acordo com a big tech, é facilitar que usuários vedem o acesso ao dispositivo rapidamente, após furtos, roubos ou extravios. A nova página de bloqueio poderá ser acessada via computadores ou smartphones de terceiros, a partir do número de telefone.

‘Onde está meu celular’ reforçado

O recurso “Onde está meu celular”, que permite localizar, bloquear e apagar dados do dispositivo a distância, após acesso à conta Google, também recebeu um reforço de segurança.

A partir da atualização para o Android 15, será necessário desbloquear o aparelho com biometria para desativar a funcionalidade, que precisa estar ativa nas configurações para funcionar.

Essa camada adicional de segurança também dificultará que criminosos restaurem o aparelho para as configurações de fábrica.

Sistema antifraude

O Google anunciou também a expansão de um programa-piloto de proteção contra tentativas de fraudes ou golpes em celulares Android, com chegada ao Brasil prevista para julho.

Os usuários receberão uma nova versão do antivírus Google Play Protect, que impedirá a instalação de aplicativos baixados fora da Play Store ou que peça permissões de acesso sensíveis, como a leitura de mensagens SMS, notificações e de acessibilidade — essas são vias comuns para executar golpes como o da mão fantasma, que manipula o celular para fazer Pix para golpistas.

Pix terá opção de pagamento por aproximação pelo celular em breve, afirma Campos Neto

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta terça-feira (11) que a autarquia trabalha para entregar em breve a opção de pagamento por Pix via aproximação no celular.

Segundo ele, a falta dessa possibilidade é o que leva muitas pessoas a preferir usar o cartão de crédito ao pagamento instantâneo desenvolvido pelo BC.

“Na semana passada, perce-

bemos que nós podemos fazer algo que pode ser muito rápido”, disse durante o evento Valor’s Emerging Tech Summit.

“Estamos fazendo uma associação com as carteiras, como Google Pay e Apple Pay, e, em vez de colocar cartão de crédito lá, pode apenas colocar Pix lá.”

Campos Neto também falou de outras novas funcionalidades do Pix sobre as quais o BC está se debruçando: o Pix Agendado e o Pix Automático.

“Para aquelas contas que vo-

+ **Dados de 22 mil chaves vazam, anuncia BC**

O Banco Central informou o vazamento de dados pessoais vinculados a chaves Pix sob responsabilidade de duas instituições de pagamento, Lugu e Pagcerto. No caso da Lugu, o incidente de segurança envolveu dados cadastrais vinculados a 19.849 chaves Pix entre 21 e 27 de maio, e, no da Pagcerto, vazaram informações relativas a 2.197 chaves Pix nos dias 23 e 24 de abril. Ao todo, já são dez ocorrências do tipo desde o lançamento do serviço de pagamentos instantâneos, em novembro de 2020, sendo cinco casos apenas neste ano. Em nota, a Lugu disse que não houve vazamento de dados sensíveis. A **Folha** não conseguiu contato com a Pagcerto.

cê tem que pagar todo mês, você pode só colocar lá [no Pix Automático], como Spotify e Netflix.”

O chefe da autoridade monetária ressaltou os efeitos do Pix sobre a bancarização no Brasil e o aumento da inclusão nos serviços financeiros. Segundo ele, o meio de pagamento instantâneo do BC está substituindo outros produtos bancários mais rapidamente do que se imaginava no início.

Campos Neto mostrou um gráfico comparando a velocidade de adoção do Pix entre a população brasileira e o que acontece com os meios de pagamento instantâneo em outros países. No Brasil, há duas transações por dia por pessoa

bancarizada, o que representa quase quatro vezes mais que na Índia. “É muito impressionante o que aconteceu aqui.”

Segundo Campos Neto, no início, o BC acreditava que em pouco tempo a adesão das pessoas ao Pix atingiria um platô, o que não ocorreu. Quase quatro anos depois de sua estreia no Brasil, o número de transações por pessoa não para de crescer.

Hoje, são 740 milhões de chaves Pix ativas e 201,6 milhões de operações em um único dia. No total, 150 milhões de brasileiros e 14,5 milhões de empresas utilizam o meio de pagamento instantâneo do BC.

“Pix é uma realidade, mas é só o começo”, afirmou. *